



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara**

MATEUS HENRIQUE SERRANO

**(E)LEITORES E A *ÚLTIMA HORA* (1951-1953): entre a  
propaganda varguista e a responsabilidade com o leitor**



ARARAQUARA - S.P.  
2021

MATEUS HENRIQUE SERRANO

**(E)LEITORES E A *ÚLTIMA HORA* (1951-1953): entre a propaganda varguista e a responsabilidade com o leitor**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Democracia, Cultura e Pensamento Social

**Orientadora:** Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA - S.P.

2021

S487( Serrano, Mateus Henrique  
(E)leitores e a última hora (1951-1953): : entre a  
propaganda varguista e a responsabilidade com o leitor /  
Mateus Henrique Serrano. -- Araraquara, 2021  
147 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientadora: Carla Gandini Giani Martelli

1. Brasil Republicano. 2. Getúlio Vargas. 3. Última  
Hora. 4. Trabalhadores. 5. Direitos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MATEUS HENRIQUE SERRANO

**(E)LEITORES E A *ÚLTIMA HORA* (1951-1953): entre a propaganda varguista e a responsabilidade com o leitor**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Democracia, Cultura e Pensamento Social

**Orientadora:** Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

**Bolsa:** CAPES

**Data da defesa:** 24/06/2021

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidenta e Orientadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli**  
Universidade Estadual Paulista – UNESP / FCLAR

---

**Membra Titular: Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle**  
Universidade Estadual Paulista – UNESP / FCLAR

---

**Membra Titular: Profa. Dra. Sandra Mara Dantas**  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM / Dep. História

*Dedico este trabalho à todos que confiaram em mim.*

## AGRADECIMENTOS

“É no amor ou na dor que se encontra deus”, dizia um velho ditado, posso garantir que encontrei-o nessas duas ocasiões. Por esta razão, ele encabeça minha lista de agradecimentos. Construir essa dissertação foi um processo de autoconhecimento e quando encontrava-me sozinho “apelava para o espiritual”, aconselhava-me tentando buscar o melhor caminho para continuar. E, como tudo na vida, teve momentos felizes e tristes, por isso agradeço a deus pela força depositada em mim.

Em segundo lugar, devo agradecer a minha família: em especial, Geraldo e Cristiane, meus pais. Duas pessoas maravilhosas que não sabem da importância que tiveram em me manter calmo, fazendo rápidas visitas a Araraquara-SP para ver como eu estava. Foram e são meu porto-seguro. Agradeço também minhas irmãs: Júlia e Gianna que sempre insistiam em demonstrar que a felicidade está numa boa conversas e que o riso está escondido na troca de olhares.

Se meus pais são meu “porto-seguro”, minha namorada seria a “vontade de velejar”. Seria verdadeiramente impossível esquecer de agradecer-las. Durante os anos de mestrado lidou com meus sentimentos com muita calma e enxugou – literalmente – as minhas lágrimas. Superou comigo todas as situações de desconforto e insegurança, deu-me vontade de continuar. Sem ela seria impossível escrever essa dissertação, sem ela seria impossível descrever a minha vida. Eu te amo, Camila.

A fim de imortaliza-las através do texto, quero agradecer algumas pessoas que infelizmente me deixaram: minha avó Damiana Emília Serrano, meu avô Fernando Koike e meu padrinho Evandro Gallerani. Outra pessoa que gostaria de imortalizar é minha avó Inês Domingues Koike que infelizmente partiu: saudade da avó que sempre precisou contornar com argumentos quando me escolhia como neto favorito. Você faz falta.

Agradeço o comprometimento e o aceite das professoras-doutoras Sandra Mara Dantas (UFTM) e Maria Ribeiro do Valle (UNESP), as correções foram esclarecedoras e as sugestões bibliográficas deram o tom que sempre almejei na pesquisa. Agradeço, também, minha orientadora Carla Gandini Giani Martelli que nas reuniões direcionou a minha pesquisa e aconselhou um recorte temporal mais condizente com o mestrado, dando-me ideias sobre os novos rumos e me sugerindo problematizações sobre o Governo Vargas.

Agradeço o Professor Pablo Emanuel Romero Almada por compor a minha Banca de Defesa, por seu olhar acurado sobre alguns assuntos que precisavam de maior atenção.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço os funcionários da Biblioteca Nacional, já que possibilitam a pesquisa *online* de inúmeros jornais, sem eles esse trabalho não existiria – como muitos outros.

Por último, mas não menos importante, agradeço os amigos e colegas que fiz na UNESP-FCLAr. Foi extremamente gratificante as conversas durante os intervalos e a troca cultural oportunizada pela universidade pública, sendo possível conhecer pessoas de outros estados. Obrigado.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a participação da população durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954) pela perspectiva do jornal *Última Hora*. Para realizar este objetivo, concentramos nossa atenção na investigação de colunas que referenciam a organização trabalhista, como é o caso da coluna intitulada “O dia do presidente” que, além de fazer alusão a greves populares, incorporava discursos apaziguadores aos leitores-alvo, em consonância com o governo de Getúlio Vargas. A escolha do *Última Hora*, desse modo, deve-se ao fato do jornal ter desempenhado uma atividade única entre os periódicos da época, organizando um canal de comunicação entre o presidente e os trabalhadores. O resultado deste estudo indica que a população esteve à frente das reformas sociais, exigindo o cumprimento dos acordos da esfera governamental, a fim de assegurar direitos sociais e trabalhistas. A pesquisa, nesse sentido, traz importantes contribuições, uma vez que nos foi possível verificar um distanciamento em relação à imagem do Presidente da República como doador de benefícios. Além disso, o jornal apresenta um cenário mais próximo da realidade, permeado de negociações (patronais e sindicais), inépcia do poder administrativo e rompimento de acordos estabelecidos, ocasionando greves e paralisações que agitaram o ambiente político dos anos 1950.

**Palavras – chave:** Getúlio Vargas. Jornal. Trabalhadores. Direitos. Greves.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the participation of the population during the Second Vargas Government (1951-1954) from the perspective of the Última Hora newspaper. To accomplish this goal, we focused our attention on the investigation of columns that refer to the labor organization, as is the case of the column entitled "The President's Day" which, besides alluding to popular strikes, incorporated appeasing speeches to the target readers, in line with the government of Getúlio Vargas. The choice of Última Hora, thus, is due to the fact that the newspaper performed a unique activity among the periodicals of the time, organizing a communication channel between the president and the workers. The results of this study indicate that the population was at the forefront of social reforms, demanding compliance with government agreements in order to ensure social and labor rights. The research, in this sense, brings important contributions, once we were able to verify a distancing in relation to the image of the President of the Republic as a benefit giver. In addition, the newspaper presents a scenario closer to reality, permeated with negotiations (employers and unions), ineptitude of the administrative power and rupture of established agreements, causing strikes that agitated the political environment of the 1950s.

Key-words: Getúlio Vargas. Newspaper. Workers. Rights. Strikes.

## LISTA DE SIGLAS

BA - Bahia  
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho  
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
DNT – Departamento Nacional do Trabalho  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
MG – Minas Gerais  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PR – Paraná  
PRP – Partido Republicano Progressista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
RJ – Rio de Janeiro  
RS – Rio Grande do Sul  
SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social  
SP – São Paulo  
UDN – União Democrática Nacional  
UH – Última Hora

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>IMPOSSÍVEL CONSENSO NA SOCIEDADE HETEROGÊNEA</b> .....	20
<b>1. Cultura Popular</b> .....	20
<b>1.1 Jornalismo Político</b> .....	27
<b>1.2 Opinião pública e opinião popular</b> .....	38
<b>1.2.1 Breve retrospecto do Governo Provisório e do Estado Novo</b> .....	42
<b>1.2.2 Das interferências em 1946 para a eleição em 1950</b> .....	49
<b>A VOZ DESTOANTE DA GRANDE IMPRENSA</b> .....	53
<b>2. Uma ideia de jornal</b> .....	53
<b>2.1 Um novo jornal na praça: <i>Última Hora</i></b> .....	60
<b>2.2 Se equilibrando entre publicidade e jornalismo</b> .....	65
<b>2.3 (E)leitores e o <i>Última Hora</i></b> .....	71
<b>2.4 O enredo profissional se transforma em popular</b> .....	77
<b>2.5 Sinônimo de trabalhador é povo</b> .....	83
<b>A REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADOR PELO <i>ÚLTIMA HORA</i></b> .....	87
<b>3. Novo ano com velhos problemas (1952)</b> .....	87
<b>3.1 Tensionando a crítica</b> .....	92
<b>3.2 Onde nada se ganha, mas quase tudo se conquista</b> .....	97
<b>3.3 O Fim de 1952, um ano remarcado pela exigência de cumprimentos</b> .....	102
<b>3.1.1 A greve dos 300 mil</b> .....	116
<b>3.1.2 O levante dos marítimos</b> .....	120
<b>3.1.3 O componente que faltava para a conclusão: a solidariedade</b> .....	125
<b>3.1.4 Segadas Viana e seu modelo autoritário</b> .....	131
<b>3.2 Se é bom para os trabalhadores, não serve aos empregadores...</b> .....	134
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	140

## INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa concentra-se nos anos 1950, especificamente no retorno de Getúlio Vargas ao cargo de Chefe da Nação. Temos como objetivo investigar o contexto social e político, com ênfase na participação popular/sindical da sociedade, daquela época. Utilizamos, para isso, a folha jornalística *Última Hora*, embora seja necessário pontuar que a sede principal da folha de notícias estava no Rio de Janeiro, Distrito Federal à época, o que explica o porquê de grande parte das notícias fazerem menção ao Rio de Janeiro.

Getúlio Vargas é uma figura de destaque na História do Brasil, sua dualidade acompanha-o. É de difícil alçada desvincular a imagem de ditador que lhe fora conferida no passado, mesmo diante dos benefícios adquiridos para os trabalhadores. Reavivamos esse debate em nosso estudo, problematizando o sentido dado à “Revolução de 30”, recordada no jornal-getulista, pois é necessário ressaltar que os pontos de vistas se invertem, tendo em vista que o *Última Hora*, que destaca os valores do passado, não experienciou escrever matérias durante os períodos ditatoriais. É evidente, nesse sentido, que o fato de não ter vivenciado uma época pretérita não impede de escrever sobre ela, ainda que todo tipo de mesura seja recomendado. Assim, tomando por base o contexto em que Getúlio Vargas esteve no poder, procuramos evidenciar mudanças de narrativas, além de verificar a participação mais aberta das classes interpretadas, em suas construções de valores e relatos.

Dessa maneira, nossa pesquisa leva em consideração artigos jornalísticos do recém-formado *Última Hora*. Ausentes de vícios da imprensa do passado – expressos sempre na procura por agentes sociais historicamente situados, pelo registro de relatos dos vencedores e por conferir aos vencidos a qualidade de meros partícipes –, os artigos analisados podem oferecer uma visão de um contexto mais ativo e próprio do ambiente político, marcado por demandas que não possuem, necessariamente, como fim o acerto entre políticos e classe interpretada. A folha *Última Hora*, em nossa perspectiva, oferta aos leitores<sup>1</sup> a habilitação do debate. Portanto, nosso objetivo é demonstrar que este novo canal – entre governantes e governados – é palco dos trabalhadores.

O interesse deste estudo é pautado na imagem construída de Getúlio Vargas, em sua primeira experiência como Presidente do Brasil durante 15 anos, intervalando o longo período

---

<sup>1</sup> Quando falamos de “leitores” deve-se ter a consciência de que a representação política vai muito além deles, isso significa que embora estejamos focalizando nossa atenção àqueles que escrevem para o jornal, não é objetivo desse trabalho excluir as outras vias-políticas de ação, como a luta direta das greves. Nosso enfoque está divulgação da insatisfação em forma de notícias. A grande maioria das insatisfações registradas são de pessoas comuns e entidades sindicais que ambicionavam um reparo sócio histórico às suas funções, o que por si só é de extrema relevância dado que em 1949-50, aproximadamente 51% da população era analfabeta. BRAGA, A; MAZZEU, F. O Analfabetismo no Brasil: lições da história. Revista de Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p. 24-46, 2017.

de sucessão entre certas oligarquias (principalmente São Paulo e Minas Gerais, mas não exclusivamente), que dominavam fortemente as eleições com suas negociações e controle do colégio-eleitoral. As interferências de Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, Estados contrários ao candidato indicado por São Paulo e que possuíam o controle do Poder Executivo do país, ficaram acertados pela historiografia como “Revolução de 1930”. É evidente que os empreendimentos técnicos e conquistas sociais foram determinantes para tal denominação. Contudo, nosso interesse de pesquisa se volta para dentro do movimento-queremista<sup>2</sup>, para os trabalhadores e populares atingidos diretamente pelos benefícios da política-varguista. Vale ressaltar que a mobilização dos trabalhadores se deu, em um primeiro momento, de maneira natural, ou seja, pessoas organizadas que receberam direitos assegurados por lei e que, por fim, não enxergavam a garantia desses benefícios sem a continuidade de Getúlio Vargas como presidente. Contudo, o contexto internacional impedia qualquer prosseguimento, referimo-nos ao ano de 1945, determinante na derrota de modelos ditatoriais e supremacistas, como é caso de Alemanha, Itália e Japão.

O movimento-queremista durou pouco, todavia, é notável que esse movimento transcende o curto período de sua existência, já que é possível encontrar ecos no retorno de Getúlio Vargas ao centro do poder político. Tais indícios são percebidos em cartas debatidas brevemente neste trabalho. As cartas tiveram vida curta dentro do jornal, provavelmente sua função era atrair leitores não fidelizados a uma narrativa e a possibilidade de escrever ao Presidente era uma atividade singular, proposta parecida só teve durante o período estadonovista (1937-1945) também sobre o controle de Getúlio Vargas (como ditador). Nosso propósito foi esquadrihar, dentro da folha *Última Hora*, circunstâncias mais amplas que pudessem acomodar diferentes relações políticas. Para tanto, demos enfoque às manifestações grevistas e agendas presidenciais que conglomeram os manifestantes junto a órgãos administrativos, com o intuito de encontrar soluções, considerando que, embora possuísse o trabalhismo como conjectura, o Governo deveria abranger a todos.

A opção pelo *Última Hora* deve-se à identificação direta desse periódico com o presidente, garantindo-lhe espaços que outros jornais não dispunham. As notícias, por vezes, tinham a concordância do próprio presidente. É perceptível, desse modo, uma simpatia de

---

<sup>2</sup>O “movimento queremista” foi um levante político de apoiadores do Presidente Getúlio Vargas. Primeiramente, contou com apoio de trabalhadores que se identificavam e que foram amparados pelas leis trabalhistas. Dessa maneira, o afastamento de Getúlio Vargas representava a perda dessas garantias. Foi nesse bojo que o movimento cresceu e ganhou força e cartazes, como “Queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio”, que desfilaram por São Paulo e Rio de Janeiro.

Getúlio Vargas, construída durante o tempo de autoexílio, em 1945, e a folha, formada em 1951 por acordos escusos entre diferentes financiadores e seus interesses.

À vista disso, nossa pesquisa analisa o posicionamento do referido jornal, sem, contudo, descredibilizar o ofício do jornalista. O que tencionamos, aqui, é examinar a forma-do-relato, dado que um periódico não se faz apenas pela propaganda, mas dificilmente se mantém por meio de denúncias e exigências. Temos por finalidade analisar o espaço concedido às narrativas, sejam de profissionais das letras – periodistas – e/ou daqueles que recorrem ao jornal para informar a outros sobre as condições que está sujeito. Estudamos a participação popular e os desfechos de suas demandas, as negociações que cercam cada ação do Governo – relatados na imprensa – e, por fim, as conferências entre patrões e empregados, intermediadas pelos Ministérios. Assim, é possível explicar os trâmites das negociações como também obter esclarecimentos sobre a falsa suposição de que as classes-baixas são controladas por uma dialética hipoteticamente sedutora demais, com argumentos – por vezes – tão certos, que ocasionam o não-requerimento à melhoria de suas próprias vidas.

A narrativa contracorrente do *Última Hora* se explica pelo modo em que nasceu. Samuel Wainer, ao fundar o jornal, disse não se sentir pertencente, em um primeiro momento, aos grandes nomes da imprensa carioca – que naquela época frequentavam a boate Vogue, lugar comum da alta sociedade. No entanto, talvez o não pertencimento de Samuel Wainer seja devido à narrativa inaugurada por seu jornal. O contexto dos anos 1950 não era favorável a Getúlio Vargas, e como aponta Monteiro (2020), é o *Última Hora*, inaugurado em 1951, que estabelece o difícil contraponto em ter que defender o presidente – sendo, por vezes, um braço do trabalhismo<sup>3</sup> – e, ao mesmo tempo, ter que provar ser uma ferramenta de informação útil ao (e)leitor. Samuel, em acordo com Getúlio Vargas, reafirma seu compromisso, revelando que entregaria um jornal que emulasse o “getulismo, voltando a atenção às demandas dos trabalhadores.

A seleção e estudo das edições<sup>4</sup> postas em pesquisa revelam a importância de movimentos organizados pelos trabalhadores, demonstram uma autonomia de escolha, antes desacreditada ou questionada, a respeito de sua soberania. Todavia, é nítido que as decisões são amplamente discutidas e, algumas vezes, terminam com o favorecimento dos grevistas. Mas o

---

<sup>3</sup> É evidente que um trabalhismo associado à imagem de Getúlio Vargas, mas todo estruturado na política interna do partido, isso quer dizer apoiando a democracia social, incentivando a valorização do trabalho – como também do sindicalismo – e tentando por meio de propostas coletivas angariar corpo político que se assemelhasse com a ideologia partidária. Marcando a diferença entre o que conhecemos por populismo nos dias atuais e trabalhismo.

<sup>4</sup> Para análise deste trabalho foram pesquisados mais de 600 edições do periódico *Última Hora*, presentes no site da Biblioteca Nacional. Focalizamos o nosso olhar nas aparições de trabalhadores e colunas identificadas como formadores de opinião, como “O Dia do Presidente.

que isto nos indica? Em primeiro lugar, que os sindicatos, por mais que sofram influências, não são completamente controlados, vide que muitas conclusões são posicionadas contra um acerto distante do que eles consideram como direito. Em segundo lugar, que a influência de Getúlio Vargas percorre mais espaços do que sua interposição. O presidente demonstra seu ponto de vista (normalmente por discursos) e utiliza pouquíssimas vezes inflexão mais grave, como alguém que aconselha, sugerindo por meio da rememoração do passado, preconizando uma solução em seu benefício. Em terceiro lugar, que as manifestações de insatisfação prejudicam o *establishment*, retratam descontentamentos gerais que possuem impactos dentro das hostes daquele que hipoteticamente os coordenam.

Dessa maneira, para a composição desta pesquisa, selecionamos o período de dois anos corridos da década de 1950. Nossa opção de recorte se explica pelo número de interrupções de sindicalizados nos ofícios e pelas negociações, por vezes falhas, num primeiro contato. As greves que transcorreram neste período e a sua superação davam duas interpretações distintas: (i) fortaleciam as relações entre Governo e entidade grevista; e (ii) geravam antipatias das camadas superiores próximas (ou não) do Poder Executivo, comprovando que a política harmônica iniciada no início da administração não era inabalável, ao contrário disso, as muitas manifestações de descontentamento chacoalhavam o cenário político e também moviam o presidente do país para terreno de inconsistência.

Como averiguamos, as ações de Getúlio Vargas foram ações de resposta às fortes pressões que seu Governo experienciou. Os movimentos paredistas, primeiro, preocupavam-se em assegurar melhores condições para uma vida justa, independentemente de quem possuísse o exercício das funções administrativas do País. Isso significa que a presença de Getúlio Vargas era sentida, porém não era o suficiente. Os movimentos queriam celeridade e presteza no que demandavam do Poder Executivo. Embora o “Ministério da Experiência”<sup>5</sup>, vez ou outra, falhasse contra o presidente, sua administração se dera através de muitas alternâncias. Todos os ministros tiveram experiência curta, o primeiro deles fora Danton Coelho, que sucumbiu diante das pressões sobre a construção de moradias populares. Segadas Viana esmoreceu com a greve

---

<sup>5</sup> “Ministério da Experiência” foi uma estratégia utilizada por Getúlio Vargas para fortalecer a sua base de apoio. Todavia, as nomeações para os ministérios foram interpretadas erroneamente, pois dava-se a impressão de que a permanência daqueles políticos seria passageira e corresponderia ao desempenho dos mesmos na frente de cada Pasta. O presidente tentou ampliar sua base de apoio nomeando políticos, por vezes, contrários à ideologia trabalhista. As manchetes contrárias começaram a aparecer com mais frequência quando o termo “experiência” caiu no gosto editorial. A ideia era fazer uma política de conciliação, já que o sentimento antivarguismo dava o tom das reportagens na imprensa. Dessa maneira, o PSD (Partido Social Democrático), PSP (Partido Social Progressista) e UDN (União Democrática Nacional) estavam dentro do Executivo, mesmo sem ganhar as eleições.

dos marítimos. João Goulart, mesmo não sendo nosso objeto de análise, foi desempossado por meio de pressões patronais devido ao planejamento de aumento de 100% do salário mínimo.

Nessa exposição, podemos aferir os personagens da deposição de cada ministro. Os dois primeiros por aperto das classes trabalhadores (ou populares) insatisfeitas com as políticas de esquecimento alastrada pela administração passada, como a de início dos anos 50. A situação se transforma com a presença de João Goulart, identificado como “o ministro que conversava”, portanto, sua administração já se mostrava diferente das demais. Apesar disso, enquanto agradava uns contrariava outros, sendo afastado por ameaça da classe patronal. Essa era a dualidade que Getúlio Vargas, por meio do *Última Hora*, precisava contornar: uma classe trabalhadora cercada por injustiças e outra, patronal, incomodada com a “equidade”.

Procuramos evidenciar, em nossa dissertação, a autossuficiência dos trabalhadores, que atuavam como agentes das greves e, por vezes, eram publicizados pelo *Última Hora*. Cabe ressaltar que não excluímos as censuras invisíveis que cerceiam o periódico e sabemos de suas mazelas para edificação de um sistema democrático. Aliás, esse é um dos conteúdos que também procuramos dar propósito no contexto do retorno de Getúlio Vargas: as interferências da imprensa escrita para uma comunicação propositada em interesses políticos.

Foi nesse interim que selecionamos o *Última Hora* para a coleta de nossos dados, afinal, tendo nascido longe da censura do Estado Novo e obrigando-se a resguardar dentro do discurso a ideologia trabalhista, intitulava-se – de acordo com o seu dono – “expressão do getulismo”. A liberdade que dispunha dentro do Palácio do Catete, com políticos relevantes e até mesmo com o presidente, fez-se prerrogativa fundamental para optarmos por suas matérias. Dessa forma, exploramos o grau de comprometimento que detinham com o leitor, pois, se há um jornal que traça uma linha apologética, há um público para consumir esse tipo de narrativa.

Samuel Wainer tinha a intenção de romper com as formas narrativas da época, por isso, aliar-se ao presidente foi promissor. Embora tenha conservado com Getúlio Vargas uma amizade, é necessário salientar que, era absoluta novidade um jornal pró-governo. É interessante notarmos que Samuel Wainer, para maior comercialização do periódico, associava as palavras “nacionais” e “populares”, fato esse revelado anos mais tarde<sup>6</sup>, com o objetivo de trazer nova perspectiva daquilo que se escrevia. Essa estratégia possui fundamento, pois se a narrativa convencional fala dos “interesses nacionais”, só o *Última Hora* falaria dos “interesses populares”. Mesmo não conseguindo precisar se essa mudança semântica teve impacto nas vendas ou em quem comprava o jornal, é necessário admitir que é significativa, uma vez que

---

<sup>6</sup> Site da FGV, CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>

nos referimos a uma imprensa que afirmava defender os interesses populares. Essa mistura semântica, no entanto, não fez o jornal defender um ou outro, ao contrário, fez com que os interesses nacionais e dos trabalhadores (populares) se aproximassem. O *Última Hora* dificilmente seria consumido pelo mesmo leitor de *O Globo*, *Diários Associados*, *Tribuna da Imprensa* e *Folha de São Paulo*, periódicos liberais.

No início de nossa pesquisa, buscávamos por múltiplas palavras que pudessem conferir um amplo sentido ao contexto analisado. Entretanto, ao pesquisarmos por “greves”, “trabalhadores”, “sindicatos”, “justiça” éramos, em grande parte, dirigidos à “Getúlio Vargas” ou “presidente”, mesmo que minimamente sempre houvera uma menção. Dessa forma, dividimos a nossa atenção a um duplo contexto: aqueles que fazem uma política profissional (entendido por partícipes da esfera Executiva e Legislativa) e a outros que, dentro desse entrevero, buscam condições mais dignas dentro da sociedade (populações que escrevem cartas ou se reúnem vez ou outra com o Chefe de Estado).

Por esse modo, importamo-nos em organizar a dissertação em três partes, estruturando os capítulos da seguinte forma: “Impossível consenso na sociedade heterogênea”: “Cultura Popular”; “Jornalismo Político”; “Opinião Pública e Opinião Popular”; “Breve Retrospecto do Governo Provisório e do Estado Novo: a revolução da ditadura” e “Das Interferências em 1946 Para a Eleição em 1950”. “A voz destoante da grande imprensa”: “Uma Ideia de Jornal”; “Um Novo Jornal na Praça: *Última Hora*”; “Se Equilibrando Entre a Publicidade e Jornalismo”; “(E)leitores e a *Última Hora*”; “Enredo Profissional se Transforma em Popular” e “Sinônimo de Trabalhador é Povo”. “A representação de trabalhador pelo *Última Hora*”: “Novo Ano Com Velhos Problemas”; “Uma Boa Propaganda Para Conter a Quebra da Reputação”; “Onde Nada se Ganha Mas Quase Tudo se Conquista” e “O Fim de 1952, Um Ano Remarcado Pela Exigência de Cumprimentos”. Ainda nesta parte destacamos – como último subcapítulo – duas greves que se seguiram, quase simultaneamente, a primeira delas ocorrida em São Paulo e a segunda, no Rio de Janeiro; a pressão exercida por elas desempossou Segadas Viana, revelando a importância do que se requeria e o valor representativo da união dos trabalhadores.

Nossa intenção foi destacar e responder como a perspectiva dos trabalhadores eram recolocadas em condições de menor importância. Nesse sentido, escolhemos o *Última Hora* como selecionador do contexto estudado, uma vez que, analisando previamente outros jornais (*Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *Diários Associados*), antecipamos uma investigação pouco satisfatória, enquanto que o *Última Hora* projetava seus artigos dando destaque ao presidente e, por esse motivo, interessava-se pelos seguidores ou pelos partidários da política iniciada nos anos 50.

Desse modo, conseguiríamos responder à pergunta motriz: os trabalhadores ausentaram-se durante o Segundo Governo Vargas ou, atraídos por narrativas e discursos, ficaram inexpressivos às suas condições de vida? Não. Por qual motivo o “populismo” é escolhido como catalisador explicativo para os períodos em que Getúlio Vargas esteve como presidente? Na busca pela resposta, vimo-nos diante de outra pergunta: o periódico que cresce como “expressão do getulismo” conseguiria perdurar a sua existência se contasse apenas com os discursos e as narrativas do governo? Seria possível continuar existindo apenas com a “matéria-prima” Getúlio Vargas? O jornal conquistaria mais adeptos/leitores, sem que a presença e as requisições não estivessem no periódico? Buscamos responder todas essas questões dentro das três partes que seguem a nossa dissertação.

No “Impossível consenso na sociedade heterogênea”, concentramos a nossa atenção em discutir o que é “Cultura Popular”<sup>7</sup>. Foi nosso objetivo detalhar o conceito, a fim de compreendermos futuros usos dentro da dissertação, afinal, referenciar o popular por vezes acarreta uma carga semântica negativa, mais ainda quando posta em confronto com outras expressões culturais e de classes sociais. Dessa maneira, buscamos estudiosos que analisam profundamente o assunto, como Chauí (1980, 1994, 2012), Burke (1984) e Zizek (1996), na medida em que enfatizam a composição de história múltiplas em que se restauram uma narrativa conhecida por meio de novos símbolos recém-descobertos e/ou comprovados.

Durante a escrita, percebemos que, se não combinássemos os artigos sobre cultura com a nossa fonte, não assimilaríamos a importância de estar presente do periódico. Por esse motivo, procuramos referências sobre o assunto – para escrever sobre “Jornalismo Político” – como Mannheim (1980), Bourdieu (1997), Bastos e Rego (1999), Marx (2000), Berger e Luckmann (2004), Traquina (2005) e Lippmann (2010).

Ainda sobre “Impossível consenso na sociedade heterogênea” é preciso alertarmos que os primeiros escritos ambicionaram trazer o leitor para uma discussão bibliográfica sobre determinados conceitos que vez ou outra apareceriam ao longo da dissertação. Nesse sentido, antes de debatermos sobre especificamente o papel do *Última Hora* nos anos 1950, discutimos

---

<sup>7</sup> A discussão sobre “cultura popular” advém da preocupação ilógica de atribuir tudo o que vem do povo/trabalhador como imerecida de relato. Decidimos compor um subcapítulo sobre esse tema, a fim de dar por conclusiva essa questão. Sabemos que cultura é um conjunto de atitudes e ações de distintas pessoas que se relacionam, dando sentido (às vezes, comum) a signos e códigos que o convívio impõe (como o valor de trabalho). Sabemos que “popular” resulta da palavra “povo” e, por vezes, vem da incompatibilidade daqueles que não se veem como tal, visto que, aí, há outro entrevero – a questão de classe. Logo, “Cultura Popular” ou “Cultura do Povo” é uma linguagem política em que uma mesma classe se identifica como partícipe na criação de códigos e signos e está intimamente ligada pelo espaço que compartilha e divide, assim, dispõe de uma cultura, embora desassociada de outros integrantes da sociedade.

o papel geral da imprensa em relação da sociedade, como, também, na formação cultural e sua função democrática.

Outro subcapítulo que integramos a essa primeira parte foi “Opinião Pública e Opinião Popular”, num evidente propósito de não confundir tais vertentes, uma vez que nem toda opinião pública perpassa pelos sentidos populares. É conhecido o desempenho da imprensa-empresa que, além de escrever para seu leitor, também escreve para o seu anunciante. Por essa razão, pode tornar-se um aparelho ideológico, capaz de aceitar ou renunciar participação em fatos políticos. Compusemos essa parte com autores como Zizek (1996) e Chauí (1980, 1994, 2012).

E, próximo ao fim, separamos dois subcapítulos para elucidar quem foi e o que representou Getúlio Vargas. Elaboramos uma perspectiva crítica acerca do sentido de “revolução” e tratamos, no período inconstitucional, o ocupante do cargo como ditador. Mesmo diante da elaboração da Constituição (1934 e 1937) fora mantida a pecha de ditador, uma vez que, ininterruptamente e sem participação direta da população, a mesma pessoa que outorgou o golpe se encontrava à frente do país. Esse estigma só seria abandonado em 1950, ano em que a vontade popular se estabeleceu por meio das urnas.

Em “A voz destoante da grande imprensa” busca um detalhamento de como a notícia é compartilhada pela imprensa e de sua capacidade de introduzir-se dentro do cotidiano, revelando-nos a função congregadora ou desagregadora, opções escolhidas previamente à feitura do artigo jornalístico. Como estamos direcionados a compreender o cotidiano político do início dos anos 50, detivemos nosso interesse no periódico *Última Hora*, um dos poucos jornais que opta por uma narrativa oposta ao ataque (organizado por jornais que não queriam ver Getúlio Vargas como presidente, entre os Jornais estão: *Diários Associados*, *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *O Jornal e Folha da Manhã*).

Dessa forma, “Uma Ideia de Jornal” sintetiza o contexto político da época e contemporiza os efeitos que a falta de “narrativas” positivas pode ocasionar à administração de qualquer governo. Utilizamos os estudos de Wainer (2015), Halbwachs (2006), Lippmann (2010), Luca (2010), Neto (2011) e Wolf (2012), para compor o cenário do Rio de Janeiro e os delineamentos da notícia.

O subcapítulo “Um Novo Jornal na Praça” revela as dificuldades de organizar um diário, mesmo que apoiado por proeminentes financiadores. Destacamos, ainda no início, alguns jornais existentes no período e a futura objeção que o *Última Hora* chamará para si em suas reportagens, previamente divulgadas como getulistas. Atentamo-nos a publicações que trazem significados já identificados como próprios do presidente Vargas, como paternalismo,

negociação, simpatia e publicidade. Nesse segmento, concentramos os nossos esforços em referenciar nossa fonte de análise, juntamente com os textos examinados.

Em “Se Equilibrando entre Publicidade e Jornalismo”, procuramos manifestar o nosso interesse em entender e fazer serem entendidas as diferenças – cruciais – entre publicidade e ofício do periodista. Procuramos a explicação no interior dos escritos de Bourdieu (1997), Gomes (2005), Traquina (2005), Fonseca (2009) e Lippmann (2010).

A identificação com o presidente era direta. Dessa maneira, por meio de um jogo de palavras, “(E)leitores e o *Última Hora*”, almejávamos responder se os leitores do jornal eram também eleitores de Getúlio Vargas. Embora não haja resposta conclusiva, podemos utilizar os indícios para afirmar que muitos simpatizantes apareciam no periódico com responsabilidade destacada. Por essa razão, voltamo-nos a biografia de Wainer (2015) e ao estudo de Lippmann (2010), além de artigos do jornal sobre aparições de ministros, principalmente o do Trabalho.

No subcapítulo seguinte, intitulado “O enredo profissional se transforma em popular”, buscamos continuar a temática anterior, com destaque às publicações do jornal que substituía, por vezes, as narrativas profissionais para declarações de populares sobre a mazelas cotidianas.

Encerramos com “Sinônimo de Trabalhador é Povo”, cuja afirmação objetiva estreitar os significados dentro de nosso trabalho, afinal, os termos “trabalhador” ou “povo”, quando aparecem dentro do periódico, referem-se a alguém que ocupa um trabalho-braçal. Contudo, o mesmo não ocorre quando são mencionados políticos ou empresários. Seriam esses últimos menos trabalhadores? Ou menos povo? Assim, utilizamos para a feitura deste subcapítulo textos sociológicos de Chauí (1980, 1994, 2012) e Wanderley (1988).

Em “A representação de trabalhador pelo *Última Hora*” procuramos dar maior vazão aos desejos populares associados à figura do presidente. Destacamos as matérias com maior impacto nos acertos entre área administrativa e sindicatos, continuando nosso enfoque em nossa fonte, equiparando às bibliografias estudadas.

As demandas de 1951 perduraram em 1952, de modo que o início daquele ano trouxe antigos problemas. No subcapítulo “Novo Ano Com Velhos Problemas (1952)”, apresentamos esses problemas de acordo com a percepção do periódico, mas não somente. Buscamos as interpretações de pessoas intimamente envolvidas às greves ou de pedidos de interferências, normalmente daquelas que requeriam um restabelecimento na seguridade de vida. Portanto, aqui, vemos a aparição do novo-ministro do Trabalho em maior destaque.

Além disso, no subcapítulo “Tensionando a Crítica”, verificamos a capacidade de negociação ruindo paulatinamente e a separação das entidades sendo cada vez mais nítida, em

que a imagem do presidente ainda continua a ser explorada pelo periódico. Também notamos a separação dos órgãos administrativos. Ministros e Executivo conferenciavam, mas não eram objetivos. Dessa forma, as críticas rebatiam em Getúlio Vargas, mas eram em grande parte amortecidas pela crítica aos Ministros. Nesse subcapítulo, utilizamos os escritos de Lippmann (2010), Delgado (2011) e uma vasta documentação exposta no jornal de políticos, em que é reafirmado o comprometimento do presidente.

Em “Onde Nada se Ganha, Mas Quase Tudo se Conquista”, passamos a acompanhar as solicitações e movimentações políticas que ainda lutavam por condições dignas de vida. Observamos a imagem do presidente sofrer abalos e as pressões para que os ministros se importassem com as inquietações dos sindicalizados.

Ao final, trazemos “O Fim de 1952, Um Ano Remarcado Pela Exigência de Cumprimentos”. Contemplamos a aparição mais vívida organização partidária dentro do periódico, a exigência dos sindicatos pelo cumprimento dos acertos e a busca por concatenar as ações do Governo aos seus interesses diretos, que dava maior concordância entre agitações – anteriormente criticadas – aos discursos do presidente. Essa concatenação não indica a mudança de ordem administrativa ou executiva dentro da política getulista, já que as conquistas sociais advindas dos meses subsequentes foram provenientes das pressões sociais que, como consequência, geraram grandes greves de aspecto modificadores. Além dos estudiosos citados anteriormente, destacamos também as contribuições de Moore Jr. (1987), Damas e Christofolletti (2006) para a composição deste subcapítulo.

Consideramos que a pesquisa realizada, aqui, pode impulsionar trabalhos que discorram sobre o mesmo período, uma vez que mostramos, com base na folha *Última Hora*, a participação e o empoderamento do espaço público pelos trabalhadores, promovendo, por vezes, um pertencimento dentro do jornal, espaço privado e composto por amarras de comportamento radicalistas em que a tendência é abordar, de forma mais empática, as calorosas negociações do que os movimentos sociais feitos nas ruas, nas fábricas e nos sindicatos.

Nesse sentido, toda a investigação realizada por nós pode auxiliar as mais diferentes análises. No campo histórico, se voltarmos o olhar ao contexto levantado, notamos nossas intencionais rupturas com o que se convencionou a chamar de “História Tradicional” (ou, às vezes, “Oficial”). Em outras palavras, propomo-nos a inverter a pirâmide das representações, optando pela perspectiva dos operariados/sindicalizados (quando esta preferência minguava – pela ótica de nossa fonte de análise – voltávamos nossos escritos aos sujeitos já familiarizados pela História). No campo sociológico, podemos enfocar os discursos enunciados na imprensa e suas tentativas de controle por meio de censuras editoriais – críticas sempre moderadas e

“facilmente” revertidas em lépidas respostas –, embora a presença dos trabalhadores dentro da folha, reivindicando justiça sociais e trabalhistas, não seja menos importante. Ainda no campo da dominação, podemos enveredar nossos escritos para estudos que tenham como enfoque os estudos midiáticos, os controles por meio das letras e os muitos enquadramentos que direcionam, por meio do recorte, o que supostamente é interessante ter conhecimento. Foi intencional ampliarmos nosso objeto de estudo para outras áreas do conhecimento, além disso, foi essa desobstrução que conseguiu reparar os contextos históricos com o encadeamento de fatos próximos do verossímil, adquirindo aspectos interdisciplinares.

## **IMPOSSÍVEL CONSENSO NA SOCIEDADE HETEROGÊNEA**

### **1. Cultura Popular**

Nos anos 50, a composição do cenário brasileiro estava mudando, afinal, um país, que há pouco tempo ganhava com mudanças trabalhistas e econômicas, conseguiu eleger para um segundo ato um presidente fortemente identificado com um público mais carente de transformações. Dessa maneira, era aparentemente fácil precisar a composição de duas culturas: a primeira delas vinda de realizadores acostumados com o marchar da história – que, embora volúvel, sempre adaptada aos interesses de uma classe social específica: políticos, jornalistas e empresários –, em contradição a uma segunda cultura que se ajusta como uma classe não-subordinada, de acordo com Losurdo (1999), também composta por uma intelectualidade de políticos e jornalistas, com o somatório de pessoas interessadas em ver realizar ou, pelo menos, discutir suas aspirações<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> As culturas que se formam foram apreendidas ao longo do tempo. Se as separarmos em duas culturas é porque com a divisão de classe social tudo reduziu-se a um maniqueísmo ostensivo entre “o que presta” e “o que não presta”. É necessário precisar que as culturas podem não ser complementares, mas são, por outro lado, inspiradas por aquelas que preexistiram. A intenção em determinar algo como “popular” foi para não ficarmos na generalização deste conceito, para ficar evidente que o que se advém do “povo” é o que identificamos como a troca feita entre pares, logo, identificamos uma realidade que não se mistura: trabalho, cotidiano, cidade, indústria, sindicato, família, escolarização.

É com a aparição de populares, expondo seus interesses dentro do jornal, independentemente do modo, que é possível comentar a feitura de uma cultura política popular. E foram os anos 1950 um divisor de águas, pois, como observa Abreu (2008), além da inovação técnica, o jornal compôs uma nova narrativa, o popular apropriou-se do manejo de um discurso de combate. Posto em comparação com os anos que seguiram, é perceptível uma conscientização mais condizente com seus interesses políticos, uma tomada mais acordada sobre seu lugar-de-fala e a execução de uma cultura autônoma<sup>9</sup>.

Determinar o que é popular implica considerar um número infindável de questões. Primeiro, é necessário que nos remetamos ao sentido de classe, aliás, precisar o popular condiciona-nos a enxergar que o alcance das ações, dos episódios, das circunstâncias está para todos, contudo, a aspiração em ascender deveria ser majoritariamente propriedade daqueles que se consideram (e são considerados) injustiçados. Ausentes, por vezes, daquelas condições de seguridade econômica, garantem, ao menos, destacamento social. É evidente que ocupamos nosso olhar àqueles que Moore Jr (1987) nomenclaturou de “camadas inferiores” da sociedade, devido – é claro – as condições que não dispõem ou, caso as tenham, condições de atraso: propriedade, renda, educação, poder, autoridade e prestígio. Dessa maneira, é possível supor que existem “camadas superiores”, que detêm os valores que o seu oposto possui em defasagem e que, muitas vezes, obedecem a um *status quo* inerente, não se angustiam com o sofrimento alheio.

Não há interesse na concomitância ou no acerto entre os estágios. Além disso, o que justamente diferenciam as classes é o sentido dado as coisas<sup>10</sup>, levando em consideração que o que é ordinário para uns, pode ser profundamente essencial para outros. Nessa busca por contato social é que podemos discutir o acesso à cultura como produto de consumo, como a possibilidade mais viável de ascensão. Quando a cultura que se vivencia não é suficientemente capaz de abranger mais que um cotidiano superficial é devido aos desafios econômicos e sociais estarem minimizando a dignidade de determinada classe social. Expostos, desde cedo, a uma tradição, é costumeiro o desmerecimento de tudo aquilo que não é visto como “oficial”,

---

<sup>9</sup> A cultura se desenvolve ao longo do tempo e as sociedades absorvem-na aplicando aos seus círculos aquilo que acham útil. São as simpatias ao que é imposto que garantem o pertencimento de pessoas a um grupo e, portanto, são as antipatias que possibilitam a formação de outros grupos. A rivalidade entre eles dependerá de outros fatores. O que nos interessa é a autonomia e a capacidade de ver o cotidiano com os próprios olhos, não sendo submetidos a pré-julgamentos. Em nossa perspectiva, é o movimento sindical que oferece um dos caminhos para o autoconhecimento.

<sup>10</sup> Mencionamos o significado dos códigos que cada cultura dá ao seu convívio. Sobre isso, é necessário pontuarmos que, embora as classes sujeitadas ao capital não possam determinar o valor do seu trabalho ou mesmo as relações sociais com justiça, a luta cria um consenso daquilo que é justo e são as experiências históricas de tudo que fora apreendido que dá novo sentido a vida dos que são subjugados. As vitórias são apropriadas para servir de inspiração para o presente.

conduzindo a uma perspectiva viciada das relações, em que dominadores e “interpretados”<sup>11</sup>, ante aos acontecimentos preexistentes, aparentemente dispõem de “ações pré-determinadas pela História”.

As lutas culturais se compõem com o intuito de preenchimento de espaço. Esses espaços são lugares de pertencimento, onde classes socioeconomicamente distintas se “(in)dispõe” a rivalizar para que sua esfera representativa possa abranger mais do que apenas suas combinações. A negociação entre patrões e sindicatos, é um exemplo. Além disso, os acúmulos de espaços, independentemente da classe social, retratam a negação das opiniões dos outros, por essa razão, torna-se importante sua conquista. Aliás, num contexto em que é o ritmo de trabalho que dita todas as outras relações, ordenar o interesse popular em torno de melhorias é buscar mais sensibilidade política à toda classe trabalhadora.

Em vista disso, um ambiente mais favorável aos populares garante o não “nivelamento” social, políticas públicas abertas ao diálogo e a contragolpes, em que as concessões são as principais premissas; enquanto que um ambiente voltado para as classes dirigentes se reveste de valores ocultos, associado a conchavos políticos ligados a nebulosas estratégias, em que os principais favorecidos são pessoas (ou empresas) extremamente próximas do poder impositivo. O que garante uma luta justa é a noção de competência dentro do discurso, embora estejamos nos referindo a um ambiente maniqueísta, não deixa de ser público e é nesse ambiente que todos os discursos ganham valor. Todavia, Traquina (2005) recorda que não é necessariamente qualquer classe que consegue atingir os diversos sujeitos-sociais.

É perceptível que a dissonância gera as distinções culturais. Quando as prerrogativas se encontram, não são por um pacto, mas por movimentos violentos (simbólicos ou não) que indicam a superioridade de uns sobre os outros. O discurso está intimamente vinculado à unidade de iguais, entretanto, só se faz competente quando tem a habilidade de agregar convicções – semelhantes ou não – ressignificadas conforme os seus próprios princípios. Aqueles que se veem com a responsabilidade de reconstruir sentimentos díspares, traduzindo aos seus pares, são vistos como conciliadores e portadores do “discurso competente”, dado que enfrentam uma declaração auto-instituída: a doutrina do Estado. Essa fora produzida através de muitas disputas sociais e, ao ter encontrado os mecanismos (violência, dinheiro, cultura, economia) para a manutenção de seus privilégios, recusa-se a enfrentar as desvantagens

---

<sup>11</sup> Optamos por designar o oposto de “dominadores” à “interpretados”, já que o termo “dominados” acarreta uma carga semântica que não faz jus às “culturas populares” que tal classe foi capaz de desenvolver ao longo dos séculos. Afinal, seus históricos percursos de lutas, como seus empreendimentos numa narrativa própria, não os fazem ser dominados, mas somente interpretados por aqueles que julgam estar sob seu controle. Dessa maneira, “interpretados” engloba positivamente as classes populares e não concede plenos poderes aos “dominadores”.

políticas (asseguradas por hierarquias) arrolada nos problemas sociais (carestia nos mais diversos polos da vida). A invocação dos discursos conquistou a qualidade de direitos, capazes de denunciar irregularidades, criando pautas com mais robustez sobre uma sociedade justa para todos os envolvidos. Nessa direção, tal como Chauí (1980) afirma, o discurso do social e o discurso do político ganharam expressão para discursarem *sobre* quaisquer dos temas.

Todo o contexto começa a ser banhado pela defesa de perspectiva, todas as pessoas se mostram aptas a relatar os infortúnios e as vantagens que se aproximam de sua vida. Fica evidente um ganho de expressão dentro das classes populares. As histórias passaram a ser relatadas, e não mais intermediadas. Logo, da mesma forma que existe um mecanismo para a manutenção do *status quo*, passa a existir um dispositivo que destaca as relações sociais e seus entraves. A transformação do cenário influi no aparecimento de pessoas anteriormente relegadas pela (dita) história-oficial. Contudo, com a conquista de espaço e o combate entre partes, formou-se também uma ideologia própria. Em vista disso, se há a ideologia da classe dominante, há também uma ideologia de uma classe desamparada pela estrutura do Estado e capaz de apontar o falseamento provocado pelos seus tradutores.

O social histórico é o social constituído pela divisão em classes e fundado pela luta de classes. Essa divisão, que faz, portanto, com que a sociedade seja, em todas as suas esferas, atravessada por conflitos e por antagonismos que exprimem a existência de contradições constitutivas do próprio social, é o que a figura do Estado tem como função ocultar. Aparecendo como um poder uno, indiviso, localizado e visível, o Estado moderno pode ocultar a realidade do social, na medida em que o poder estatal oferece a representação de uma sociedade, de direito, homogênea, indivisa, idêntica a si mesma, ainda que, de fato, esteja dividida. A operação ideológica fundamental consiste em provocar uma inversão entre o “de direito” e o “de fato” (CHAUI, 1980, p. 20).

A criação de novos contextos – extra-história-oficial – previne que se materialize classes sociais distantes da esfera do Executivo. A oficialidade dos fatos, normalmente, é acompanhada de generalizações distorcidas, a fim de dar um sentido específico à narrativa. Embora adulterassem as formas de vida, sua face mais nociva foi de criar raízes dentro do imaginário popular. Desse modo, é que se defende (des)aprender todo discurso que mascara opiniões como um acesso à veracidade, que nos faz crer que o choque entre as ideologias é benéfico para aparar arestas históricas ilógicas, como, por exemplo, o mito de sermos pacíficos frente a situações de desconforto. As greves são reações a esses momentos de injustiça, vide que todo contexto de injustiça vem, justamente, da fricção da margem que separam as classes sociais. Nesse sentido, os meios de comunicação são utilizados para desarmar esse desgaste, amenizando os atritos através de matérias conciliadoras e soluções vindouras.

Talvez uma das formas mais extraordinárias pela qual a ideologia neutraliza o perigo da história esteja em uma imagem que costumamos considerar como sendo a própria história ou a “essência” da história: a noção de *progresso*. [...] de tal modo que a história não é transformação e criação, mas explicação de algo idêntico que vai apenas crescendo com o correr do tempo. Outra noção que também visa escamotear a história sob aparência de assumi-la é a noção de *desenvolvimento* (CHAUI, 1980, p. 29).

Encontrar-se passivo está alinhado aos discursos midiáticos que, por vezes, não combinam com as discordâncias sócio-históricas. A interpretação dá-se de variadas formas, como a forma-relato, em que tudo é transmitido como se progredisse, com uma conclusão equilibrada e premeditada. Entretanto, o excesso de detalhes (ou conseqüentemente a falta deles) reflete exageradamente no desembocar dos resultados e, finalmente, em como essa narrativa será passada para frente – não ambicionando um progresso ou desenvolvimento, mas objetivando o máximo de fidedignidade.

Essa apropriação do alheio, quando há uma condensação das formas para que se caiba dentro de um molde preestabelecido pelas classes dominantes, é o que questionamos. É construída uma única narrativa, com pouquíssima intersecção entre as classes. A participação de populares na construção de uma cultura nacional, por exemplo, é feita de maneira ínfima, sendo profundamente pontual, a fim de entregar uma acomodação de suas palavras. A palavra acomodada se torna inimiga do “discurso competente”, tendo em vista que dispõe, dentro do seu rol, o consentimento: transfigurar a omissão de classe em, ao menos, incômodo, acaba sendo um trabalho minucioso de reconhecimento de valores, dado que o relato toma partido em que é necessário enxergar, nas entrelinhas, a indiferença.

[...] não existe conteúdo descritivo neutro; toda descrição (designação) já é um momento de algum esquema argumentativo; os próprios descritivos são, em última instâncias, gestos argumentativos reificados-neutralizados. Esse impulso argumentativo assenta-se nos *topoi*, nos “lugares comuns”, que operam apenas enquanto naturalizados, apenas enquanto os empregamos de maneira automática, “inconsciente” – uma argumentação bem-sucedida pressupõe a invisibilidade dos mecanismos que regulam sua eficiência (ZIZEK, 2007, p.16-7).

A naturalização da indiferença evidencia o jogo de palavras que são submetidos os populares. Além disso, sobre as circunstâncias de “lugares comuns”, a mascarada oficialidade da história submete-os a algo que não os pertencem: a perpétua inércia. O principal problema está em preterir uma história pela outra, todavia, o esforço contínuo do “fazer surgir” das classes

interpretadas (e não dominadas) fora contundentemente intenso, confluindo em manifestações impossíveis de serem desconsideradas<sup>12</sup>. Dessa maneira, o “fazer surgir” está unicamente à disposição da classe que não possui os meios simbólicos necessários para fazer ver valer seus relatos. Valemo-nos da ressalva de que não são exclusivamente de relatos que tais populares vão em busca, mas, certamente, são por meio deles que é possível precisarmos uma cultura de combate, um discurso competente e uma ideologia própria. Há uma contraposição entre os poderes e, desse modo, quando pequenas batalhas são vencidas por aqueles que estão na base da pirâmide social, a vitória acaba por interferir positivamente no desenvolvimento político-social de uma geração de trabalhadores.

Atitudes são aprendidas e valores são ressignificados. É estabelecida uma nova ordem, inaugurando um novo olhar com a socialização dos interpretados, um conjunto de normas que oferta mais vazão ao cotidiano, conjuntamente a uma reunião de referências. Os elitizados não se misturam com os trabalhadores/povo, no entanto, com a criação de uma “Cultura Popular”, parte dos trabalhadores deixaram de se afastar dos seus interesses. O aparecimento de trabalhadores no jornal é afirmação do surgimento de uma nova cultura, afinal, é sabido que o aparecimento de periódicos remarca os interesses classistas<sup>13</sup>. Demonstrar o aparecimento de

---

<sup>12</sup> Greves, mobilizações, reuniões sindicais, acordos governamentais e até reclames pontuais (na esfera federal e local).

<sup>13</sup> Em comparação trazida por Melo e Sodré (2003) sobre a ocupação territorial e o desenvolvimento da primeira imprensa nas colônias, vemos, em papel de destaque, colônias inglesas e espanholas. E, se comparadas com a colônia portuguesa (Brasil), percebemos uma discrepância vexatória. Enquanto as colônias inglesas e espanholas têm acompanhado o funcionamento da imprensa com ocupação de, no máximo, 18 anos, a colônia portuguesa só pôde contar com jornais em 1808, com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, o que garantiu um intervalo de 276 anos sem meios formais de comunicação. Os pesquisadores fazem a ressalva de que isso se deve às formas de explorar a colônia, urbanização, grau de instrutivo e convivência. Os jornais não foram os primeiros modos de comunicação, tendo em vista que as formas de se manter informado era pelos *pasquins*. Com excessivas figuras de linguagem e sem o comprometimento calcado com o seu desenvolvimento, não podíamos esperar algo crítico como a imprensa europeia (a citar, francesa), além do mais, trazida pela Corte Portuguesa, as informações contidas nos *pasquins* eram um passatempo para os monarcas (D. João VI e D. Pedro I). O locais de venda também se desenvolveram, já que, antes das bancas, os *pasquins*/jornais eram vendidos em livrarias. O desenvolvimento do que chamamos, hoje em dia, de imprensa, inicia-se nos anos 1830 a 1850, isso, pois, com a perda da condição de reino-unido à Portugal, a imprensa conseguiu ser mais crítica politicamente, digladiando pela liberdade do país. Já na segunda metade do século XIX, foi tornando-se cada vez mais política. Houve a exclusão da pasquinagem, no entanto, houve um abrandamento nas questões políticas que somente fora superado quando as situações se intensificavam entre “monarquistas” e “republicanos”. Foi nesse período que jornais foram fundados, respeitando a ideologia dos mais distintos fundadores. Logo, defendia-se aquilo que as facções políticas queriam, a exemplo do jornal *A República*, que não serviria a outro propósito do que divulgar os ideais republicanos, pregando livremente a substituição do regime político. Após a proclamação da República, outro tipo de jornal surgiu no Brasil, o de braço empresarial, em que grandes magnatas ou barões do dinheiro investiam nos meios de comunicação. É nesse interim que nasce os jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Correio do Povo* e *Jornal do Comércio*, nascidos nos anos 1920, alguns perdurando até os dias atuais. Outros periódicos também surgiram nesse tempo, como *O Globo* e *Diários Associados*. Vale a menção de que o surgimento da República deu aos operários expectativas de melhoria das suas condições, rapidamente desiludidas, aparecendo jornais para defender seus propósitos: *O Despertar*, *O Libertário*, *Gazeta Operária*, entre outros. Quando terminou o Estado Novo (1945), houve uma revolução na imprensa, a começar pela inspiração. Ao escrever os periodistas eram antes movimentados pelos ares francesas, sendo, muitas vezes, passionais. Foi a partir dos anos 50 que os periodistas

peessoas-comuns é oferecer vivacidade aos fatos, encorpados de entremeios e, às vezes, narrados de forma retilínea. Não procuramos monumentalizar as ações dos trabalhadores, valemo-nos da premissa de Pinsky (1988), na qual pretende dar maior dimensão aos acontecimentos históricos, utilizando, como fonte, um produto identificado como instrumento de controle e que, quando questionado, torna-se um propiciador de desmistificação da história dominante.

Nesse sentido, “revelar” o povo fora circunstancial para “provar” seu valor dentro da História. Embora seu aparecimento fosse frequente, o ato de examinar seus intuitos e tentar especular seus sentimentos transferia extraordinária responsabilidade ao intérprete. Ainda que a história das classes populares (como a de sua cultura) não se faça apenas de interpretações, tendo em vista que as lutas sociais são muito mais extensas do que qualquer explicação – mesmo que empreenda muita energia para contá-las com “exatidão” –, como já fora discutido, as simpatias intrínsecas podem direcionar os rumos da elucidação, gerando, (in)conscientemente, o silenciamento e/ou distanciamento do que não lhe causa simpatia.

Segundo Agamben (2004) é a “exclusão do outro” que faz gerar a sobreposição das vozes, em que o intérprete se sente hierarquicamente superior aos eventos, como se os dominasse. Essa assertiva ecoa nos estudos de Burke (1989), em que mediadores/restauradores, completam brechas temporais ao retirar a confiabilidade antes (re)conhecida.

[...] ler o texto de uma balada, de um conto popular ou até de uma melodia numa coletânea da época é quase como olhar para uma igreja gótica “restaurada” no mesmo período. A pessoa não sabe se está vendo o que existia originalmente, o que o restaurador achou que existia originalmente, o que ele achou que devia ter existido, ou o que ele achou que devia existir agora (BURKE, 1989, p. 47).

Dessa forma, o que está em jogo são os conjuntos de valores que asseguram a remota administração da pirâmide social, em que o controle de poucos sobre muitos se torna estrutural e automático. Logo, nenhuma disputa classista é dada em vão, já que representa ranhuras ao modelo representativo vigente. Por essa razão é que as culturas se resvalam, sem trocar muita informação, podendo ser complementares, mas, antes de tudo, coexistindo. As culturas não precisam e, na maioria das vezes, não aspiram precisar de reputação entre os outros, porém, necessitam, sentir que as tramas da mobilidade social se movimentam a partir das suas decisões, haja vista que a ausência de deslocamento (ascensão), além de causar o sentimento de injustiça, causa, sobretudo, a revolta. As classes mais próximas do Estado tiram proveito dessa separação,

---

começam olhar com mais simpatia ao modo de escrever norte-americano, compondo notícias mais críticas e oficiosas.

dado que garantem a estabilidade nas ações que pregam pela inação, uma vez que a maioria dos privilegiados não querem perder seus *status* e são pintados como *unos* e concatenados.

As disputas entre as classes ocasionam a feitura de novas culturas, aliás, toda rivalidade social é capaz de formar *modos de vida*. Uma vez que as pessoas se aproximam por suas similaridades, é possível divisá-las por meio de um conjunto de características em que estão dispostas na organização social: (i) mais acima, com um número reduzido de pessoas; ou (ii) mais embaixo, com o grosso da população, movimentando desejos por ascensão, pela fórmula da justiça/direitos. Aliás, é a (in)justiça que move os valores predeterminados, é a busca por resultados que alteram as condições de vida. Dessa maneira, para conduzir mais pessoas para o mesmo benefício, faz-se necessário partilhar e, nesse interim, é que a utilização dos meios de comunicação se estabelece como um forte aliado aos que demandam por melhoria.

A comunicação se torna fundamental para combater, de igual para igual, o *império das ideias*, já que é por meio dela que se mantém culturas e opiniões pré-adquiridas. O domínio do meio pode ocasionar inversão de valores, haja vista que escancara abertamente a divisão social existente e desvencilha a falsa igualdade entre as pessoas, quando bem usada. Caso contrário, pode reforçar as instituições de poder-imperativo, que ocultam qualquer nível de percepção que mencione injustiças dentro da inter-relação das camadas sociais. O posicionamento dos meios de comunicação pode ser maleável, pois seu comportamento pode estar compromissado com grupos que possuem o poder de determinar qual é o sentido que se deve dar à notícia. Os dominantes se empenham em deixar os “interpretados” no quase-desconhecimento sobre a concreta realidade – atividade que não é total, visto que os problemas são sentidos no cotidiano –, os “interpretados”, mesmo que em aparições espontâneas, movimentam-se contra essa ideologia dominante, absorvendo todas as competências da comunicação. A ambição? Serem os intérpretes de suas próprias escolhas. A aspiração para o futuro? Serem os narradores de sua própria História.

### **1.1 Jornalismo Político**

É objetivo deste subcapítulo tratar das construções tramadas entre jornalismo político com a sociedade. É evidente que não há uma passagem entre fazer jornalismo e jornalismo político. É inda mais evidente que esses ofícios se complementam e, por vezes, referenciam acontecimentos em uma dada forma política (interessada).

Traquina (2005) elaborou um Manual de Jornalismo, utilizado até os dias atuais. O estudo se preocupa em descrever e problematizar as ferramentas dispostas à frente do periodista.

Esta é a razão de estudarmos a “Cultura Popular”, antes dos meios de comunicação (meios de controle). Assim, no momento em que sublinhamos o mérito de trabalhadores em fazer-se notícia por meio de seus próprios recursos, é impensável subverter seus comportamentos a qualquer dominação. Abreu (2008) destaca o publicista como um narrador presente na história, afastando completamente o predicado de neutralidade, uma vez que sua escrita está induzida pelas suas crenças, pela sua própria cultura. O ambiente em que vive pode ser interpretado de acordo com os seus relatos (mas não mudado), a ideologia empresarial pode certificar-se disso por meio dos múltiplos controles, que serão tratados a seguir, incluindo entre eles a fiscalização e a busca por uniformização.

As culturas são construções da realidade do Homem: se confeccionam, paulatinamente, conforme as relações se estreitam e os costumes em comum se convergem. É uma prática transformadora e marcadora de pertencimento, é um conjunto que *produz*, ao mesmo tempo que *é produzido*, portanto, não possui uma forma fixa, evidenciando sempre um lugar de destaque com o meio em que vive – podendo sempre ser discriminada. A disjunção ocorre, pelo fato de que a construção de significados se faz por pessoas diferentes. Dessa maneira, realidades completamente distintas são construídas e variações entrecrocadas, uma vez que cada Homem produz a si mesmo no espaço comum. A sociabilidade está interligada ao lugar comum, aliás, as mais diferentes culturas devem dividir o público e é a comunicação que deve prevalecer diante das assimétricas culturas. A multiplicação das realidades é ocasionada pela interferência de inúmeros sujeitos que desejam produzir sua própria forma de comunicação e interferem em outras para fazer valer o modo com que enxergam a rotina de sua classe, ignorando as produções sociais, psicológicas ou políticas. Por isso, toda ordenação é, como afirmam Berger e Luckmann (2004), a exteriorização do Homem, sua forma de organizar seu dia-a-dia, importando seus valores e de seus pares a outros homens que, diante de um poder simbólico, não possuem a mesma influência no articular das regras.

Esse controle forçoso está diretamente ligado à influência de uma classe social sobre a outra. Dessa forma, a mescla entre domínio e hábito se faz com destreza, ao ponto de as inibições sociais não serem sentidas. O domínio só pode se transformar em hábito se as classes privilegiadas dispuserem de um manejo estratégico, tomarem posse de instituições edificantes e realocá-las para a formação de “culturas profissionais”. Para o encurtamento do caminho e a rápida obtenção de resultado, tais classes se apossam dos meios de comunicação. Dessa maneira, jornais, rádios e canais de televisão se tornam uniformizadores de diferenças sociais, desqualificam as polaridades em prol de uma ação homogeneizada que dê conta de envolver todas as classes. Contudo, essa não-distinção pode ocasionar trâmites societários mais

conflituosos para àqueles que reagem contra o despotismo das palavras que se monta na imprensa, iluminados pelas teorias do agendamento, que estimula perspectiva única sobre o acontecimento, dando destaque de diferentes valores às notícias. Isso significa que o leitor, ao buscar informações no jornal, pode compreender como relevante aquilo que possui mais elementos. Um dos exemplos mais básicos é a perda de espaço dentro dos debates políticos e sociais. Quando o veículo noticioso estabelece a sua linha ideológica, há, implicitamente, uma restrição na presença de matérias divergentes, de modo que o aparecimento se dá “apenas” em formato de “furo de notícia” e/ou de assuntos de interesse nacional.

Os jornais são especialistas na construção de realidades, na medida em que possuem como atividade principal a escrita e, tal como afirma Brandi (2017), fazem dela um hábito que lhe economiza pensar a longo prazo. Desse modo, a matéria alça objetivos diários e os atinge já executando o desfecho. Além disso, as formas jornalísticas envolvidas nos anos 50 acompanhavam as modificações que a sociedade recebia à época. Amado (2012) suscita as reformas técnicas, por exemplo, como a modernização da indústria conduzia a atualização das rotativas, como o interesse pela notícia capturava grupos com as mesmas normas ideológicas, e como se estabeleceram as políticas nacionais desenvolvimentistas com a reintegração social democrática. Em conclusão, a liberdade de expressão relacionou-se muito vividamente com a abertura de ver-se presente nas folhas do jornal.

Por esse motivo, em hipótese alguma os jornais confundem realidade com ficção. Essa prerrogativa está absolutamente descartada pela mancha que tal atividade pode provocar na carreira de um periodista. Toda notícia, por mais romantizada que pareça, deve se assegurar em fatos que decorrem de comprovações. Por mais que os resultados trazidos na matéria fossem contrariados nos dias (meses ou anos) seguintes, a retratação, mesmo que prontamente feita na próxima edição, não alcança os mesmos impactos simbólicos, já que se trabalha com o conformismo do fato, em que a premissa de *as coisas são como estão* é modificada para *as coisas são como são*.

Sobre isso, Bourdieu (1997, p. 19) esclarece que “a propensão ao conformismo político é maior. As pessoas se conformam por uma forma consciente ou inconsciente de autocensura, sem que haja necessidade de chamar sua atenção”. Essas reparações são vistas negativamente pelo proprietário do jornal, as vezes amenizadas devido a mecanicidade dos pensamentos que necessitam acompanhar a ligeireza das rotativas<sup>14</sup>: como já fora dito, a reprimenda nunca atinge

---

<sup>14</sup> Marx (2000) narra a organicidade do trabalho do operário reduzido a condição de máquina, não tem tempo para descanso ou para tomar parte daquilo que está sendo feito. Tudo acontece de maneira tão veloz que dia e noite são trocados na busca pelo aperfeiçoamento da ocupação profissional. Dessa forma, preso ao violento ritmo da

o mesmo efeito da notícia original, então a causa-efeito não é sanada, inaugura-se um espaço de força entre diferentes notícias.

[...] as notícias como uma “construção” social, **o resultado de inúmeras interações entre os diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social** em prol das suas estratégias de comunicação, e os profissionais do campo, que reivindicam o monopólio de um saber, precisamente o que é notícia. A promoção das estratégias de comunicação é legítima e só é **“manipulação” quando métodos ilegítimos, como a mentira ou documentos forjados, são utilizados** [...] Em um nível, os jornalistas interagem com diversas fontes de informação, umas com acesso regular aos jornalistas, **enquanto outras precisam perturbar a ordem vigente** (TRAQUINA, 2005, p. 28, grifos nossos).

As populações podem ser tocadas de duas formas, como nos alerta Bourdieu<sup>15</sup> (1997), conscientemente e inconscientemente. Há aqueles que sentem os mecanismos compondo seu entorno, enquanto outros “aceitam” essas interferências externas e “admitem” o *status quo*, sendo conformistas e consentindo aos mais variados temas. Bourdieu (1997) expressa, em seus estudos, alguns comedimentos acerca da utilização da imprensa. Em minúcias o referido autor se aprofunda no tempo e no espaço cedido à determinadas notícias, compondo termos: *fatos-ônibus* e *ocultar mostrando*.

Os termos utilizados por Bourdieu (1997) revelam os movimentos que fabricam a notícia: o primeiro deles (*fatos-ônibus*) alude ao mecanismo de utilizar a minutagem de um programa (ou o espaço de uma coluna) para relatar fatos de mínima importância, momentos que não interferirão na vida de ninguém, em que seu único desígnio é o assentimento, “preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada” (BOURDIEU, 1997, p. 23-4); já segundo (*ocultar mostrando*) faz referência a momentos que assuntos de absoluta importância para uns são tratados com desdém (ou desapareço) por outros – normalmente a frieza é resultado das diferenças de classes, já que entre aquele que sente e o que relata existe, concomitantemente, as convicções do jornal (editor-chefe) e o ponto de vista de seu dono.

O fato é formado por opiniões, isso ocorre desde o seu acontecimento até a sua releitura pelos jornalistas. Dessa maneira, incumbidos de repassar uma (ou algumas) versão do

---

máquina/rotativa, desenvolve um comportamento que não é natural, sentindo fome ou sede quando seu trabalho termina, necessidades biológicas e sociais são modificadas de acordo com o tempo do turno. Tanto o jornalista quanto o trabalhador lutam contra o fator tempo, suas ações devem estar atadas à ligeireza, afinal, competem contra outros trabalhadores com as mesmas condições de fazer tudo com mais velocidade.

<sup>15</sup> O estudo em questão trata da interferência da televisão no cotidiano das pessoas, das intromissões não alertadas que passam a controlar a vida e atos de quem recebe a informação, visando não apenas esclarecer, mas influenciar, por meio da construção das narrativas. Não podemos ignorar a singularidade desse trabalho, por isso, transportamos seus estudos para a imprensa-escrita adjunto a outras teorias a fim de que nos seja possível utilizar as situações descritas por Bourdieu (1997).

acontecimento, o profissional das letras relata oficiosamente uma versão do episódio. Consequentemente, aquilo que fora narrado torna-se produtor de outras narrativas, em outras palavras, a matéria se transforma em construtora de novos ambientes, em instigadora de novas opiniões e, por fim, em precursora de novas realidades.

A formação da opinião pública está diretamente ligada ao distanciamento da população com a notícia, já que quanto mais distante mais se distorce o aparecimento do público dentro do jornal. Isto posto, faz-nos sugerir que a tentativa de gestão de pensamentos é, naturalmente, mais acessível por aqueles que possuem os aparatos certos. Nesse contexto, a depender da linha ideológica, é possível afirmar que todos os jornais acabam por fazer a mesma coisa, isto é, buscam a singularização e uniformização dos seus leitores, não querem o contato com novas ideias ou propostas, ao contrário, tencionam fidelizar aqueles que já os compram, garantindo a ressonância e a similaridade de opiniões.

A democracia não é um mecanismo de controle, ao contrário, é um sistema que conduz diferentes pessoas a viverem coetaneamente, admitindo a existência do dissemelhante. Logo, a existência de jornais assegura as diferentes interpretações sobre o cotidiano, em que os periodistas buscam a razão a qual mais se identificam, não sofrem com a dificuldade de fazer-se aceitar suas perspectivas e são, aliás, muito bem pagos para propagá-las. E, por serem donos das matérias, são também ditadores das palavras, pois a produtividade condicionada não deixa os seus leitores pensarem por conta própria.

A sociedade planificada que surgirá poderá revestir-se de uma dentre duas formas: será regida quer por uma minoria em condições ditatoriais, quer por uma nova forma de governo que, a despeito de seu poder acrescido, ainda será democraticamente controlada [...] O governo das massas não pode ser exercido sem uma série de invenções e aperfeiçoamentos no campo das técnicas econômicas, políticas e sociais. Por “técnicas Sociais” compreende o conjunto dos métodos que visam a influenciar o comportamento humano e que, quando nas mãos do Governo, agem como meios especialmente poderosos de controle social (MANNHEIM, 1980, p. 13-14).

As combinações entre jornalismo e política renderam teorias que formularam o modo de transmitir a notícia. Uma delas, que se popularizou nos anos 50 e perdura em estudos atuais, é a *agenda setting* ou agendamento. A teoria passou por reformulações ao longo de seu desenvolvimento, em um primeiro momento lhe fora designada plena competência no reformular e persuadir opiniões dos leitores.

Como aponta Moreira (2006), essa prerrogativa não se fez prescrita, uma vez que os leitores detinham suas próprias perspectivas acerca dos acontecimentos e não eram traídos por

mensagens implícitas. Em um segundo momento, todavia, embora as atividades do jornal não funcionassem como os teóricos previam, houve a atualização da teoria: talvez os jornalistas não pudessem, de fato, *controlar* os pensamentos alheios, mas poderiam, ao menos, *direcioná-los* a outros assuntos. Dessa maneira, o público construía, paradoxalmente, uma realidade-fictícia em paralelo com a realidade de fato, assim, as “teorias jornalísticas” eram acionadas para manter o monitoramento da rede social<sup>16</sup>. A formação desse pseudo-ambiente, para Lippmann (2008), era a imprensa condicionando o olhar do público a um cenário que passa a ser visto como montado, imaginado e arbitrário, além disso, que passa por *enquadramentos* em que se exclui a maior parte dos precedentes responsáveis por abrir espaços para novas interpretações sobre o apresentado.

Ainda que os teóricos da imprensa tentassem sugerir um controle completo do que era exibido, podemos indicar a assimilação não proposital das mensagens, tendo em vista que, se as pessoas são compostas por diferentes culturas, podemos imaginar que optam por aquilo que consomem. Dessa maneira, os movimentos de cultura e de identidade se engendram e compõem uma viva rede de comunicações com transferência de características (positivas ou/e negativas), de modo que tal experiência se dissipa e cria novas redes que, futuramente, se encontrarão para, novamente, trocarem aprendizagens. Vale acrescentar que essa dinâmica acontece repetidamente. Por conseguinte, além da formação de opinião, é possível notar a integração de esclarecimentos dentro dos discursos populares, incisivamente abordada pelo cotidiano das notícias, tornando árdua a tarefa de distinguir o que é discurso do jornal e o que é discurso do leitor.

Marcuse (1973) argumenta que o terror se impõe por meio do controle tecnológico. Discutimos que a composição da notícia pode ser libertadora ou aprisionadora, a depender de quem escreve, todavia não buscamos a dualidade. Separando em narrativas boas e más, nosso real objetivo é identificar, no interior do jornal, as formas de vida que a escritura da matéria pode oferecer aos mais diversos elementos da sociedade. O progresso técnico, nesse caso, pode ocasionar uma ordenação daquilo que é considerado importante e daquilo que é irrelevante. Marcuse (1973) afirma que essas formas de poder indicam às pessoas como devem perceber a vida. O sociólogo reflete que as transformações sociais deixaram de passar pelo binômio “burguesia *versus* trabalhadores”, considerando que, com o domínio de recursos técnicos, é

---

<sup>16</sup> Não é nosso intuito delegar um poder maior à imprensa. É fato que as teorias existem graças à possibilidade de mensurar sua capacidade de influência, por isso, não a adjetivamos como um Quarto Poder. Consideramos poderosas as suas práticas, todavia, não ao ponto de pertencer a mesma esfera das leis. Enquanto, o Legislativo, Judiciário e Executivo compõem e efetivam regras, concomitantemente, a imprensa, ao contrário, não age como *una*, são instituições que disputam a fim de agregar mais importância.

possível verificar a projeção de *status quo* para a vida em conjunto<sup>17</sup>. A informação é condição básica para qualquer exibição de descontentamento, mas cabe ao leitor a formação de espírito crítico a fim de se libertar do domínio tecnológico.

Retirar a possibilidade de se ter informação dos acontecimentos às pessoas é um dos cerceamentos mais delicados que se pode acometer, afinal, a sociedade possui anseio pela notícia (TRAQUINA, 2005), necessita dela para movimentar suas relações com outros membros. E é desse enunciado que os periodistas se apropriam para emitir suas matérias, fazendo uso tanto do seu ofício, como das orientações obtidas no dia-a-dia, de modo que não se faz necessário pontuar falhas, uma vez que o jornal, por meio de seu editor, vai fazê-lo repetir sua função (em forma de penalidade) até que ele se adegue ao todo. Vale a evidência de que o jornalismo não serve somente aos poderosos, não é um mecanismo controlado previamente por uma classe que domina, à força, todo um conjunto de pessoas distante desse poder.

A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria prática, é de informar o público sem censura [...]. **As liberdades são reais, mas seria uma visão romântica da profissão imaginar que o jornalismo é a soma de todos os jornalistas a agir em plena liberdade.** Uma pergunta permanente é precisamente até que ponto um jornalista é livre e são livres os jornalistas [...]. É significativo refletir sobre a evolução que as diversas abordagens oferecem do jornalismo como um “espaço” aberto aos diversos agentes sociais. **Afinal, o jornalismo é um “contra-poder” ou um “poder” a serviço dos “poderosos”?** ...o “campo jornalístico” pode ser utilizado como um recurso pelos agentes sociais que oferecem “vozes alternativas”, mas para isso precisam saber jogar o “xadrez jornalístico” [...] Como já foi sugerido, a nossa proposta teórica reconhece que o trabalho jornalístico é **altamente condicionado**, mas também reconhece que o jornalismo, devido à sua “autonomia relativa”, tem “poder”, e, por consequência os seus profissionais tem poder. **Os jornalistas são participantes ativos a definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade** (TRAQUINA, 2005, p.22-6, grifos nossos).

O jornalismo é uma propriedade competente, porém, as formas de utilizá-lo pode ser uma questão mais ampla. Desse modo, como aponta Traquina (2005), constitui-se de “poder” e “contra poder” que, frequentemente em combate, se ofendem e se questionam para poder assumir maior parte do todo social. Pelejam para poder falar “pela sociedade”, pois ela é uma esfera mobilizadora, que pode ser utilizada para preencher valores. Cabe ao “jornalismo

---

<sup>17</sup> Podemos indicar uma padronização no estilo de fazer jornalismo até os anos 1950. Precisando um período anterior à criação da *Última Hora*, a mídia de Samuel Wainer se destaca, pois fazia o contraponto diante dos grandes jornais da imprensa carioca. Sua relevância deve-se ao grande número de exemplares que imprimia, diferenciando-se dos jornais operários, mesmo sendo financiado pela classe dirigente seu modo narrativo era provocativo.

político” e crítico, nesse sentido, a feitura da dissonância, demonstrando os objetivos operacionais do jornal que, ao criticar, utiliza dos artifícios da “família”, “classes”, “indivíduo”, “liberdade”, entre outros.

Um jornalismo combativo – sobretudo, o político – deve objetivar parear as vozes coletivas, não reforçar simbolismos e, sim, equilibrar o peso entre os polos sociais, ofertando as citadas “vozes alternativas”. Por isso, cada jornal dispõe de múltiplas realidades, nas palavras de Bourdieu (1997, p. 25) os jornalistas possuem “óculos” especiais que “operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” e, por fim, são participantes ativos não somente daquilo que retratam, como também daqueles que retratam. Eles são membros da sociedade e, embora tenham alguma autonomia, não têm total domínio sobre os resultados em relação ao que narram, dado que, longe de serem um “Quarto Poder”, sofrem identicamente com doutrinas políticas impostas, estejam eles pró ou contra o Estado, perdem a liberdade, mesmo que em graus diferentes. Isto posto, é possível afirmar que toda matéria tem algum tipo de controle ocultamente incrustado.

...os jornalistas também interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante. As notícias tem uma estrutura profunda de valores que os jornalistas partilham, como membros da sociedade, com a sociedade. Como um todo. Como seus membros. (TRAQUINA, 2005, p. 29)

A comunicação de massa é a engenhosidade com maior valor democrático, já que é a responsável por romper silêncios e consolidar vozes dentro do cotidiano da cidade. Dessa maneira, muitos trabalhadores se utilizavam dela para inteirar seus colegas das condições que se encontravam. É fato que, sempre que os moldes autoritários chegam aos grandes cargos, o controle da imprensa é dado imediatamente, pois se as vozes dissonantes contra a autarquia voltam a ser silenciadas por meio de censuras invisíveis – fatos-ônibus, ocultar mostrando, agendamento, enquadramento – ou por meio de censuras explícitas, dá-se a falsa sensação de normalidade. Além disso, os jornais continuam a circular nas bancas em que passam e a referenciar o cotidiano com mais parcimônia, fazendo com que o leitor desatento não identifique o cerceamento da liberdade em cada página – sua indignação só florescerá quando sentir o tilintar de seus grilhões toda vez que se mexe ou pensa, em direção contrária. Desse modo, para a liberdade de pensamento, é necessário que jornalismo e democracia ajam simultaneamente.

A liberdade de imprensa também é uma beleza – embora não seja precisamente feminina – que o indivíduo deve ter amado para assim poder

defende-la. Amado verdadeiramente – isto é, um ser cuja existência completa, satisfatória ou realizada. Os defensores da liberdade de imprensa parecem estar realizados sem a existência da liberdade de imprensa. [...] ...em nenhum lugar o espírito específico dos Estados manifesta-se mais claramente que nos debates sobre a imprensa. Na oposição à liberdade de imprensa, bem como na oposição à liberdade geral da mente em qualquer esfera, os interesses individuais dos Estados particulares, a natural unilateralidade dos seus caracteres, aparecem em forma franca e brutal, mostrando simultaneamente seus dentes (MARX, 2000, p.18-19).

A constante renovação social está sempre à frente de qualquer técnica e estratégia adotado pela imprensa, uma vez que, enquanto se formula técnicas ou estratégias, a realidade vai se apresentando diante dos olhos dos jornalistas, que possuem um duplo trabalho, a saber verificar os acontecimentos e transformar seu relato em alguma forma de aprendizado, tendo em vista que a compreensão dos fatos resulta no esclarecimento de questões econômicas, política e sociais.

A descentralização do poder é essencial para que autoritarismos não se constituam dentro da sociedade, nesse sentido, o papel conscientizador do jornal pode ocasionar na partilha do poder entre as mais diferentes esferas da sociedade, chegando até aos polos mais afastados. Esse deveria ser sempre o rumo da notícia.

Para que a mensagem chegue ao seu propósito final a repetição pode ser um recurso usado tanto para o bem, quanto para o mal. Como trata Moreira (2006, p. 24), “as informações veiculadas não são vistas mais como capazes de interferir diretamente nas atitudes do público, mas sim de influenciar sobre o que discutir e como organizar a sua “imagem do ambiente”. A recorrência de um assunto relevante adentra como parte da população do mesmo modo que um assunto de baixíssima importância também tem seu espaço na rotina.

É impossível negarmos a intelectualidade da classe jornalística, levando em consideração que todo o seu referencial teórico, com a finalidade de fazer rodar uma notícia, é resultado de variados estudos de como comercializar um fato e implementar dentro dele orientações benéficas (ou não) para a complexa vida em conjunto. Logo, exercitar a democracia por meio da imprensa se torna uma adversidade ímpar, haja vista que, além de construir uma nova realidade, pode desconstruir uma fantasia, posto que é por meio das letras e pelo compartilhamento daquilo que é recorrente que se pode aparar, mesmo que infimamente, as injustiças – ou, ao menos, tomar ciência delas.

Todos esses agentes sociais estão em um ambiente pré-determinado, literalmente nasceram em um contexto onde precisaram se adaptar para subsistirem, tudo ao seu entorno fora criado por alguém antes deles, então, sua capacidade de transformação é reduzida, mas

existe, é o que Berger e Luckmann (2004, p. 85) retrataram no significativo “é assim que as coisas são feitas”, numa alusão à passagem do sentido das coisas. Analogicamente, os autores constroem um cenário onde existem dois cidadãos acostumados a uma rotina endurecida – produzida, primeiramente, por um e, posteriormente, pelo outro, ambos em conjunto –, contudo, a vida de um deles se modifica quando chega o filho: agora três cidadãos passam a dividir o mesmo referencial, toda experiência é passada, num primeiro momento, pelo pai e, após, é adquirida pela vivência, em que o mundo passa a ser tudo que lhe é apontado: “é assim que as coisas são feitas”. E é na contramão disso que o jornalismo atua, ele está diante das “coisas feitas” e mostra outra perspectiva, e numa confrontação interna “o filho” – recém-chegado “ao mundo” – constrói *o seu próprio* campo de visão.

O ofício do jornalista é complexificado por dois polos que pairam sobre a matéria. O primeiro é relativo ao “econômico”, afinal, jornalistas precisam lutar contra o fator tempo e vender o maior número de exemplares possíveis, nem que para isso seja necessário a utilização do sensacionalismo<sup>18</sup>. O segundo é o “polo intelectual”, indispensável no edificar das relações sociais, afinal, com os discursos tendo diferentes poderes, o jornal serve (ou deveria servir) para aplainar os tons, de modo que todos deveriam se sentir representados.

É nesse âmbito que o enunciado apologético entra em foco, já que tutelar dentro das páginas *os comportamentos* do governo não é necessariamente ser democrático – apenas por haver um acompanhamento entre as dinâmicas ou assemelhar as gradações sociais, pois o discurso apologético paralisa qualquer forma de aprendizado e todas as formas de perceber as injustiças. O jornalista tem como profissão relatar o cotidiano, diante disso, exigir dele um distanciamento do fato, a fim de dispor de mais exatidão investigativa, é requisitar o impossível. Além do mais, seu trabalho se concentra no presente e é diante da realidade que seus “óculos” operam.

Somado a isso, Bastos e Rêgo (1999, p. 11-12) pontuam que “o momento da crise revela uma textura histórica específica, porque se radicalizam forças destrutivas existentes no corpo social que, uma vez liberadas, podem ameaçar a sobrevivência da vida civil: é o ovo da serpente”. As autoras fazem referência a uma crítica em que todo *new assembler* deve manter sua *consciência ativa*, partindo de uma frequente geração de desconfiança e vigilância, posto

---

<sup>18</sup> O método de fazer jornalismo no Brasil nos anos 40 foi marcado por um forte sensacionalismo e dramaticidade. As matérias que circulavam possuíam um grande apelo aos sentimentos, trazendo notícias intensas sobre crimes e fatos da cidade, o que se distanciava, muitas vezes, da objetividade. Contudo, na próxima década, o modo de fazer notícia se revolucionara. Um grupo de jornalistas, em viagem aos Estados Unidos, aprendera novas técnicas de informação que foram aplicadas no Brasil. As edições abandonaram o método de notícia típico francês (circulante no Brasil nos anos 30 e 40) e passaram a utilizar o modo norte-americano (a partir dos 50).

que não se pode cair em apologias ou desinteresses. Bastos e Rêgo (1999) especificam essa função, focalizando a atuação do letrado na conscientização dos populares – independente da classe social – que objetificam o seu dever no não rompimento do “ovo da serpente”.

Em vista disso, a sociedade não pode chegar ao limite de suportar crises sociais e econômicas sem a compreensão sincera dos motivos que a fizeram chegar nessa desvalorização. Aliás, é essa desinformação o motivo de movimentações contra as instituições. Dessa maneira, os periódicos, quando bem utilizados, tornam-se indispensáveis para uma formação crítica, geram um habitat desconfortável ao estabelecimento do “ovo”, deixando-o impossível de ser chocado. A livre informação que circula, como também a conscientização que se constitui, fortalece-se ao ponto de que, caso ocorra qualquer disparate contra as organizações democráticas, os indivíduos saberão como reagir.

Quando o jornal ocupa posição esclarecida dentro da sociedade não quer significar a suficiência de conscientizações, uma vez que cada indivíduo tem em si coletividades. Logo, a interferência dos escritos na vida das pessoas depende das múltiplas relações que traçadas ao longo da vida. Afinal, se o jornal dispusesse de tanto controle social, inúmeros contextos históricos nem sequer existiriam, conforme ressaltam Bastos e Rêgo (1999).

Os jornais, desse modo, não são capazes de controlar por inteiro a vida do indivíduo, como apregoam uns. Podemos averiguar que os jornais interferem, na medida em que estimulam um senso crítico ou um intrincado dissenso, esclarecem ou anuviam o que relatam. De acordo com Benda (1999, p. 26), “cabe ao intelectual, ao exercer seu verdadeiro papel, impedir que se confunda a esfera dos valores universais com aquela dos “negócios do mundo”, marcada pela contingência, interesses e irracionalidade”.

Portanto, o “compromisso moral” do jornalismo é a informação livre de interesses obscuros e deveria, em maioria, funcionar como um “contra-poder”. Além do mais, por ser domínio de todos os cidadãos (e não posse de poucos), suas manifestações deveriam aparar – ainda que minimamente – injustiças sociais e ser objeto único de informação, com propagandas “...a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público – uma constelação de ideias que dá forma a uma nova visão do “polo intelectual” do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2005, p. 34). Todo jornalista tem atrelado a si o “discurso competente”, dado que seu local de fala exprime, elevando a comunicação à condição de saber e transformando-a, por fim, em *coisa-pública*.

A iniciativa em divulgar um “jornalismo político” é a de realocar os valores culturais e matérias herdados. Por exemplo, se há dezenas de anos que a narrativa da grande imprensa continua a mesma, podemos falar de uma assimilação não intencional de alguns conceitos que

interferem na relação do indivíduo com o todo. Nenhum leitor consome um jornal despropositadamente, sua compra é motivada pela simpatia daquilo que se lê. Logo, se a sociedade existe, jornais que apresentam o mesmo ponto de vista político, o que faz do jornal um sucesso, é a fidelidade do leitor e não a narrativa editorial. O contraponto ao que está normalizado, se for feito e lançado utilizando a mesma técnica, pode ser uma importante ferramenta à criticidade do que fora escrito. Marcuse (1973, p. 18) faz uma significativa constatação sobre a importância de examinar os fatos. Ao falar sobre a unidimensionalidade do homem, o autor afirma que, para alterar a situação, é necessário crer que alguma coisa está sendo feita.

As tentativas de composição de um pseudo-ambiente, como nomeou Lippmann (2008), são estruturações próprias do periódico, independente da linha ideológica que são seguidas. É plausível sentirmos que determinado periódico dá mais vazão a determinado assunto do que outro, pelo fato de seus jornalistas serem instruídos a isso e o editor controlar esse enquadramento. Entretanto, quando vemos a aparição de populares, munidos de sua cultura, aparecendo frequentemente em periódicos, isso significa que, tomando para si o espaço do jornalista, em posse do escrevente/relatante (no caso, o popular/trabalhador), o acontecimento/fato consegue assumir um valor intrínseco, movimentando a realidade para o campo da compreensão (CHAUÍ, 2012), percorrendo, desse modo, o pseudoambiente confeccionado pelo periódico. Vale realçar que a feitura desses ambientes se deve, em grande parte, à dependência comercial dos jornais, vide que no início de 1950 a propaganda era o principal fornecedor de renda. Como aponta Amado (2012), 80% eram de anúncios, sendo que tais patrocinadores desinquietavam o chão das rotativas do jornal exigindo mais impressões para fazerem valer seus investimentos na publicidade de bens duráveis. Vemos, aqui, duas problemáticas: a qualidade da notícia e a interferências de pessoas externas aos acontecimentos.

## **1.2 Opinião pública e opinião popular**

A opinião pública é aquilo que se publica. Quando se escamoteia essa esfera, seu sentido passa a ser confundido com a opinião popular. Não obstante, já pudemos notar que as complicações de significado englobam sintomaticamente as palavras que dão mais fundo político às classes populares.

Sistematicamente, enquanto a opinião pública é produzida previamente nas rotativas editoriais, a opinião popular é construída nos mais diferentes espaços, em que o sentido é reunir pessoas em volta de uma vontade em comum. A composição destes dois ambientes se estabelece por pessoas diferentes (jornalistas e trabalhadores/populares), contudo, há situações

em que esses indivíduos se mesclam – com a imprescindibilidade de noticiar, com a urgência em aparecer –, apesar de, na maior parte do tempo, estarem sempre separados.

São as manifestações de cunho popular que têm a competência de unir esferas tão abrangentes. A atitude em concatenar imaginários coletivos em publicações, nesse sentido, é a comprovação de que as multidões são capazes de se unirem e são conscientes do que representam na sociedade de classes. As combinações se materializam quando os Aparelhos Ideológicos do Estado, termo cunhado por Althusser (1985), subvertem a ordem – por força dos sindicatos, por exemplo –, e legitimam as manifestações, concedendo a elas objetividade política.

A força que emana dos jornais é representativa e pode servir a propósitos diferentes. Um deles é solidificar governos, afinal, por meio da propaganda dos Aparelhos Ideológicos do Estado é que é possível perpetrar na sociedade uma traiçoeira impressão de que as lutas são harmônicas e coesas a um conjunto. Os propósitos, desse modo, podem ser distintos, uma vez que o corpo social se encontra em desvantagem organizativa. As classes mais baixas possuem o mesmo poder de introdução de suas demandas, guardada as devidas proporções, contudo, o que efetivamente determina a absorção de uma direção política mais do que a outra é a repetitividade. Enquanto uns se mostram íntimos dos valores de coerção, outros tem seus contatos iniciais: aprendendo as técnicas, visando estimular em maior quantidade a conscientização ao invés da intimidação. Consequentemente, são as formas de utilizar os jornais que definem o que é opinião pública e o que é opinião popular. Embora pareçam sinônimos, o que os distingue é a essência, enquanto o primeiro é dominado pelos representantes do povo, o segundo é “dirigido” pelo próprio povo<sup>19</sup>.

[...] “pensamento de Estado” está tão intimamente entranhado em nosso próprio pensamento – determinado, muitas vezes sem que o percebamos, suas balizas e/ou limites possíveis – que em várias situações o que supomos ser puro fruto da produção intelectual, individual ou coletiva, não passa, na maioria dos casos, de efeitos das escolhas do Estado, por nós introjetadas e, por isso, mesmo já incrustadas no domínio do inconsciente [...] Se tais escolhas são tão completamente impostas à realidade e às mentes é porque as coisas da cultura, sobretudo as divisões e hierarquias sociais, são inseparáveis

---

<sup>19</sup> Embora “povo” seja um dos termos mais explorados em pesquisas acadêmicas e seja utilizado amplamente por meio da imprensa e discursos políticos, destacamos que a sua conceituação é, por vezes, vaga. Afinal, quem é o povo no Brasil? Sodré (1962) aponta como “povo” todo aquele trabalhador que precisa vender sua força de trabalho a *outrem*. Todavia, como aponta o autor, se considerarmos que toda e qualquer pessoa é “povo”, uma associação com o sentido de “trabalho” se faz necessária, sendo “povo”, portanto, “aqueles que não vivem do trabalho alheio”. Sodré (1962), nesse sentido, separa o trabalho-popular do “trabalho-liberal”, especificando que o segundo é criação daquele que explora o outro. Por essa razão, povo é “um conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhadas na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (SODRÉ, 1962, p. 18).

de ambas, bem como do próprio Estado [...] Definido o Estado como produto da permanente inter-relação entre sociedade civil e sociedade política, remetendo a primeira à noção de legitimidade e a segunda à de coerção, fica mais claro perceber que ele está em condições de exercer a violência simbólica justamente porque conta, nessa sua concepção ampliada, com uma dimensão estruturante ausente ou subestimada nas demais abordagens do tema: a **cultura**, instrumento por excelência unificador e homogeneizador das diferenças, ainda que social e historicamente construída (MENDONÇA, 1996, p. 94-95, grifos nossos).

Fomos cravados, ao longo do tempo, por repetidas mensagens que perpetuaram e interferiram diretamente em nossa existência. O surgimento de organizações moldadas em informações alinhadas a uma estrutura de mando, como jornais e sindicatos amarelos<sup>20</sup>, é um exemplo disso. Ressaltamos que os sindicatos amarelos respondem indiretamente ao Estado ou a patrões, no entanto, a adjetivação de “amarelo” se dá por outra parte dos indivíduos, que organizada contra as classes dominantes, não necessariamente contra o Governo, demonstra ser avessa a qualquer movimento injusto, principalmente em referência aos direitos econômicos. Os jornais e sindicatos amarelos precisam camuflar suas intenções. Tal como esclarece Batalha ([s.a.], p. 4), “o substantivo amarelo, também me virtude do exemplo francês, era usado no início do século XX nos movimentos operários brasileiro e português como sinônimo de fura-greve” e, embora haja um enorme esforço para não deixar transparecer as “cláusulas” do contrato estipulado entre líderes do governo e dirigentes sociais, a forma de falar e como chegaram ao fim das negociações dão uma ideia, mesmo que generalizada, de como os acordos foram estabelecidos. O privado excede o coletivo.

[...] não existe conteúdo descritivo neutro; toda descrição (designação) já é um momento de algum esquema argumentativo; os próprios predicados descritivos são, em última instância, gestos argumentativos reificados-naturalizados. Esse impulso argumentativo assenta-se nos *topoi*, nos “lugares-comuns”, que operam apenas enquanto naturalizados, apenas enquanto os empregamos de maneira automática, “inconsciente” – uma argumentação bem-sucedida pressupõe a invisibilidade dos mecanismos que regulam sua eficiência (ZIZEK, 2007, p. 16-17).

---

<sup>20</sup> “Sindicalismo amarelo” ou “sindicalismo reformista” é uma organização, cuja prioridade era que as demandas fossem organizadas e conquistadas pelas leis. Para tanto, defendia a greve como o último recurso possível para atingir suas metas e utilizava, como alternativa de barganha, o diálogo. Esse era seu *modus operandi*, diferente do chamado “sindicalismo revolucionário”, que interpretava a greve como indispensável, como uma ação intermediadora para conquistar melhorias. Outro aspecto que os diferenciam refere-se a estrutura de ambos, enquanto o “amarelo” possuía organização vertical (portanto, hierárquica) – presidente, vice presidente, secretário, tesoureiro –, o “revolucionário” propunha uma organização horizontal (portanto, orgânica e coletiva) – secretário-geral, apenas. Outro aspecto de dissemelhança era a busca pela autonomia financeira do sindicato revolucionário, já que era contrário, por exemplo, aos recebimentos (por falecimento, desemprego, enfermidade), por serem, de acordo com o sindicato, beneficiamentos incoerentes. (BATALLA, [s.a.], p. 4).

Estas nomenclaturas surgem em forma de resistência. Os trabalhadores tomam conhecimento de como a negociações se organizaram e “por quanto” os falsos-líderes se corromperam<sup>21</sup>. Conclusões são tomadas quando os acertos não chegam e são postergados – para ser possível atingir as melhorias, era necessário que os grevistas abandonassem “imediatamente” toda a agitação e voltar para o trabalho. Quando os resultados se arrolavam para esse caminho, soluções não seriam aplicadas.

Independentemente dos termos firmados nas negociações, mesmo que se mostrem mais propensos à classe popular, é necessário distinguir as forças num acordo. Não é exagero afirmar que o poder de barganha é desigual e sempre tende mais àquele que delega, ao invés daquele que solicita. Dessa forma, as greves noticiadas nos jornais, numa cobertura insuspeita, podem contrabalançar os lados, desde que a opinião popular seja contemplada. Enquanto a opinião pública viabiliza um acordo minimamente honesto, a opinião popular evidencia as injustiças. Ambas são fundamentais para contrapor e contrastar as censuras dissimuladas, às vezes, até invisíveis.

Num primeiro nível, é possível dizer que os oprimidos lutam contra a opressão imediatamente visível e que não chegam a ter consciência das raízes ou da gênese dessa opressão que se localiza em um ponto invisível para eles. **Todavia, num segundo nível é possível perceber que os oprimidos não confundem o opressor de classe, o inimigo de classe e o ponto onde seu imaginário localiza a justiça, isto é, o poder político enquanto coisa pública. Sem dúvida, é possível dizer que a invisibilidade do inimigo real permite a atitude contraditória de lutar contra o opressor visível, querer uma existência tal como a ideologia dominante promete para todos e, assim, negar e afirmar simultaneamente o sistema. Mas é preciso não perder de vista o outro registro do significado da luta, por é uma luta contra opressão, uma luta que exprime um único desejo e pelo qual o oprimido se diferencia radicalmente do opressor: o desejo de não-opressão. Que os dominantes usem o desejo de não-opressão dos oprimidos para exercer a opressão também indubitável, e é este o ponto que não nos deve iludir, pois a ilusão consiste em considerar que todas as classes representam o poder da mesma maneira** (CHAUI, 1988, p. 128, grifos nossos).

O trabalho do jornalista converge, nesse sentido, em aproximar-se daquilo que é dito e reestruturar, em sua matéria, as opiniões populares dentro do cenário político. Dessa forma, por intermédio das letras, sabemos sobre os anseios dos trabalhadores. Todavia, cabe ressaltar que intermediar um sentimento é sempre uma responsabilidade custosa, haja vista que, por mais

---

<sup>21</sup> Mais à frente, temos a Greve dos Marítimos que, entre as mudanças almejadas, reivindica o afastamento de Laranjeira, líder do sindicato, que negociou a favor de seus patrões, sendo, desse modo, contrário aos seus afeiçoados.

íntimo que esteja da classe operária, o periodista nunca experimentará os sentimentos que descreve no cerne, uma vez que as culturas que não se misturam e, sim, convivem.

É perceptível que a falta de detalhes não coincide com a falta de costumes, de maneira oposta, exhibe a distinção entre as classes, tendo em vista que, ao se falar de aculturação, o direcionamento é sempre do prisma do observador para o observado (do relator para o relatado). Conquanto, se invertermos o ponto de vista, é viável afirmar que a gama de hábitos de outra classe se torna irrelevante, caso transportada para outro contexto. Porém, o propósito não é enxergar a cultura “do outro” com os olhos voltados para as nossas convenções, nunca deveria ser. Assim, torna-se fundamental separar: cultura vivida/cultura absorvida e opinião popular/opinião pública. Com isso, a participação política converge nesses dois modos interpretativos, ora complementares, ora desconformes.

Nosso intuito foi o de construir um sentido qualitativo para as diferentes formas de fazer notícia e para a capacidade organizacional das camadas sociais. Procuramos evidenciar que nem tudo que é trazido como opinião pública é, de fato, uma opinião popular. Por popular, referenciamos as notáveis matérias-jornalísticas que se seguirão por este trabalho, indiscutivelmente, marcadas pela figura de Getúlio Vargas, mas que possuem em si convicções singulares – organizadas por trabalhadores – de como estruturar desejos e anseios que querem ser respondidos. Os destacamentos no periódico são visivelmente diferenciados. É rotineiro a aparição da esfera executiva dentro do material, enquanto que os tocados (por tal esfera) acabam sendo omitidos. Essa percepção vai ao encontro do que Althusser (1985) propõe a respeito dos Aparelhos Ideológicos do Estado, porém, as aparições de pessoas de carne-e-osso, descritos por Ferreira (2011), demonstram uma vertente sociológica e historiográfica ainda a ser explorada: a interferência popular dentro da História.

### **1.2.1 Breve retrospecto do Governo Provisório e do Estado Novo**

Foram as conquistas sociais, indiscutivelmente, o marco mais relevante de todo período ditatorial. São, inclusive, os rápidos e contínuos ganhos operários os responsáveis, por mais tarde, nomear taxativamente os acontecimentos de outubro de 1930 como “Revolução” e, conseqüentemente, todos os movimentos de contrarrevoluções ou, quiçá, em outras literaturas, golpes.

As conquistas sociais foram determinantes para engendrar, dentro desses agentes, uma cidadania, anteriormente escorregadia, frente às barragens postas pelo domínio político e social do patronato-oligárquico. Inconseqüentemente, a qualidade de cidadãos advindas das leis

trabalhistas serviu para esconder, ainda que não integralmente, um regime autoritário. Aliás, não é responsabilidade das conquistas trabalhistas a conexa interpretação com a autocracia, afinal, os discursos e as propagandas confluíam em instrumentos fundantes para essa interpretação. Com isso, para além de construir um cidadão, construía, conjuntamente, uma ideologia alicerçada na imagem “benévola” de Getúlio Vargas, o pai dos pobres.

A ideologia do governo, ainda em composição, só conseguiu se fixar no imaginário popular graças à perspicácia dos elaboradores em utilizar demandas já referidas no longo histórico de lutas dos trabalhadores. Logo, ter seus direitos sociais garantidos pelo Estado era um indicativo propositivo das relações entre governantes e governados. Dessa forma, os discursos e as propagandas devem ser vistos como “condicionamentos” e não estritamente manipulação, pois é necessário mais do que carisma e promessas para manter-se como presidente.

As palavras e seus significados são pertinentes ao nomearmos todo o movimento-tenentista em 1930 como um ato revolucionário. Designamos, de maneira imoderada, que os saldos derivados do Estado se reformulam factualmente em “doações” e não deveres. Além de mencionar o controle político, ao estabelecer uma restrição no livre comportamento dos sindicatos, associá-los ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio era retirar todas as suas possibilidades de agir – passariam a funcionar com uma logística parecida, portanto, se antes era requerida docilidade dos trabalhadores, agora é exigido seu pertencimento aos sindicatos para a obtenção dos favorecimentos.

Foi nesse contexto que o chamado enquadramento sindical tornou-se tanto condição para o acesso aos benefícios de uma nova legislação, como o caminho necessário para a eleição de representantes classistas, em número de 40, na Constituinte do país. Ficou extremamente difícil para as lideranças das associações de trabalhadores sustentar a defesa de uma postura independente [...] Nesse sentido, tal decisão não deve ser vista como mera adesão e submissão à proposta política oficial, mas sim como uma possibilidade de resistência “por dentro”, como se qualificou na época [...] o problema com o novo modelo sindical não era a proposta de unidade, pois eles também eram a ela favoráveis, mas a tutela do Estado, que cerceava a liberdade de idéias e de ação (GOMES, 2002, p. 30).

A interferência na liberdade reivindicatória dos trabalhadores não se transforma em imediato desconforto. Conforme evidenciou Gomes (2002), a adesão a essa política intrusiva passou a ser adotada como estratégia, para que – “por dentro” – se pudesse resistir às distorções provocadas pelo Estado nos rumos sociais e políticos. Como é possível perceber, as propostas sociais iam de encontro com os interesses da classe trabalhadora, porém, nem mesmo o Governo

Provisório (1930-1934) ou, mais tarde, o Estado Novo (1937-1945), tinha o exclusivo desejo de ampliar os direitos políticos. A Constituição de 1937 apregoava livremente a censura da imprensa – e conseqüentemente de seus cidadãos. Contudo, os sentimentos de inquietação não se amotinavam, uma vez que vivenciado as circunstâncias, os assalariados antes de 1930 sabiam colocar em voga seus ganhos e todas as perdas. E, por fim, mesmo tendo seus direitos políticos cerceados e restringidos, preferiam as desvantagens políticas, diversamente das desvantagens socioeconômicas. Pela primeira vez experienciaram uma legislação própria, por qual lutaram por anos. Isto posto, as críticas da oposição não atacavam somente o presidente, mas feriam, também, os trabalhadores.

Para os trabalhadores, no entanto, tais explicações não faziam sentido. Por terem vivido o período anterior a 1930, sabiam como era o mundo sem leis que protegessem o trabalhador. Quando, sem a legislação social, a vida na fábrica era dominada exclusivamente pelo arbítrio patronal. No período de Vargas, entre 1931 e 1934, haviam participado de uma experiência histórica marcante. Nesses quatro anos, toda a legislação trabalhista, à exceção do salário mínimo, havia sido publicada, **definindo limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, repouso semanal remunerado, pensões e aposentadorias, criação da Justiça do Trabalho, etc.** O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Assim os reconhecimentos dedicados a Vargas **não se explicam, como pretendiam as oposições liberais, pela eficácia da máquina de propaganda do DIP**, mas sobretudo pela maneira como os trabalhadores alcançaram sua **cidadania social** (FERREIRA, 2006, p. 15, grifos nossos).

É inegável que a legislação-trabalhista foi revolucionário à época, posto que as fábricas se transformavam em pequenos campos de experiências, onde se colocava à prova os limites do corpo humano, com horas indefinidas de trabalho e sem legalizar quais os significados da exploração. Além do mais, não havia um salário mínimo<sup>22</sup> estabilizado que demarcasse a partir de qual valor se consideraria violação com o trabalho do assalariado. Por esse motivo, afirmamos que não há propaganda política capaz de controlar com primazia uma classe social, transformá-la em massa de manobra para concluir desejos obscuros do ditador-presidente, como também não há oferta ou promessa que sustente ditaduras por anos a fio.

Dessa maneira, é notório que a proteção do regime ditatorial não era apenas militar, mas também civil. Todavia, a conclusão desses quinze anos (1930-1945) haveria de terminar. A queda do III Reich de Hitler e, conseqüentemente, a vitória dos Aliados (principalmente pela

---

<sup>22</sup> Instituído em 14 de janeiro de 1936, enquanto outros códigos da Legislação Trabalhista já estavam em atividade. Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/1/1936, Página 1602 (Publicação Original).

presença dos Estados Unidos da América) na Segunda Grande Guerra Mundial, indicava que autocracias-absolutas e administrações excludentes tinham entrado em colapso e em desuso. Era preciso, nesse sentido, encontrar uma nova forma de governo que incluísse uma população de repletos direitos trabalhistas, se comparado aos políticos.

[...] coroando esse esforço para implementar o projeto trabalhista governamental, no dia 1º de maio de 1943 Vargas anunciou que o país já possuía uma Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT, como se tornou conhecida, reunia e sistematizava toda a legislação até então elaborada no campo do Direito do Trabalho, passando a ser nomeada com a “bíblia do trabalhador”. Como tal ela devia ser lida, conhecida e reclamada pelos trabalhadores e, para tanto, segundo o próprio Vargas, o governo iria se empenhar. Num certo sentido, pode-se dizer que o fez, embora seja sempre muito difícil considerar o real alcance desse empenho. Isto porque durante o Estado Novo, mesmo após 1942/43, quando o regime se esforçou para implementar seu modelo de organização sindical corporativa, a repressão aos trabalhadores não cessou [...] E, mais uma vez vale lembrar, toda essa legislação só alcança os trabalhadores urbanos, não chegando aos rurais, a imensa maioria na época. (GOMES, 2002, p.39-40)

O Brasil no final dos anos 40 e início dos anos 50 experimentou inúmeras mudanças sociais e políticas que foram alocadas ao país. Começava a alçar movimentos mais amplos em direção à democracia e um complexo contingente populacional começava a se destacar nas deliberações políticas.

Em um fatigante contexto de golpes e contragolpes e após quinze anos de ditadura<sup>23</sup> (1930-1945), é instituída, em 1946, uma Constituição<sup>24</sup>, livre de interferências autocráticas. A Constituição assegurava uma liberdade incondicional, dotada de plenos direitos, inclusive sobre a emancipação política opinativa, garantia a “livre manifestação do pensamento” abandonando códigos anteriores, presentes na Constituição<sup>25</sup> pregressa (1937), tais como impedimento de qualquer “manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes”. Embora

---

<sup>23</sup> Decidimos conceituar o período como “golpe” (1930), uma vez que a Primeira-República (1889-1930) fora interrompida por meio de quarteladas de Estados que sofreram com a derrota eleitoral em 1930, com a promessa de uma administração temporária e entrega do comando do país para o ano seguinte. Contudo, a deposição do Presidente-Temporário só ocorreu quinze anos depois e pelas pressões de contextos internacionais (queda do nazifascismo). Embora houveram vitórias trabalhistas, como a legislação do trabalho, não podemos perder de vista que se tratava de um período autoritário, com muitos controles e censuras. Nesse quesito é que as palavras custam caro, nomear um movimento que interrompeu a República (por mais excludente que fosse) por meio de batalhas civis não poderia ser chamado de revolucionário. Por isso, defendemos que 1930 nasceu como golpe e teve ações reformadoras no âmbito social. As palavras custam caro, principalmente às esquerdas. É primordial, desse modo, distinguir e conceituar “Golpe” e “Revolução”, afinal, são estâncias completamente opostas e não devem ou podem ser confundidas. Somos, por conseguinte, guiados por Marc Ferro (1995), historiador francês responsável por cindir as conceituações, discriminando o Totalitarismo de Nazismo.

<sup>24</sup> Acesso em 1 de maio de 2021: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>

<sup>25</sup> Acesso em 1 de maio de 2021: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)

sofresse com diferentes impactos e, às vezes, levasse a dúvida da qualidade da democracia que estava sendo construída, era indispensável advertir que traçar qualquer caminho contrário aos últimos quinze anos era o ideal, já que seria a chance de se separar “o normal do patológico” (LACLAU, 2013, p. 67), levando em consideração que, para a concretização da soberania popular, fez-se necessário uma política socialmente mais abrangente e, por conseguinte, politicamente menos particularista. Laclau (2013), teórico do populismo, foge da conceituação pejorativa, não credita força à manipulação, revela que as demandas grupais são amplas e facilmente englobadas, embora nunca hegemônicas.

Evidentemente foi nos anos 60 que importantes teorias surgiram para o aprimoramento do que conhecemos hoje, como as obras de Weffort e Ianni. Tais teorias tinham um aspecto globalizante que buscava explicar, por via do todo, a história particular, os atos de governantes e governados. À época, essas teorias, além de terem sido reveladoras e fundamentais, se transformaram em irrestritas verdades que, por vezes, desorientaram outros autores no envolvimento do mundo rural com o mundo urbano.

De acordo com Weffort (2003), a política estaria se reformulando com valores corrompidos, tendo a tarefa tragicômica de *incorporar*, dentro da sua esfera, as massas populares, com controle exercido por propaganda nacionalistas-rentistas (nacionalização do petróleo, por exemplo). Nessa perspectiva, a representação política é completamente falseada, em que qualquer movimento autônomo é dado como *oposições domésticas*<sup>26</sup>.

Ianni (1969) compartilha de fundamentos parecidos aos de Weffort (2003). Coincidentemente, a figura Getúlio Vargas se torna diretamente responsável pela eclosão e teorização do colapso e, após sua morte, é rememorado pela consolidação da teoria. Tais autores são basilares e suas teorias serviriam para estimular novas contribuições. Dessa forma, vale ressaltar que a época em que escreveram “havia uma necessidade imperiosa de explicar o golpe de 1964” (GOMES, 2013, p. 31), por essa razão, foram restringidos pelo chamamento de teorias.

A herança ingrata que essas teorias suscitaram foi alongar, para além do campo acadêmico, o sentido de populismo, absorvido, num primeiro momento, pela política e, posteriormente, pela literatura. “Ser populista” passou da classe gramatical de substantivo para

---

<sup>26</sup> As “massas” encontravam-se, segundo Weffort (2003), imobilizadas e dominadas, fazendo oposição contra o Estado, mas, módicas, nunca atingiam vividamente valores radicais. Weffort (2003) ainda acusa essas “massas” de pactuarem docilmente com o Estado nos 1950. Qualquer pressão que exerciam eram equilibradas, uma vez que estavam associadas às elites (cf. WEFFORT, 2003, p. 23). Embora o autor esteja atrelado aos estudos da época e compelido a escrever uma história que tem como consequência explicar – e, tragicamente, “evoluir” –, não há espaço para tais afirmações, uma vez que greves não deixaram de acontecer e algumas delas, além disso, com proporções “nacionais”. Nesse sentido, não vemos como o controle dos padrões possa estar por trás disso.

a de adjetivo-pejorativo. Por isso, se é necessário revisitar o passado para compreendermos o que é revolução, devemos ter a mesma empatia com as definições de populismo, uma vez que, teoricamente, todo trabalhador ou popular consegue ser tratado como um produto, sendo alocado e realocado, aparentemente, de acordo com as intenções da classe política dominante.

Nesse sentido, é objeto de nosso interesse determinar o que os movimentos fazem para ter ações populistas. Afinal, quando se assenta um período como Era-Populista (1930-1964), passa a se definir qualquer ação comum como populista. Segundo essa percepção, como afastamos essa lógica fatalista da organização dos trabalhadores? Por esse viés determinista as suposições do passado se fazem atuais? Qual seria o intuito de organizar-se politicamente, já que o primordial é um carisma conquistador que destrutura os planos populares?

Laclau (2013) se aproxima das respostas para essas perguntas. Em síntese, é em suas teorias que encontramos elementos capitais para a organização política como força contrária ao domínio da classe dominante. O autor enfoca que as deliberações populares são compostas de preferências pessoais, isolando a perspectiva contratualista, já que os agentes em disputa não concorrem com os mesmos valores – enquanto uns estão na ponta limite da pirâmide, outros se organizam para usufruir de moções mais justas na sociedade.

Consideramos que há uma simetria falseada entre as classes. Portanto, se existem duas representações em disputa, apelar para uma lógica contratualista é fazer o teatro das oligarquias-hegemônicas, é adotar uma aparência errônea, uma vez que encobre a superioridade com um tratado aparentemente benéfico a todos. Para especificarmos essa aproximação entre as classes, adotamos o termo “acordo”, haja vista que “contrato” remete a uma suposta paridade, em que a ruptura é passível de punição – todavia, quem era penalizado e quem penalizava? Os mesmos que preferem a apreciação de um contrato: as classes superiores. Em função disso, amparamo-nos ao significado proposto pela palavra “pacto”, tendo em vista que estipula uma desigualdade (ou igualdade) entre envolvidos, com a possibilidade segura de quebra.

Ao denominar as relações classistas como um “contrato”, sujeitamos uma das partes à condição de dominada e, logicamente, inativa diante da superioridade deliberativa do estrato que propôs a negociação. A proposta de um “acordo” demonstra que qualquer uma das classes pode propor a iniciativa de diálogo e a oportunidade de esclarecer que as adversidades cotidianas pertencem a qualquer um. Oferta e contraoferta podem rivalizar sem obstáculos, visto que rompimentos são permissíveis, como são permissíveis também a manifestação de inquietações frente à descumprimentos.

Quando se olha pela perspectiva do “acordo” é possível estimular o desafio de um consenso, em que se cede de um lado e se concede do outro, reciprocamente. Isto posto, é

necessário que se explicita que a restrição política fez mais parte de uma literatura fragmentária, enquanto as fontes oficiais e pesquisas especializadas apontam para novas interpretações que incluem os trabalhadores como classe organizada.

A história das classes trabalhadora no Brasil, sobretudo com ascensão de Vargas ao poder, rediz-se, assim, a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes, sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios para manipular, dominar e desvirtuar os assalariados de seus “reais” e “verdadeiros” interesses. Estranha classe operária, no Brasil e nos países de capitalismo avançado. Forte o suficiente para revolucionar o planeta, mas “enganada” por qualquer líder “populista”, “totalitário” ou “traidor” que apareça no seu caminho (FERREIRA, 2010, p. 97).

São expostas, com precisão, as inúmeras capacidades da classe trabalhadora. O autor enquadra seu comentário de maneira maliciosa, evidenciando, por meio da crítica, que o domínio nunca esteve a mão de poucos poderosos, possuidores de aparatos técnicos e metodológicos para desviar os assalariados das suas próprias intenções.

E é por essa razão que “contrato” assume um valor pífio diante do “acordo”. São opostos que, equivocadamente, são postos como sinônimos. Dessa maneira, é necessário afirmarmos que não são os “líderes populistas” que influenciam por meio do carisma, tal como não são os “líderes totalitários” que comandam através da força e, ainda, não são os “líderes traidores” que persuadem mediante às propagandas. Ao contrário, foram as escritas desleais e cheias de fingimento que construíram uma história da classe operária repleta de submissão e conformidade, reduzida a ser planificada e nunca levada a sério, relatada sempre como incapaz de se organizar e facilmente limitada em suas demandas. Logo, se os rumos democráticos vacilavam o culpado já havia sido descrito, todavia, se o esforço do “acordo” – visto pelas classes superiores como “contrato” – era recompensado, numa democracia mais consistente, se apregoava a inventividade das instituições, como se tivesse sido negociado sozinho, sem a participação do povo. Se assim fosse, como explicar os movimentos-queremistas<sup>27</sup>?

---

<sup>27</sup> Iniciou em São Paulo, em março de 1945, para dispersar as manifestações contra Getúlio Vargas. Estudantes reunidos na Praça da Sé, no horário de maior movimento, faziam discursos inflamados contra o ex-ditador. Os trabalhadores que lá passaram, sentindo-se ofendidos, revidavam com palavras de ordem ou jogavam pedras e paus. Para abafar as ofensas contra “o pai dos pobres”, em uníssono, bradavam “Queremos Getúlio” e outras frases em prol daquilo que tinham conquistado. O movimento se espalhou pelo país e ficara conhecido como “Queremismo”. Schwarcz e Starling (2015, p. 391) classificaram-no como “uma novidade difícil de compreender... com um ideário restrito e no formato espontâneo do povo recém-admitido na cena pública, o movimento não sustentava um projeto de poder”. Logo, ganharam mais corpo político e começaram a exigir uma “Constituinte com Getúlio” e foi nessa onda que o ex-ditador pediu que seus manifestantes aderissem ao seu recente partido: PTB.

Em 1945, Getúlio Vargas se autoexilou<sup>28</sup> em São Borja (Rio Grande do Sul), numa de suas propriedades, na Fazenda do Itu. Em isolamento, o ex-ditador não caiu em ostracismo. Tencionando a sua vida pública – afinal, era presidente honorário do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) –, recebia políticos e costurava alianças (Ademar de Barros, João Carlos Prestes, Eurico Gaspar Dutra, Salgado Filho, João Goulart), além de trocar importantes missivas com Alzira Vargas (filha). Sagrou-se Senador em dois Estados (SP e RS), também se elegeu deputado-federal (MG, RJ, BA e PR, além dos outros dois estados anteriormente citados) e assumiu o encargo de Senador no RS<sup>29</sup>, ausentando-se do Palácio Monroe, abrindo espaço para admissão de seu suplente. Os noticiários pareciam não o ter esquecido, já que recebia em sua fazenda jornalistas e fotógrafos (em uma dessas ocasiões conheceu Samuel Wainer, na época jornalista do Diários Associados) – com a sua vida particular – fazendo palavras cruzadas, organizando pomares e semeando árvores ornamentais pela propriedade (NETO, 2014, p. 144).

Sem planejamento, teve a candidatura lançada previamente pelo deputado trabalhista Leonel Brizola. Fora preciso, com isso, reverter a situação. Getúlio reuniu-se com Salgado Filho (vice-presidente do partido) para que este desestimulasse a “ala-moça” do PTB. Apesar disso, não conseguiu impedir que panfletos e santinhos fossem impressos e circulassem pelo Brasil. Como aponta Neto (2014, p.152), “o quererismo voltou em praça pública, em versão revista e ampliada”. Ao ver cartazes com o escrito “Ele Voltará”, é possível compreender plenamente, ainda mais entre o setor trabalhador, quem era o sujeito e para qual local retornaria.

### **1.2.2 Das interferências em 1946 para a eleição em 1950**

As eleições presidenciais de 1946 ocorreram sem Getúlio Vargas, no entanto, com a sua interferência direta. O apoio, na reta final, ao General Eurico Gaspar Dutra fora fundamental para garantir a vitória do Partido Social Democrático (PSD), demonstrando que, quando a

---

<sup>28</sup> As pressões pela via democrática eram múltiplas. Com a prevista queda de governos ditatoriais ao longo da Segunda Grande Guerra Mundial, via se esfacelar o modo organizativo no Brasil. Em 1943, membros da elite liberal se declaram contra o governo vigente, recolhidas 92 assinaturas que buscavam a redemocratização para o país. Com a inserção de seus nomes em eleições livres, entre os signatários estavam: Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga. Já em 1945, fora publicada uma entrevista de José Américo (Ministro do Tribunal de Contas da União), pedindo a volta dos direitos políticos e eleições livres, nomeando Eduardo Gomes como candidato opositor. A matéria circulou no *Correio da Manhã* (o jornalista responsável era Carlos Lacerda). Como não houve censura, as pressões se intensificaram, vindo a ruir o Estado Novo.

<sup>29</sup> A legislação da época não exigia residência fixa como condição para a inscrição do candidato. Dessa forma, Getúlio Vargas candidatou-se ao Senado por legendas diferentes, ambas ligadas, de modo direto, ao seu nome: por São Paulo utilizou o PTB e para o Rio Grande do Sul recorreu ao PSD. Para alguém que se encontrava isolado dos grandes centros e da capital, o subsídio de senador era suficiente para manter a rotina civil que desfrutava.

população se manifestava em cartazes “Constituinte com Getúlio”, era necessário dar relevância à propositura. O lado contrário viu ruir a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN (União Democrática Nacional), que começara a desfalecer quando, em discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o postulante ao cargo presidencial afirmara dispensar votos “desta malta de desocupados que andam por aí” (NETO, 2014, p.49). O candidato referia-se, terminantemente, aos trabalhistas, mas sem especificá-los, abrindo, dessa forma, espaço para qualquer tipo de interpretação. “Malta”, que em períodos normais não teria ultrapassado o significado ou sugerido nada além de “corja”, acabou por voltar-se contra Brigadeiro quando Hugo Borghi (empresário e opositor da campanha do aviador) resolveu consultar a palavra no “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” e, entre os conteúdos, a palavra “marmiteiro” apareceria. Despontara uma ideia.

Dono de emissoras de rádio, Borghi fez circular sua descoberta, afirmando que o candidato da UDN renunciava os votos de operários que levavam marmitas aos seus trabalhos. Pesquisas já indicavam uma boa margem na vitória de Eurico Dutra, todavia, a divulgação da suposta ofensa causou a indignação de muitos eleitores – os que levavam marmita ou não. Por conseguinte, a vitória do PSD fora expressiva: 55,39% para Eurico Dutra e 34,74% para Eduardo Gomes “Por trás das cortinas” estivera Vargas, articulando apoios e prometendo não voltar ao mais alto cargo nacional. Porém, um quinquênio é tempo demais para alguém que em autoexílio continua a discutir política por cartas e que se interessa em ampliar a porção de filiados no PTB, partido pelo qual se lançaria candidato anos mais tarde.

As biografias tratam Alzira Vargas como a pessoa que conseguiu conhecer o ex-presidente profundamente. As cartas trocadas entre pai e filha transmitem uma relação mais que paternal, demonstram a eficiente capacidade para a articulação política, mostrando-a como excelente articuladora política. Ensaiou-se, entre os udenistas de maior estirpe, uma aproximação com Getúlio Vargas – tendo em vista o seu “poder simbólico”, mesmo em exílio, o ex-ditador era um excelente aditivo para votos em outros políticos. O intento era fazer com que ele cedesse algumas palavras de apoio à Eduardo Gomes. Postas as afirmações de pouco interesse em retornar a vida pública em 1950, Brigadeiro aparecia novamente como melhor opção eleitoral para a UDN. As tentativas de um acordo interpartidário, coligação nacional entre PSD e UDN, não vingou, de modo que cada qual indicaria um nome para concorrer à Presidência da República.

A busca por um apoio estratégico – que se realizou quase tacitamente – era para firmar o nome de Eduardo Gomes – embora militar – frente à cúpula da UDN. O postulante à presidência não pertencia à ala mais extremista das Forças Armadas, embora a indicação

servisse para conter os ânimos militares, frente a uma imaginada candidatura de Vargas. Dessa maneira, o apoio retirava a intenção do ex-ditador de concorrer pelo PTB.

Nos Diários Associados foi publicado o elogio: “Considero-o **um grande nome** e um grande valor moral. Pessoalmente tenho o maior apreço por ele” (NETO, 2014, p.161, grifos nossos), palavras de reconhecimento divulgada pelo jornalista Samuel Wainer. O resultado desse elogio era mais proveitoso para Getúlio Vargas do que para o Brigadeiro, dado que havia sido a UDN que buscara o “apadrinhamento”. Alzira, em troca, escreveu os resultados políticos em carta para seu pai: “A entrevista fez misérias no mundo político... Sua excelência [Dutra] se assustou. [...] a UDN **assumiu a atitude** de donzela cujo namoro secreto é descoberto pelos pais. Está encabulada, mas **não quer terminar o assunto e faz constar** que foi pedida em casamento” (NETO, 2014, p. 163, grifos nossos). O fato-político que a UDN tanto queria fora criado.

Ou faltava um olhar mais detido ou, de fato, taxava-se como inconclusivo o regresso de Getúlio Vargas, entretanto, foram apresentados indícios de interesse. Ainda em entrevista a Samuel Wainer, o ex-ditador afirmava ser um “líder de massas”, o que nos faz indagar que havia um interesse contido em futuras disputas partidárias, abrindo espaço para os dois partidos criados por ele: PTB e PSD.

Outra característica que se tornou inerente a sua persona é o trato com os mais humildes. O Departamento de Imprensa e Propaganda teria sido um instrumentíssimo para construir a imagem mítica da Nova-República, porém ressaltamos que não há publicidade<sup>30</sup> ou tecnologia inventada capaz de eliminar os propósitos populares e trocá-los por enigmática e inconsequente adoração. Os trabalhadores pediam por Vargas, mas pediam por aquilo que haviam conhecido, o que não era segredo, ou seja, as realizações feitas e as justiça experimentadas. Era necessário explicitar que futuras promessas soam apenas como promessas, além de se sustentar no que fora feito e assegurar a permanência dessas conquistas no imaginário popular. Afinal, é a partir da fixação que a luta por melhorias se atualiza.

Uma questão que se coloca, para nós, é: após quinze anos de restrição de direitos políticos (particularmente) seria possível ver democraticamente eleito aquele que os restringiu? Embora a resposta para esta pergunta já esteja respondida pela História, uma vez que se vê, por mais quatro anos, a fixação de Getúlio Vargas como Chefe do Executivo do Brasil, buscamos

---

<sup>30</sup> Aqui, não procuramos minimizar o Poder Estatal que, por diversas vezes, agiu simbolicamente na tentativa de totalizar cidadãos, pô-los em conjunto, excluindo abstrações. Porém, diferentemente de outros pesquisadores, não o vemos com um poder absoluto e aglutinador. Queremos, ao contrário, mostrar que os trabalhadores são querentes de melhoras e que seus desejos não devem ser interpretados com passividade.

compreender as justificativas para esse acontecimento. É nesta prerrogativa que alguns estudos mais generalizantes costumam encarar o populismo com valor autoexplicativo, autenticando um controle ilimitado por Getúlio Vargas – advindo dos seus anos anteriores frente ao país – sobre as classes trabalhadoras.

Exploramos as páginas do *Última Hora*, a fim de demarcar as interferências sindicais dentro da política-getulista, enfocando acordos entre as partes envolvidas, tendo em vista que, nem mesmo diante de toda a manipulação existente no mundo, as pessoas conseguiriam suportar injustiças durante toda as suas vidas. Nesse sentido, se despontam-se no periódico é devido ao fato da situação ser alarmante.

Apesar de, às vezes, recair sobre o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) a construção mítica de Getúlio Vargas, não desconsideramos o importantíssimo papel que desempenhou nos 15 anos de inconstitucionalidade. Entretanto, se restringirmos nosso campo de visão, é possível enxergarmos além do disforme golpe. Quando são estudados os impactos dos “direitos sociais”, compreendemos o motivo pela qual a candidatura de Getúlio Vargas é tão aguardada e querida<sup>31</sup>. Somente por meio de um golpe é que foi possível criar as condições para legislar o trabalho e atribuí-lo como bom – como, por exemplo, a criação do salário mínimo por região, o aumento dos salários, Justiça do Trabalho e, por fim, a Consolidação das Leis de Trabalho. Nesse contexto, nasce o trabalhismo (GOMES, 2002), juntamente com as propagandas de rádio, discos, comunicação política e cartazes com propagandas, tudo para reforçar quem fora o idealizador. Todas as conquistas foram atribuídas à benevolência do presidente, no entanto, todos citados para um bom trabalho já se firmavam como demandas dos trabalhadores.

---

<sup>31</sup> Não desconsideramos o valor revolucionário dos anos 1930. No entanto, se é para chamar de “revolução”, que seja no âmbito social, quando se trata das injustiças trabalhistas. Ainda assim, é necessária medida, visto que as conquistas sociais nascem do golpe contra as oligarquias.

## A VOZ DESTOANTE DA GRANDE IMPRENSA

### 2. Uma ideia de jornal

A imprensa no Brasil sempre ocupou lugar privilegiado dentro do imaginário popular. Uma vez munida de seu ofício – narrar o cotidiano – torna-se instrumento de poder contra o que está estabelecido – ou o que se quer desestruturar. Os modos de controlar os meios de comunicação revelam as formas de domínio do governo que se instituí. É perceptível que tal domesticação ocasionou inúmeros impasses para que o jornalismo – tempos depois – ora fosse respeitado como fonte histórica, ora fosse acusado de movimentar-se de acordo com paixões e interesses financeiros.

Os jornais eram vistos como intrusos, fornecendo imagens, quando não eram distorcidas e subjetivadas, sobre os acontecimentos, conforme assinala Pinsky e Luca (2010, p. 112). Se não houvesse a renovação das teorias, também não haveriam motivos para manter uma grande quantidade de edições jornalísticas em hemerotecas dispersas pelo Brasil. Essa atividade não teria mérito, uma vez que resguardaria um passado que, de acordo com o raciocínio anteriormente estabelecido, não teria qualquer serventia.

A preocupação em fazer do jornal instrumento utilitário da História veio, primeiramente, com a ampliação das fontes, acomodando a cultura popular como preenchimento de compreensões mais dignificantes entre cidadãos e Estado. Desenvolveu-se, com isso, um olhar mais detido e atento às matérias oficializadas na imprensa e de sua relação com o ambiente urbano, sem o objetivo de ignorar a existência da notícia, apenas complexificá-la, dado que a matéria é resultante da experimentação. Além disso, foi por meio da Escola dos Annales<sup>32</sup> que

---

<sup>32</sup> Os Annales (1929-1989) foi um movimento que inaugurou uma nova corrente de pensamento dentro da História. Foi se modificando com a adesão de outros historiadores que pensavam como escrever a História. Sua formação original é com Marc Bloch e Lucien Febvre. Após a morte dos propiciadores da nova narrativa, por meio da interdisciplinaridade, houveram outros que também se preocuparam em esmerar a cientificidade da História: foram divididos em gerações. Segunda Geração com Fernand Braudel, Terceira Geração com Jacques Le Goff e Pierre Nora e, por fim, a (quarta) geração herdeira com Roger Chartier, Georges Duby e Jacques Revel. Cada geração

uma nova ótica fora inaugurada: a chamada “história-cultural”. Munida de interdisciplinaridade com outras ciências, a história-cultural comporia estudos mais condizentes à realidade de cada estrato social, usando a micro-história<sup>33</sup> para tratar de temáticas do ambiente total (macro).

As notícias veiculadas no jornal assumem um valor secundário dentro dos anos 1950, contudo, sua periodicidade é imensamente importante para compormos o ambiente político. As agitações noticiadas no periódico são o resultado final das injustiças. É quando o frenesi dos trabalhadores contorna o “xadrez jornalístico” e faz-se divulgar. O *Última Hora* nasce da prerrogativa de defender o governo e, antes de noticiar piquetes, prevê os impactos da matéria, vide que as narrativas são para salvaguardar a imagem do presidente e nunca a confrontar. Entretanto, convém destacar que estamos nos referindo a um dos jornais de grande circulação que adentra, em grande parte, nas classes trabalhadoras<sup>34</sup>, provendo abordagens mais factíveis sobre uma cultura de luta e resistência.

Wainer (2015, p. 17), ainda repórter do *Diários Associados*<sup>35</sup> relata a ideia de entrevistar Getúlio, já que muito havia se passado desde a última que o fizera aparecer nos jornais. O referido jornalista realiza uma viagem a Rio Grande do Sul em 1949, com o objetivo de fazer uma reportagem encomendada sobre o problema do trigo e, por outro lado, volta ao Rio de Janeiro com uma entrevista com o ex-ditador em mãos. A originalidade e o movimento autônomo do repórter não lhe renderam punições, afinal, como afirmado por ele, as vendas

---

apresentou as novidades de contar a história, o que gerava reações polêmicas de grupos seguidores, isso, nas palavras conclusivas de Barros (2011) demonstra como a história é viva e se expressa em campos de batalhas.

<sup>33</sup> A micro-história é a utilização de documentos históricos reveladores que nos dão um contexto geral sobre o todo. A micro-história conta sobre personagens desconhecidos ou classes sociais desprezadas, com objetivo de explicitar mais sobre os acontecimentos gerais que interferiram no rumo do país.

<sup>34</sup> Assumimos que o *Última Hora* é um jornal que adentra nas classes trabalhadoras, tendo em vista os assuntos abordados: acidentes, assaltos, queixas, economia doméstica, dia-a-dia, notícia sobre famosos, cupons para brindes e sorteios. É perceptível que todos os exemplos listados possuem impacto direto na vida do trabalhador/povo. Ainda que as temáticas possam dividir o interesse com outras classes sociais, o direcionamento do jornal a um público de classes mais baixas é nítido. Além disso, podemos aludir ao fato de que a inauguração do *Última Hora* teve sucesso “imediató”, talvez, devido a um público que não consumia os jornais que eram vendidos. Os motivos do sucesso devem-se ao encaminhamento narrativo pró-governo e aos assuntos que fazem parte do cotidiano. A exemplo, outros jornais existentes na época não assumiam as histórias inseridas no *Última Hora* como válidas de relato. Nesse sentido, Monteiro (2020) revela que o uso de artifícios literários, como acontecia no periódico, era uma forma de aproximar os populares da política, deixando os assuntos menos técnicos de lado.

<sup>35</sup> Os *Diários Associados* formavam uma cadeia de notícias (iniciada com a compra de dois jornais, a saber *O Jornal* em 1924 e *Diário da Noite* em 1924). O dono era Assis Chateaubriand, Chatô, figura de forte influência nos cenários dos anos 1950, ainda que seu aparecimento não tenha nascido daí. A relação de Chatô com Getúlio Vargas se inicia na “Revolução de 1930”, após receber empréstimos, favores e concessões. A aproximação gerou a Chatô inúmeras vantagens, levando o seu capital a aumentar. A compra de outros jornais era uma atividade usada pelo empresário para ampliar seu patrimônio. Em 1936, há um rompimento político entre o presidente e o dono do jornal. Esse rompimento perdurará até o fim da vida de Getúlio Vargas. Em 1945, Chatô apoia o candidato da UDN, Eduardo Gomes e, em 1950, anuncia o mesmo apoio, defendendo a abertura do país para o capital estrangeiro (especificamente, os Estados Unidos). Ao falecer (4 de abril de 1958), o empresário deixa como herança aos seus filhos e acionistas dezenas de títulos de jornais espalhados pelo Brasil, outras dezenas de revistas, emissoras de televisão e rádio.

aumentaram significativamente, uma vez que o *Diário da Noite*, prestes a fechar, conseguiu escorar nas publicações referentes a Getúlio Vargas e prolongar sua existência no cenário jornalístico e empresarial. Em depoimento, o repórter admitiu ter sido o seu primeiro encontro com Vargas. É a partir daquele momento que as relações foram se estreitando, de acordo com o depoente. Assis Chateaubriand percebeu a possibilidade de explorar a cordialidade com que seu repórter tinha sido recebido. Para a sorte do jornal, Vargas também gostara da repercussão da matéria (NETO, 2014, p. 163) e convidara o mesmo jornalista para cooperar na campanha (WAINER, 2015, p. 18) para a Presidência da República. As campanhas eleitorais, desse modo, não tardariam a acontecer.

Na biografia feita por Neto (2014), vemos o relato, em passagens, de como teria sido a campanha de Getúlio Vargas pelos olhos dos periodistas. Para o *Diário da Noite*, por exemplo, tudo era movido por “abraços, sorrisos e lágrimas”, todos se espremiavam para ter o mínimo de contato com o postulante ao maior cargo do país. Já o periódico *Folha da Manhã* descreveu o amontoamento dos populares como “transbordamentos de entusiasmo”. Os jornais relatavam que Getúlio se transformava em sensação nas cidades em que passava, elaborava discursos com o enrustido desejo de marcar as populações que se reuniam para vê-lo, muito dos quais nem eleitores eram – como em carta relatou a filha. Todavia, o movimento de se deslocar para ir ao seu encontro – seja em palanques improvisados ou em hotéis em que se hospedava –, indica um envolvimento para além do carisma magnético. Talvez, Getúlio Vargas discursasse com as palavras certas, ressaltando as diferenças entre classes e fazendo apologia de como é fatigante ser operário no Brasil.

Neto (2014, p. 189-190) traz também importantes revelações a respeito de quais entidades acompanhavam Getúlio Vargas durante as suas excursões pelo país. O bioógrafo descreve que, além de jornalistas, havia uma equipe de *ghost-writers* (Luiz Vergara e Queiroz Júnior) que ajudava na composição dos discursos. Assim, as palavras que embalavam os ouvintes passavam por, pelo menos, dois consertos diferentes, sempre terminando para o acerto final de João Neves Fontoura (principal articulador da campanha).

Samuel Wainer, como convidado, acompanhava as idas e vindas de Getúlio Vargas pelo Brasil. Para o *Diários Associados* escreveu: “[Manaus-AM] No aeroporto, a polícia teve de dispersar o povo para permitir que o avião encontrasse espaço na pista de pouso. Depois, durante o comício, o palanque sacudia, abraçado pela multidão” (NETO, 2014, p.189). Ainda pelo jornal, o jornalista arrematou o presente com os valores impressos no **passado**: “Eram camponeses com pés de Portinari, brasileiros descalços, gente humilde, homens sem posses que vinham saudar o **“Pai dos Pobres”**” (NETO, 2014, p.190, grifos nossos). É impossível precisar

a intimidade construída entre Getúlio e Samuel. Embora todos os presentes soubessem quem fora – ou o que fizera – Getúlio Vargas, a atitude de Samuel Wainer repetir tais aspectos em forma escrita, reforçava a conjuntura de outrora e reafirmava o fato político existente. O que se vende, desse modo, são argumentos de valor que precisam estar concatenados à opinião geral.

Para noticiar alguém tão identificado com a política brasileira é preciso articular, com esmero, o passado e o presente, uma vez que o pretendente ao posto de presidente representava um período da história que deveria estar terminado – ou precisaria ser superado. Assim, a assimilação do jornalismo como atividade de pesquisa complementou a análise sobre o passado. Ademais, a sua aceitação e marcação no tempo forneceu, além de uma sobrevida para a História-Política, a possibilidade de interdisciplinar áreas como Jornalismo e Ciências Sociais, reciprocamente. Portanto, esmiuçar os caminhos seguidos por Getúlio, durante a sua campanha, foi uma estratégia positiva, a considerar que os leitores mantinham o interesse, seguindo-o pelas páginas dos jornais que, por sua vez, relatavam todos os seus passos, independentemente do local em que estivesse sua excursão. Tudo era exposto, nunca em escassez de detalhes, de modo que é pela exposição (mesmo que seletiva) que o interesse se torna maior, assim como a repercussão.

Escassez de interesse e de motivação para certos temas, dificuldade de acesso à informação em si, apatia social ou outras causas ainda podem estar na origem dessa situação: esses diversos fatores estão provavelmente correlacionados entre si. Se aqueles que mostram interesse por um certo argumento acabaram por desinteressar após terem sido expostos a ele, os que mostram desinteressados e desinformados agem assim porque nunca foram expostos à informação relativa. Quanto mais as pessoas são expostas a um determinado argumento, mais aumenta seu interesse e, na medida em que este aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saber mais a seu respeito [...] sempre permanece o fato de que o sucesso de uma campanha de informação depende do interesse que o público demonstra em relação ao argumento e da extensão dos setores de população não-interessada (WOLF, 2018, p. 21).

O interesse pela volta de Getúlio Vargas era tenaz por parte dos populares. Aliás, ele saíra da condição de ditador para ser uma opção entre os escolhidos. Por conseguinte, a atitude de detalhar as viagens ao redor do Brasil fizera parte de um estratagema de se mostrar presente na disputa política, dado que os jornais de maior circulação se concatenaram em não reportar sua campanha à sociedade. Apesar da necessidade de se separar passado e presente tenha sido a prerrogativa de alguns jornais, esses preferiram não dar publicidade a candidatura de Vargas e cumprir agenda com outros colegas de profissão censurados ao longo do Estado Novo. De acordo com esse contexto, não é possível considerarmos irracional a atitude de alguns jornais (de expressão) desmerecerem a campanha do PTB pelo Brasil. Assim o fizeram – primeiro –

com intuito de não fortalecer o nome do candidato, – segundo – talvez receosos com uma possível derrota nas urnas, optaram por não serem democráticos, visto as censuras acometidas pelo governo no passado.

Aprendemos a chamar isso de propaganda. Um grupo de homens que pode impedir o acesso independente a este evento, manipula as notícias sobre o mesmo para adequá-las a este propósito. Que o propósito neste caso seja patriótico não afeta absolutamente o argumento. Eles utilizaram seu poder para fazer os públicos aliados verem os fatos das formas como eles desejavam que fossem vistos [...]. Sem alguma forma de censura, propagando no sentido estrito da palavra é impossível. Para conduzir a propaganda deve haver alguma barreira entre o público e o evento. Acesso ao ambiente que imagine ser mais adequado ou desejável. Por certo tempo as pessoas que têm acesso direto podem interpretá-lo mal, a menos que se possa decidir onde eles podem olhar, e o quê (LIPPMANN, 2010, p. 50-51).

Ao que parece, Samuel Wainer fortaleceu seu contato com Getúlio Vargas durante seus deslocamentos pelos Estados do Brasil, nos 53 dias de campanha, tendo passado por todos os estados e visitado 54 municípios, sempre discursando, como é possível comprovarmos no depoimento cedido ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). O jornalista revela que o ex-ditador teria declarado que, devido as condições que a vida lhe impôs, ele não poderia se considerar nada além do que um “líder de massas”, uma vez que a ampliação política de seu nome não o restringiu a um único partido – o PTB . A atitude de se autonear “líder de massas” circulou entre os mais diferentes estudos sobre os anos 50, todavia, o que também foi encorpado nas teorias é que o ex-ditador teria dito o slogan queremista, de acordo com Wainer (2015), sugestionando um possível retorno a vida pública. Neto (2014, p.160) declara ser complicado ratificar tal afirmativa.

Embora a memória do jornalista não esteja sendo posta em questão, levando em conta que memória e história são concepções que caminham paralelamente, já que são ramificações da História-Cultural, é necessário explicitarmos que, em cartas trocadas entre pai e filha (em caráter de dossiê), nunca foi mencionado tal arranjo queremista. A questão que permanece é que, talvez, Samuel Wainer, no momento de posicionar suas lembranças, pode ter conciliado, de maneira irrefletida, outros pensamentos no momento de escrever. Nesse sentido, é necessário destacar que não fazemos história de maneira isolada, considerando que as memórias guardam em si coletividades, como ensina Halbwachs (2006).

As memórias do repórter são documentos fundamentais para reconstruirmos aquele período pertencente àqueles que lá estiveram. Considerar a experiência de Samuel Wainer é significativo, uma vez que, no salto de um ano como contratado pelo *Diários Associados*, o

jornalista cria laços com Getúlio Vargas, além de tornar-se dono e editor-chefe de um jornal identificado com a imagem do presidente.

Felizmente, o periodista deixou passagens de uma conversa com o postulante ao cargo de maior importância do país. Wainer comenta sobre a oposição que a caravana sofria pela imprensa tradicional, revela estar preocupado com a repercussão negativa que circulava nos jornais da capital, principalmente. Vargas sentencia: “Eu não preciso da imprensa para ganhar”, Samuel, então, rebate e transmite sua inquietação “Mas para perder, ela ajuda muito”. Em entrevista ao CPDOC, ele diz que Getúlio achou tudo aquilo uma grande piada.

Independentemente do tom jocoso, ou não, incutido na séria preocupação de Samuel Wainer, a imprensa não foi fundamental para a vitória de Getúlio Vargas, já que possivelmente lhe tirou votos. O retorno de Vargas para a vida pública rendia notícias aos jornais, com os mais diversificados objetivos. Não era necessário inserir discursos positivos nas folhas impressas para subir o número de vendas, afinal, se muitos aprovavam o seu regresso, outros tantos desgostavam ao experienciar o “ganho de corpo” que a candidatura vinha tendo.

Vale elucidarmos que o autoexílio de Getúlio Vargas lhe retirou a atualidade das discussões, na medida em que se encontrava distante da capital e, conseqüentemente, de alguns acontecimentos correntes – um deles, por exemplo, foi o contato com sua força eleitoral: os trabalhadores. Embora continuasse informado através de notícias de jornais e cartas trocadas com a filha, sua participação na vida política estava reduzida ao que lhe diziam e não ao que vivenciava. Apesar de desconexo de alguns contextos, o exilado interferia nos discursos elaborados por seus aliados, dispensava termos técnicos e complicações em sua fala, corrigindo para algo próximo daqueles que ouviam, alertando aos teóricos do trabalhismo, especialmente à Alberto Pasqualini, que não faria propaganda do partido, tendo em vista que seus comícios seriam voltados aos problemas diretos dos trabalhadores e camponeses.

O público, que se reunia para ver o pretendente ao cargo de presidente, tinha uma sugestiva noção de como era aquele que subia em palanques improvisados e conversava com os presentes sobre a carestia de suas vidas. Estes tinham vivenciado a inexistência de leis que garantissem as condições básicas de cidadania, além de terem sido vencidos por um período (governo Dutra) em que o salário não sofria alterações importantes ao ponto de acompanhar os custos de vida. Dessa forma, todos ali presentes queriam escutar as promessas de melhoramento, almejavam trocar seu voto por ações e programas que pudessem projetar uma reparação nos anos de carestia. Os trabalhadores e camponeses, afinal, tinham sido expostos, outrora, às injustiças e queriam vivenciar tal sensação novamente. E Getúlio Vargas era objeto dos seus interesses.

Mas a mente humana não é um filme que registra uma vez por todas cada uma das impressões que chegam através de seus obturadores e lentes. A mente humana é infinita e persistentemente criativa. As imagens se apegam ou se combinam, são melhoradas aqui, condensadas ali, enquanto as tornamos mais plenamente nossas mesmas. Elas não ficam inertes na superfície da mente, mas são trabalhadas pela faculdade poética numa expressão pessoal de nós mesmos. Nós distribuímos a ênfase e participamos da ação (LIPPMANN, 2010, p. 149).

O ex-ditador, nesse momento candidato democrático, entretanto, ainda possuía fôlego para o ambiente político. Suas viagens renderam votos nos mais diferentes rincões do Brasil, uma campanha que, de acordo com Corrêa (1994), arrastou multidões e apresentou erros e acertos. Com todas as urnas apuradas e os resultados impressos nos jornais, a vitória se fez fato político. A democracia reinstituída precisaria demonstrar-se segura em seu desfecho. Afinal, a eleição de Getúlio Vargas pela ótica oposicionista simbolizava a volta de um tortuoso passado, repleto de golpes contra o modelo republicano (exclusivamente oligárquico). No entanto, os caminhos da oposição se reduziram a dois: o primeiro, ligado aos princípios democráticos e o segundo, paradoxalmente, à democracia para instigar desordem. Em síntese, o primeiro caminho era aceitar a derrota novamente e organizar uma frente ampla contra o imaginável autoritarismo de Vargas (dado o seu passado), já que essa era a justificativa para rejeitar a candidatura do autoritário; enquanto que o segundo caminho era gerar clima de instabilidade contra os rumos adotados pelo Governo e dificultar<sup>36</sup> a aprovação de leis que beneficiassem seus requerimentos.

Para se assegurar minimamente no poder é que Getúlio Vargas manda chamar Samuel Wainer e pede para repetir o que anteriormente tinha achado graça no avião de campanha: “Como foi aquela frase que disseste no avião?”. Wainer repetiu e, então, o recém presidente concluiu: “Por que tu não fazes um jornal?”. O presidente, recentemente empossado em 31 de janeiro de 1951, reúne o ministério no dia 2 de fevereiro e, aparentemente, se surpreende com a parca participação da imprensa tradicional, como salientou Samuel Wainer em declaração ao CPDOC. Talvez fosse pretensão dos grupos tradicionais distanciar Getúlio Vargas de seus periódicos, abandoná-lo ao ostracismo e afetar sua imagem com a opinião pública/popular, pela ótica das famílias controladoras da imprensa, como os Mesquita(s) – jornal *Estado de São Paulo* – e o(s) Marinho(s) – jornal *O Globo*. A atitude de não mandar jornalistas ao Palácio Rio Negro, para que pudessem cobrir o primeiro encontro ministerial, aponta para além do rancor dos

---

<sup>36</sup> Prolongar o mandato de Dutra. UDN afirmava que Getúlio Vargas não tinha a maioria dos votos, por isso, não poderia se sagrar presidente

tempos de censura, demarcando a importância que a palavra – em consequência à propaganda – exerce em um governo que precisa se provar habilitado e, mais do que isso, democrático.

## 2.1 Um novo jornal na praça: *Última Hora*

*Seu Samuel, o jornal está começando a ficar vitorioso. No Brasil, jornal que passa dos quinze mil exemplares virou macho – Raimundo Português (chefe da oficina do Última Hora, 1951)*

Um jornal criado à imagem e semelhança da ideologia do trabalhismo é, possivelmente, uma boa publicidade para a estabilização de futuras publicações no mercado editorial. O fato de o *Última Hora* explorar a imagem do presidente recentemente eleito foi uma estratégia que contrariou outros jornais, ocasionando a desestruturação de um ambiente, *a priori*, organizado para não demonstrar amparo à Getúlio Vargas.

O surgimento de um periódico que contrariava o arbítrio de fechar o cerco contra o Poder Executivo ocasionou a necessidade de recobrar o sentido dos assuntos políticos. Aliás, mesmo que recentemente fundado, a originalidade de tocar em assuntos de gosto popular – como era o caso da volta de Getúlio Vargas – só não faria sentido se todos os periódicos resolvessem abandonar o tema.

O aparecimento do *Última Hora*<sup>37</sup> e sua forma inventiva em fazer notícias, com exploração de imagens e ineditismos nas reportagens de cunho político, fez com que o cenário – relatado por Samuel Wainer em suas memórias – fosse de apavoramento, próprio de jornalistas que colocam seu periódico na praça. O receio de não vingar como empresa era legítimo, visto que o jornal é a voz do seu dono. Se as oligarquias conheciam os Mesquita pelo *Estadão*, os Frias pela *Folha de São Paulo*, o Marinho pelo *O Globo*, o Chateaubriand pelo *Diários Associados*, o Lacerda pela *Tribuna da Imprensa* e os Nascimento Brito pelo *Jornal do Brasil*; conheceriam o Wainer pelo *Última Hora* e, junto dele, Getúlio Vargas.

Entre a posse e a inauguração do periódico, o intervalo data aproximadamente seis meses. O jornal, que deveria ser “expressão do getulismo”, só desponta na cena política no dia 12 de junho de 1951, enquanto que a influência dentro do cenário governamental se constituiria próximo ao final do ano. Os receios eram múltiplos – não conseguir quitar os dividendos, não

---

<sup>37</sup> O aparecimento de outro periódico somente foi visto com receio após se estabelecer a narrativa e os assuntos que abordaria. O *Última Hora* além de ser inovador em questões técnicas, conseguiu fazer com que o mercado jornalístico inflacionasse, já que resolveu pagar seus jornalísticas uma quantia além da justa. Logo, seus funcionários recebiam ótimos salários, ocasionando pedidos de aumento de periodistas empregados em outros noticiários, que utilizavam como ameaça a saída do trabalho para pertencer ao *Última Hora*.

conquistar um público e perder o apoio de Getúlio Vargas. A estreia não apaziguou o sentimento de Samuel Wainer, embora o editor pudesse contar com a exploração da imagem do Presidente da República em futuras edições, era necessário perceber que o menosprezo adquirido nos anos de Estado Novo se alargou para o contexto do *Última Hora*.

Na primeira edição do periódico, Getúlio Vargas, em carta endereçada à edição (UH, 1951, p. 1), saúda o surgimento do novo jornal fazendo odes a “liberdade de imprensa”, “crítica objetiva”, “valor patriótico” e “missão social”.

O que nos fere é a desleal e mal-intencionada deturpação dos fatos, é o premeditado silêncio quando algo existe que merece incitamento e louvor. Há os que confinam os exercícios da profissão à prática dum sacerdócio. Mas existem também, como exceções deprimentes e irreconciliáveis com o nosso ambiente político, o que fazem da imprensa um instrumento suspeito de mercantilismo e de venalidade [...] os que deturpam os fatos ao sabor da sua imaginação pervertida [...]. Não havia alternativa além do apoio incondicional ou da oposição sistemática. O jornal não era uma tribuna de ensinamento, mas um pelourinho de reputações. Imprensa governista e imprensa de oposição se dividiam em dois campos adversários de feição intolerante e apaixonada, onde eram impossíveis a crítica serena e a visão superior dos problemas de Estado. **Já vai bem longe este tempo, e a distância que dele nos separa deve encher-nos de conforto e segurança** (UH, 1951, Ed.00001, p.1, grifos nossos).

A carta também acompanha os significados do que é ter um jornal e, em consequência, quais as responsabilidades que esse instrumento se obriga com o público leitor e a sociedade em geral. De modo irônico, o presidente escreve que, infelizmente, os jornais são tidos como **dispositivos de aparelhamento**, em que jornalistas se interessam exclusivamente pelas condições financeiras da notícia e fazem de seus relatos um material suspeito. É notável que as palavras, antes de serem impressas no jornal, eram informadas a Vargas, tendo em vista que o sentido das congratulações se modifica gradualmente para uma investida contra a imprensa que o ignorou nesses últimos seis meses – ou mais, se considerarmos a campanha pela presidência.

Os problemas sociais e políticos são de tal modo complexos, que só um contato vivo, perene e fecundo com a opinião pública de todo o país pode dar luzes e forças ao Governo, para enfrenta-lo e resolvê-lo. Nesse sentido, é na imprensa que se cristaliza o espírito do povo, e é pelos seus órgãos mais representativos que se traduzem as exigências e os anseios coletivos. Como homem público, sempre busquei o contato com essa imprensa imparcial e construtiva, e encontrei na crítica serena e honesta a colaboração desinteressada e amiga, que esclarece, revela corrige, completa e sugere soluções e diretivas (UH, 1951, Ed.00001, p.1).

Um marco no quesito inventividade foi a criação da seção “O Dia do Presidente”. Aparentemente arquitetada para dar mais dinâmica à vida política no Palácio Rio Negro, o responsável pela coluna era o jornalista Luís Costa, sua função basicamente era trazer para perto do público um contato aproximado com Getúlio Vargas. Normalmente encontrada na terceira página, não demorou para ser adorada pelos leitores e “copiada” por alguns jornais-opositores. Embora seus relatos parecessem inofensivos, Samuel Wainer, em suas memórias, recupera que muitos políticos e pessoas compravam o jornal para se ver descritas o que, conseqüentemente, fez aumentar o número de encontros com o Presidente da República. Um número bem diversificado de pessoas acabaria compondo essa coluna em um mesmo dia, desde líderes sindicais até governadores do estado.

O *Última Hora* inaugura um novo modo de jornalismo<sup>38</sup>. A maneira de fazer política sofre com as suas renovações, exemplo disso eram os comentários tecidos na coluna “O Dia do Presidente” em relação a acontecimentos, escritos por meio de uma perspectiva mais intimista, do interior do governo. O início da escrita ganha contornos de cordialidade, a atmosfera continua jornalística, mas o tom é transmutado para uma narrativa mais tranquila, que informava, ao mesmo tempo em que proporcionava entretenimento.

Tal coluna prometia diversificar Getúlio Vargas, mostrar as suas camadas e explorá-lo além da liderança. A primeira publicação sobre essa figura – como outras – é amplamente relevante, uma vez que traz à tona uma pessoa mais complexa do que apenas um articulador de alianças políticas. O periódico, que prometia ser a “expressão do getulismo”, iniciaria seu empreendimento de maneira cautelosa, embora afetiva. Para esse primeiro momento, a proposta era retratar o “vovô Getúlio”, que se dividia entre a função de brincar com os netos e de administrar o país.

---

<sup>38</sup> O *Última Hora* nasce com o anseio de ser um grande veículo de imprensa. De circulação diária, inicialmente custava cerca de 1 cruzeiro. Foi financiado por empresários, banqueiros, governadores e pelo Presidente da República. No primeiro ano, as tiragens foram ocultadas, já que a ambição era parecer grande. Somente no momento em que o jornal passou a imprimir 90 mil exemplares, o número passou a ser impresso na primeira página. Embora a folha salarial fosse gorda, o que choca são os nomes dos que escreviam as colunas. Samuel Wainer não economizou ao contratar nomes conhecidos de outros veículos da imprensa, como Otto Lara Resende (pela quantia de 15 mil cruzeiros), antes trabalhador do jornal *O Globo*, além de Francisco de Assis Barbosa, tirado do *Diário Carioca* (também pela quantia de 15 mil cruzeiro). Outros nomes de grande peso também compuseram as folhas de pagamento do *Última Hora* como, por exemplo, Antônio Nássara, compositor da marchinha “Allah-lá-ô”. De acordo com Monteiro (2020), Samuel Wainer queria alterar o modo dos leitores verem as notícias. A começar pela primeira página, a diagramação era vertical, com matérias distribuídas em, no máximo, 4 colunas, desafio para o equipamento da época. Além disso, Wainer trouxe novamente à imprensa a caricatura como crítica, atividade que ficou ao encargo de Nássara. Ficava ao encargo do caricaturista desenhar sobre assuntos do momento para que a crítica fosse efetiva. Destacamos alguns “donos” das colunas: Vinicius de Moraes, Marques Rebelo, Manuel Bernardez Muller.

Podemos verificar que “O Dia do Presidente” é uma coluna repleta de fatos. Um exemplo é de quando o jornal trata de Vargas ainda na figura de candidato à presidência, ressaltando a promessa feita ao povo – seus votantes ou não – de um governo unido aos seus desejos e de que, se eleito, os populares subiriam juntamente as escadas do Palácio do Catete.

É necessário indicarmos, todavia, a problemática desse posicionamento, uma vez que estar com Vargas não significava um compromisso consanguíneo. Para a formação do “queremismo” e “expressão do getulismo”, era necessária a organização de pautas que mantivessem os interesses dos trabalhadores no “alto da escada”, concedendo-lhes condições dignas de vida. Se Getúlio tinha o compromisso com seus eleitores, seus eleitores tinham o compromisso com as propostas e promessa – todo e qualquer apoio vem de concessões.

O *Última Hora* representava uma interpretação destoante dentro dos grandes grupos empresariais e, por essa razão, detinha relevância na contextualização do cenário político dos anos 1950. Anterior ao surgimento desse jornal, podemos afirmar que os veículos da imprensa já dominavam as formas de se fazer notícia, no entanto, tal técnica permanecia inalterada, o que pode significar o controle do público leitor é total.

Se o trabalhador e seu patrão assistem ao mesmo programa de televisão e visitam os mesmos pontos pitorescos, se a datilógrafa se apresenta tão atraentemente pintada quanto a filha do patrão, se o negro possui um Cadillac, se todos lêem o mesmo jornal, essa assimilação com que as necessidades e satisfações que servem à preservação do Estabelecimento é compartilhada pela população subjacente (MARCUSE, 1973, p. 29).

É possível considerarmos, desse modo, a existência de certo desinteresse dos trabalhadores por imprensas defensoras de interesses patronais. O jornal de Samuel Wainer, por esse motivo, é relevante para o contexto da época, já que reformula a técnica de enxergar a notícia e evidencia um posicionamento pró-governabilidade, antes não explorado. Verificamos que a classe-interpretada consumia a narrativa implicitamente e, por não haver outra, assimilava alguns entendimentos sobre o mundo do trabalho. Por isso, reiteramos a importância de um jornal de grande circulação como o *Última Hora* – “um jornal vibrante, uma arma para o povo”, esse era o seu *slogan*.

O início do jornal procura demonstrar uma atmosfera estável e receptiva. O retorno de Getúlio Vargas era visto, aos olhos dos trabalhadores, como uma vitória – as cartas endereçadas ao Gabinete da Casa Civil eram a prova disso. Com versos apaixonados, as pessoas que escreviam para o presidente queriam receber respeitabilidade frente aos outros. Os parágrafos **pinçados** mostravam, além de tudo, gratidão pelo favorecimento de outrora. Tudo publicado

em “O Dia do Presidente”: “Três turmas de dez datilógrafos trabalham de manhã à noite no Palácio do Catete, respondendo um média de mil e quinhentas cartas por dia” (UH, 1951, ed.00004, p.3).

A coluna chefiada por Luís Costa é, nesse sentido, essencialmente relevante, uma vez que intermediava as políticas públicas por meio de histórias ligadas às cartas. Na quinta edição do jornal, por exemplo, uma carta de uma mulher, aflita em relação à condição de seu casamento, é endereçada a Getúlio Vargas. Em linhas gerais, a mulher pede – indiretamente – para que o presidente interfira positivamente na lei referente ao divórcio que tramita na Câmara, além disso, afirma que não sabe “o número de lágrimas que já rolaram no seu rosto” (p. 3). Ressaltamos, dessa forma, que uma parcela da população se fez presente na primeira seção do periódico. Embora não fosse propriamente popular, era possível encontrar as aflições da sociedade nos textos lá inseridos.

Contudo, se o que se relata na imprensa é a convicção de seu dono, de quem é o *Última Hora*? De Samuel Wainer? De Getúlio Vargas? Dos trabalhadores? Responder a essas perguntas não é tarefa trivial. Para qualquer afirmação sobre a questão, é necessário esclarecer outras dúvidas. Ainda que o jornal pertencesse a Samuel Wainer, sua existência esteve condicionada aos financiamentos escusos de políticos e empresários situacionistas. Portanto, podemos afirmar que também é um jornal de Getúlio Vargas, uma vez que críticas não são publicadas, devido a esse forte pacto. Nomear-se implicitamente como uma “expressão do getulismo”, dentro da redação do jornal, garantia que as críticas contra o presidente fossem preteridas. Monteiro (2020) ressalta que, em um primeiro momento, não criticar Getúlio Vargas soou estranho aos jornalistas. Se o presidente tinha o respaldo do periódico, o que podemos falar dos trabalhadores? O trabalhadores-sindicalistas tinham, no jornal, um ambiente para compartilhar suas demandas e agendas, como seus movimentos e greves. Então, o jornal ambicionava tudo e relatava o todo. Se seus funcionários pudessem não contrariar o presidente, teriam vida longa na imprensa/empresa, logo, funcionariam em paralelo com o “trabalhismo”.

Sabemos das condições que proporcionaram a existência do *Última Hora*. Não obstante, o que é fundamentalmente novo, para nós, refere-se às cobranças do jornal, que se ajustavam à opinião pública por ações mais bem resolvidas para as adversidades populares. Com uma semana de existência, o jornal vincula em sua primeira página os dizeres em caixa-alta: “O POVO NÃO ESTÁ SATISFEITO” (UH, 1951, ed.00007). É necessário destacar o brio da publicação, além do mais, a elaboração deste diário fora articulada por políticos e pessoas identificados – indefinidamente – como apreciadores do getulismo. O subtítulo da matéria

demonstra honradez com o ofício a que o repórter se submete: “Até Quando Durará o Crédito de Confiança Aberto Ao Senhor Getúlio Vargas?”.

[...] pode este jornal dizer francamente ao sr. Getúlio Vargas: "O povo carioca não está satisfeito, o povo está descontente e ansioso. E este descontentamento pode leva-lo a uma decepção que anulará perigosamente as grandes conquistas políticas alcançadas pela nação nas eleições de 3 de outubro" [...] O drama da vida cotidiana do carioca, oprimido pelos problemas de habitação, saúde, alimentação e transporte, não é, entretanto, diferentes do drama de todo o povo brasileiro (UH, 1951, ed.00007, p.1).

A reportagem continua na terceira página, culpabilizando os políticos que cercam o presidente. Porém, quando transversa para os pensamentos do povo, notamos **um sentimento de ultimato** e a necessidade de rápida resolução. Esse crédito dado a Getúlio Vargas revela uma esperança depositada às aparições passadas do que em diretivas fatalistas. O subtexto da reportagem evidencia a perda na crença em instituições políticas e encarna o espírito do “getulismo”. Toda fé está depositada na figura do presidente e, mesmo o jornal relatando a opinião contrária como um “oceano de críticas”, os populares que tinham apreço pela representação paternalista do executivo relembram da “velha confiança” e “confiança pessoal” – indicadas no artigo – como se fazer política sozinho fosse possível. Explorando o sentido das palavras, o jornalista prefere utilizar “milagre” ao invés de “proposta”.

Entretanto, esta seria a única forma de aparição de pessoas comuns? Evidente que não. Quando relacionados presidente e seus identificados populares, ambos são postos como inertes, um servindo com o propósito de favorecimento do outro. Contudo, cabe a pergunta: essa é a maneira de se fazer jornalismo? Podemos responder afirmativamente, embora não essa não seja a única forma. Os consumidores confundem o papel da imprensa, esperam que ela ofereça uma democracia verdadeira (primitiva), uma vez que não mantém contato com o ambiente invisível da política (LIPPMANN, 2017, p. 275), acreditando, enfim, que o jornal possa oferecer o cenário ideal.

## 2.2 Se equilibrando entre publicidade e jornalismo

O caráter apologético do jornal de Samuel Wainer garantiu sua fixação dentro da cena política – mesmo que ainda vista com maus olhos<sup>39</sup>. Sua defesa irrefreada é novidade até mesmo

---

<sup>39</sup> Samuel Wainer afirma ter se sentido estranho diante dos olhos dos donos de jornal e revela que a forma e a temática do *Última Hora* os incomodavam, uma vez que todos permaneciam dispostos a comprimir a representação de Getúlio Vargas diante da sociedade. Nesse sentido, Wainer destaca que o *Última Hora* seguia o sentido oposto. Compara, ainda, sua difícil aceitação dentro do “clube”. Com o inegável recebimento e respeitabilidade dados a

para o jornalista<sup>40</sup>, contudo, no período que se inaugurava fizera necessário tangenciar entre defesa/verdade e entre publicidade/jornalismo, respectivamente.

A linguagem que se inaugura dentro do jornal é nova e intimista, além disso, as palavras, previamente selecionadas, dão um ponto de vista mais aproximado das decisões. Dessa maneira, além de informar, o que ocorre quando as cortinas da política se fecham, também participava das decisões acordadas. O jornal, diante disso, traduz os acontecimentos para dentro do cotidiano e proporciona um tateamento das situações invisíveis aos olhos descobertos dos leitores, uma vez que esses últimos não dispõem dos “óculos” (BOURDIEU, 1997; TRAQUINA, 2005) que os jornalistas frequentemente usam para escrever suas matérias. Desse modo, a aproximação ou afastamento cabe ao sentido oferecido. Lippmann (2010) retrata essa noção ao tratar do papel do intermediador – quando colocado em contato com temas intrincados, transformam-no em objeto de fruição. Em sua conjuntura, o jornalista e filósofo aborda a produção de um filme que traduz o incompreensível. A exemplo disso, indicamos a montagem do “Dia do Presidente” como objeto de prazer do leitor, convergindo política e sociedade a mesma condição.

O bambear na linha precisava ser feito com maestria, afinal, as relações entre Getúlio Vargas e Samuel Wainer embora não tivessem vindo a público, eram cercadas de desconfiança entre os opositores do presidente. Mesmo que não surgisse desconfianças, é necessário enfatizarmos que o dono do periódico empregava outros jornalistas, dessa forma, proibir a circulação de reportagens iria contra toda a ética da profissão. Apesar de ter dependido do financiamento encontrado por Getúlio, em seu livro de memórias, Samuel confessa não ter deixado de ser jornalista por isso, revelando que o convívio com o presidente, depois de anos juntos, funcionava como uma engrenagem, uma vez que discordavam pontualmente sobre os mesmos assuntos.

É possível verificar que havia, certamente, a preocupação de não transformar o jornal em um panfleto repulsivo e descartável para o leitor. As promessas feitas, por meio das letras, tinham coerência no imaginário popular. Para conter o ânimo da classe trabalhadora, que pedia por audiências particulares, é que o *Última Hora* publica “Vai Falar o Presidente”, dando o horário e o assunto tratado: “elevar o nível da vida das massas operárias, e por um dique

---

Carlos Lacerda – e seu jornal *Tribuna da Imprensa* –, a confrontação se explica, pois ambos os jornais inauguraram em datas próximas, no entanto, o diferencial estava no tratamento dado ao presidente. Enquanto Wainer tratava-o com respeito, Lacerda escrevia sobre o poder executivo com menosprezo.

<sup>40</sup> Em suas memórias, Samuel Wainer revela ter combatido Getúlio Vargas quando trabalhava para os *Diários Associados*, em matérias que datam o período do Estado Novo (1937-1945). Por esse motivo, o jornalista justifica o seu posicionamento, valendo a retificação de que não se arrepende das circunstâncias que o fizeram escrever contra o presidente-ditador.

irremovível as manobras altistas e aos obstáculos que enfrentam a administração pública” (UH, 1951, ed.00020, p.3).

Numa tentativa para que as filas diminuíssem no lado de fora do Catete, o jornal, em forma de sátira, dá exemplos das pessoas que pedem um tempo com Getúlio. Os assuntos são variados e esbanjam trivialidade: angulação da terra, pedido de visitas, busca pela esposa. O contato que pediam era, na prática, impossível, porém, Luís Costa os dava uma condensação, afinal eram noticiados pela relevância com que experienciavam o ambiente sócio político.

A segunda parte do jornal só estrearia quando o *Última Hora* alcançasse a venda de mais de 15 mil exemplares por dia. Essa foi uma sugestão de um funcionário do Ministério da Agricultura (Renato Castro), que ficaria responsável pela coluna “Ke koisa” e “Fala o Povo”. O aspirante à jornalista recolheria queixas, conselhos e/ou reivindicações dos populares que iam até a sede do *Última Hora*. Os problemas relatados eram de contato direto com o cotidiano da cidade: ruas com buracos, sujeira nas ruas, carestia, roubos, acidentes de trânsito. Samuel Wainer classificou, em seu livro de memórias, o segundo caderno como “assuntos mais amenos”, todavia, não ignorou a originalidade de tal projeto.

Equilibrar-se entre apologia e propaganda fez com que o jornal de Samuel Wainer ganhasse importância. Vale evidenciar que, nas primeiras edições, a participação popular era contida, contudo, não irresoluta. O sumiço das edições iniciais resume-se a não ocasião, a necessidade de cimentar um público/consumidor fixo para o jornal. Essa, talvez, tenha sido a primeira preocupação de Wainer – a tentativa de abranger as mais diferentes classes sociais. Ao associar o seu sucesso à ousadia, o editor-chefe afirmara que os caminhos para o êxito foram repletos de desconfianças, tendo em vista que Getúlio havia sido seu mentor na criação do jornal. Nesse contexto, havia preocupação em devolver o voto de confiança ao público, assim, o apoio era algo que o proprietário do *Última Hora* se incomodava. Todos esses pensamentos são próprios da precocidade do bom resultado. Esses receios iniciais foram benéficos para que o jornal, mesmo que recém-nascido, não caísse na estagnação de outras narrativas. É fato que aprimorar a técnica para ganhar diferencial nas bancas e estar no enalço do presidente fizeram total diferença.

Getúlio se fez eleito, porém, indispunha de maioria nas outras Duas Casas (Câmara dos Deputados e Senado). Conseqüentemente, seus discursos aspiravam um trabalho conjuntural para diminuir as injustiças sociais. O segundo mês de existência do jornal assume a temática do assistencialismo, tratando de aspectos como as condições administrativas da SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) e o abastecimento dos Estados com produtos essenciais para a nutrição e liberdade sindical. Destarte, a imprensa informa, ao mesmo tempo que orienta

os trabalhadores/leitores a procurarem seus respectivos sindicatos e fazer sua inscrição, “em via de suscitar dissídio coletivo estão dispostos a declarar taxativamente em sua petição inicial, ser essa reivindicação exclusivamente para os sindicalizados” (UH, 1951, ed.00034, p.1). A reportagem encaminha os trabalhadores não fidelizados ao sindicato a serem associados, ideia reforçada com o título que segue a reportagem “Somente os Sindicalizados Terão Aumento de Salários”. É lógica a concepção de que trabalhadores associados possuem maiores condições de serem ouvidos, como sublinhou o jornal.

A publicidade movimentava-se em torno da imagem do trabalhador e das soluções de Getúlio Vargas, sempre em caráter emergencial, o que pode comprovar a qualidade do presidente em solucionar problemas diante de grande pressão. Chegavam até o Palácio do Planalto as dificuldades que a população do sul do país estava passando, como a escassez de certos produtos alimentícios, a mobilização de Navios da Marinha para o transporte das mercadorias sem estoque e conseqüente abastecimento da região. Esse aspecto salvador se reflete em outros. Tal postura se prolongará diante de outros assuntos, seja em forma de historieta, anedota ou charges. De acordo com o jornal, Getúlio Vargas tinha saída para tudo – foi assim que resolveu o problema do abastecimento. Além disso, o jornal afirma que seria da mesma maneira que o presidente chegaria a uma conclusão com estudos do DASP sobre a “fixação das tabelas únicas”: “Só Getúlio sabe manipular fórmulas tão miraculosamente salvadoras” (UH, 1951, ed.00038, p.3) – a mensagem acompanha uma caricatura amigável do presidente, como se já soubesse a atitude a se tomar.

Nas circunstâncias dos anos 1950, alguns ministérios se destacaram mais que outros devido à atuação de seus ministros, como é o caso da importância particularista dada aos grupos sociais interpretados. Realçamos que a desorganização nas ações ocasionou desconforto entre os representados e os representantes, desarranjo mais tarde – quiçá tarde demais – solucionado por Getúlio Vargas com a troca de ministros.

Os Ministérios que se entrecrocavam referem-se as pastas da Fazenda e a do Trabalho, Indústria e Comércio. Vale destacar que o Ministério da Fazenda era representado por liberais que, pela perspectiva de políticas instrumentais – cujo objetivo era moderar a inflação e os problemas de exportação –, viam as propostas da pasta como movimento de vanguarda (industrialização acelerada) para o desenvolvimento nacional dos Estados a médio-longo prazo. Esperar que os representados pelo Ministério do Trabalho contivessem as insatisfações em prol da prosperidade prometida era o mesmo que pedir uma sobrevida para os que passavam fome e não tinham um reajuste salarial desde 1943 – passaram, pois, o fim do Estado Novo, além de todo o governo Dutra, com os salários fixados, sem acompanhar a atual realidade dos preços.

Conforme indica Fonseca (2010), a volta de Getúlio Vargas como “Chefe da Nação” – expressão utilizada pelo *Última Hora* – esteve atrelada às conquistas de contextos anteriores. Dessa vez – democraticamente – necessitaria (re)trabalhar a sua imagem para firmar acordos econômicos que valorizassem as diferentes classes que o elegeram e, do mesmo modo, influenciar outros veículos da imprensa ao seu favor.

Dos pontos mais diferentes do Brasil, chegavam os pedidos de socorro com vistas à intervenção do Presidente da República. É possível afirmar que a grande maioria dos Estados foram ouvidos/lidos durante os meses iniciais do Governo. É importante notar que, independentemente do lugar de envio, um assunto era frequente dentro das cartas: carestia de alimentos em consequência de salários baixos<sup>41</sup> em que, em casos mais extremos (mas não menos frequentes), há fome. O problema se torna tão grave que passa a funcionar junto com o Conselho Nacional de Segurança. Dessa forma, podemos notar que as vozes populares foram ouvidas. Além disso, o presidente, via decreto, deu maior competência ao órgão no engajamento e coordenação, regulando o Conselho Nacional de Alimentação.

Outro grande problema que se desenvolveu ao longo do tempo refere-se à moradia que, em momento posterior, causa imbróglio entre o então atual Ministro do Trabalho, Danton Coelho, com o Presidente da Brasil. O caso que ficou conhecido como “Problema da Moradia Popular” também faz parte das demandas dos trabalhadores e, embora não tivesse uma solução simples, a aplicabilidade com o tema não era satisfatória. Fora tal tema que fez com que Samuel Wainer saísse do “chão de fábrica” para assumir a qualidade de editor-chefe, expondo a sua opinião dentro do seu jornal.

[...] Apressar, atacar com urgência e maior energia, os trabalhos desses setores, principalmente no que diz respeito à construção de casas ou conjuntos residenciais para os trabalhadores. **O ministro Danton Coelho acentuou que o sr. Getúlio Vargas solicitava** que os institutos e Caixas deixasse, de lado planos mirabolantes de arranha-céus e atacassem, **imediatamente**, as construções destinadas a solucionar o grave problema da falta de moradia para as coletividades operárias. Depois de **transmitir as instruções presidenciais**, o ministro do Trabalho solicitou relatório sintético de cada um dos presidentes sobre a situação dos órgãos que dirigem para entregar ao Chefe do Governo, ainda na tarde de hoje. (UH, 1951, ed.00062, p.1, grifos nossos)

O pedido era taxativo – Getúlio Vargas precisava, por intermédio de Danton Coelho, resolver o quanto antes o problema da moradia popular, a fim de que o ministro (e,

---

<sup>41</sup> Os salários não eram reajustados desde o Governo Dutra. Uma das promessas de Vargas era a de ajustar a alíquota.

consequentemente, o próprio presidente) pudesse dar continuidade às suas funções sem ser constrangido pela imprensa. Aparentemente, o problema estava sendo postergado sem necessidade, dado que poderia ser facilmente solucionado.

Na contenção de matérias prejudiciais é possível afirmar que o *Última Hora* faz jornalismo? Podemos notar, no “balançar” dos repórteres<sup>42</sup>, a linha tênue que separa dois lados: publicidade e jornalismo. O jornalista, assim, realiza um árduo trabalho equilibrando-se, sem pender exageradamente para nenhum dos lados, tendo em vista o risco de cair. O essencial, nesse caso, é pleitear com as partes e ter como resultado uma matéria que agrade seu patrão (Samuel Wainer) e o patrão do patrão (Getúlio Vargas).

O *Última Hora* fazia jornalismo e atuava bravamente em benefício da recém democracia. Todavia, seu posicionamento, adepto às políticas governamentais, tendenciava algumas notícias. A edição que se segue (ed.00063) busca justificar o atraso por meio da burocracia que circunda o Catete, dificilmente entendida pelos leitores, mesmo assim compartilhada pelo jornal.

Como sabe o Presidente que suas ordens são realmente cumpridas? Para que se tenha o público uma resposta a essas perguntas, damos aqui alguns exemplos de interesse e da vigilância com que o sr. Getúlio Vargas acompanha o funcionamento da máquina administrativa do país, muitas vezes tão lamentavelmente emperrada pela praga nacional da burocracia [...] através de seus clássicos bilhetinhos escritos a lápis vermelho, em pequenos pedaços, de papel nas margens dos relatórios e de artigos de jornais que criticavam a administração: "É verdade isto? Por que ainda não foi resolvido esse problema? Indague, pergunte, procure me dar uma resposta urgente..." (UH, 1951, ed.00063, p.3).

Podemos verificar que a preocupação de Getúlio Vargas é legítima e que os assuntos tratados com seu Secretário, Lourival Fontes, são de interesse geral. No entanto, como a burocracia sugere, parece se ter pouca resposta ao que é abordado. O periódico evidencia que as perguntas feitas por telefone ao secretário e os rabiscos nos relatórios são de um único dia. Dessa forma, o que se fez narrar foi dado ao acaso, ou seja, contou com a coincidência de ter presente um repórter próximo ao gabinete.

Ainda na mesma página, outra coluna, intitulada “Doze Perguntas Agitam S. Exa., A Burocracia”, fragmentava a culpa sobre os assuntos não acertados, que precisavam de urgente solução. Assim, se os trabalhadores quisessem protestar, o jornal estaria fazendo o favor de

---

<sup>42</sup> Estamos nos referindo a um jornal governista. Monteiro (2020), em biografia, afirma que os jornalistas contratados ficaram tão encantados com a valorização da profissão, por meio de gordos salários, que deixar de comentar – mal ou bem – de Getúlio Vargas não era visto como um problema.

apontar os culpados. É perceptível, portanto, que o jornal aliviava, mesmo que momentaneamente, a pressão posta no presidente, sendo que este, insatisfeito, poderia postergar o sentimento de calma dentro da sociedade, substituindo o ministro que não correspondia ao desejo das classes, por exemplo: “Pergunte ao ministro do Trabalho o que ficou assentado na reunião com os presidentes das autarquias sobre a construção imediata de casas populares” (UH, 1951, ed.00063, p.3).

### 2.3 (E)leitores e o *Última Hora*

O jornal *Última Hora*, com anseios de ser uma “expressão do getulismo”, consegue se estabelecer como tal. Além disso, com o passar dos meses, consegue se fixar como uma importante ferramenta para informação e divulgação das ações que ocorriam no Catete. Nesse contexto, o referido jornal já compactuara com a administração vinda do Governo – seu livre acesso a Gabinetes, Reuniões, além de Salas Reservadas, caracterizara o periódico com uma oficialidade que nenhum outro tivera.

Em vista dessa associação, é necessário questionarmos se um jornal com informações privilegiadas devolve para a sociedade uma democracia mais aperfeiçoada ou, quiçá, mais representativa. Devemos ressaltar que os artigos inseridos no *Última Hora* são únicos, não pelo livre acesso à administração, mas, sim, pela iniciativa de não isolar Getúlio Vargas. Em vista disso, parece-nos inconsistente afirmar que tal jornal não colaborava com a preservação do ambiente democrático ou, ainda, que seus opositores eram responsáveis por toda instabilidade gerada no Governo. Cada um responde por seus desvios, mas age de acordo com as “regras do jogo” e com a formalidade de seu ofício.

Podemos notar que os trabalhadores foram conquistando espaço dentro do jornal de Samuel Wainer. Num primeiro momento, vemos a presença de trabalhadores combinada com a atuação de Getúlio Vargas. Todavia, na medida em que as reclamações foram se tornando autônomas, a solução aparentava ficar mais distante.

Destacamos que a relação entre Samuel e Getúlio era de extrema afeição e simpatia. Quando o assunto poderia prejudicar a imagem do presidente, por exemplo, o editor-chefe do periódico pedia autorização para que a matéria fosse impressa. Samuel Wainer descreve algumas reuniões de passagem em seu livro de memórias – uma delas foi a iniciativa do jornal em confrontar as ações do Ministro do Trabalho que, naquele momento, agia com pouca objetividade. Getúlio Vargas autorizou que se publicasse no *Última Hora* a sentida reprovação de Danton Coelho na frente da Pasta. A conclusão da conversa talvez tenha sido determinante

para o presidente aparecer conivente: “o governo estava perdendo popularidade em consequência do mau desempenho do ministro do Trabalho” (WAINER, 2015, posição 2935<sup>43</sup>). Em suas memórias, o dono do *Última Hora* afirma ter declarado seu apoio a figura do presidente e que isso não significava proteção alargada e incondicional a quem estivesse nos Ministérios. Finalizou afirmando ter compromisso com os seus leitores e, é indispensável ressaltarmos, Getúlio com seus eleitores.

Para conter o ânimo dos trabalhadores, Getúlio Vargas relembra a promessa feita no mês de maio em discurso, salientando que, embora os estudos sobre o aumento do salário mínimo estivessem atrasados, em setembro haveria o cumprimento de assinatura em prol dos assalariados. A decisão, que trazia benefícios aos trabalhadores, foi acordada após a realização de uma audiência com um grupo de operários e operárias de Juiz de Fora (UH, 1951, ed.00073, p.3). Nesse sentido, a política econômica do governo Vargas fora chamada de nacional-desenvolvimentista, em razão aos projetos de modernização, que incluíam inovações no estudo e extração de minérios e que garantiriam projeção positiva a médio-longo prazo – que viria com a criação da Petrobras.

Dessa forma, as promessas que circundam o melhoramento da vida do operário possuíam fundamento. Os recursos estariam disponíveis para que Getúlio Vargas tivesse, pelo menos na segunda metade do seu governo, condições mais favoráveis para conduzir o país. Para tanto, o Ministério da Experiência – título dado pelo próprio presidente em alusão aos ministros que estavam assumindo as respectivas pastas – precisaria sofrer uma reformulação e contar com pessoas mais técnicas para ajudar no programa trabalhista.

Quando esta edição **estiver circulando, já terá** o sr. Lourival Fontes entregue ao sr. Danton Coelho a carta-resposta do Presidente da República [...]. **Com a demissão** do sr. Danton Coelho, começa o fim do chamado "ministério de experiência" do governo do sr. Getúlio Vargas [...]. Houve quem visse, nessa declaração, apenas a manobra do político malicioso [...] a fim de **prevenir-se contra o desapontamento inicial** que eventualmente poderia causar, no seio da imensa massa popular que o elegera, a escolha de certos colaboradores do seu governo [...] Deu o sr. Getúlio Vargas **plena autonomia a todos os seus ministros, dentro do programa que traçou**, para uma campanha de recuperação econômica e social do País. E constata que esperou pelos resultados. [...] **ULTIMA HORA advertiu**, em tempo, ao sr. Danton Coelho dos primeiros **desacertos** à frente do Ministério do Trabalho, com o propósito de, através uma crítica construtiva, cooperar com aquele a quem o sr. Getúlio Vargas, **num gesto raro, confiara a gestão da pasta-chave do seu governo**. Mas a crítica foi em vão. E, o que é pior, teve adulterado o seu verdadeiro sentido. O Ministério do Trabalho deve constituir o eixo da política que tem como orientador o sr. Getúlio Vargas [...] e que corresponda cem por cento,

<sup>43</sup> Leitura no dispositivo Kindle do livro “Minha Razão de Viver”.

na teoria e na prática, no espírito e na forma [...] **de que o sr. Getúlio Vargas se tornou símbolo** (UH, 1951, ed.00074, p.1, grifos nossos).

As palavras que grifamos no trecho acima, extraído do *Última Hora*, realçam as nuances dos acontecimentos – o jornal tinha conhecimento prévio dos passos de Getúlio Vargas, fato que lhe dava uma margem para tirar vantagem de algumas reportagens. Exemplo disso é a edição do dia, que toma parte na avaliação de Danton Coelho diante da Pasta do Trabalho e, com um posicionamento impetuoso, aponta as falhas do ex-ministro, mostrando a sua ineficácia e comprometendo a sua reputação. A insuficiência foi facultada inteiramente ao ex-ministro. Uma vez que o texto apresenta os seus ocupantes tendo “plena autonomia”, essa liberdade acarretou um revés dentro da pasta-chave. Contudo, o jornal aponta o sintoma e a medida profilática com uma ideia principal: os desacertos no Ministério do Trabalho tinham como causa o distanciamento do símbolo da justiça social e, para que a ideia do trabalhismo vingasse, era preciso que as ações acompanhassem os pensamentos de Getúlio Vargas, dado que é espírito e forma. Dessa maneira, o *Última Hora* dava o caminho a se seguir – todo aquele que ocupasse um ministério, talvez, devesse se perguntar se o presidente tomaria a mesma decisão e, assim, dar sequência.

Na página seguinte, o periódico se mostra indignado com o motivo dado por Danton Coelho para deixar o Ministério do Trabalho: fadiga. Em conclusão, escreve “Teria sido por cansaço que o sr. Danton Coelho não cumpriu o recente despacho do Presidente da República, sob as dívidas da Fundação da Casa Popular?” (UH, 1951, ed.00074, p.2).

[...] uma política de retração de crédito e congelamento de salários, tendente a restabelecer o equilíbrio orçamentário. Essas medidas de sacrifício, embora destinadas à recuperação a longo prazo da economia do País, e, conseqüentemente da classe trabalhadora, **atinge em primeiro lugar, esta é que é a verdade, as camadas mais humildes da população.** A tarefa seria difícil, não tivesse o Brasil o privilégio de ter como Presidente da República, em fase de tão dedicada transição, o próprio criador da sua legislação trabalhista [...] por outro lado a ação de um ministro, **desde que este se compenetre** de que deva ser o fiel executor do pensamento do sr. Getúlio Vargas [...] **Este é o conselho** que nos aventuramos a dar ao sr. Segadas Viana, no momento e que assume tão alto posto em meio à sua vertiginosa carreira política [...] a sua ação no Ministério do trabalho **será acompanhada com maior vigilância, passo a passo, pelo povo** que anda farto da burocracia corrompida que se instalou em certos setores da administração pública, **a qual o Presidente da República está disposto a liquidar.** Não se esqueça o sr. Segadas Viana que **soou a hora do trabalhador.** É preciso agir no sentido de assegurar, no momento oportuno, as justas reivindicações populares que completarão a obra de reerguimento social do homem brasileiro, iniciada com o advento da Revolução de 30, e que foi construída, principalmente, através

do Ministério do Trabalho [...] E é ele, Vargas, **que as massas consideram** o seu verdadeiro Ministro do Trabalho (UH, 1951, ed.00075, p.1).

O nome para substituir o fadigado Danton Coelho fora o do sr. Segadas Viana. Entretanto, o novo-ministro não teria vida fácil. Segadas precisaria incorporar Getúlio Vargas para dar certo. Embora a redação tenha expressado boas-novas, podemos perceber que dentro do texto há uma perspectiva alarmista. Há um aconselhamento, em um subtexto, de que o novo ministro leia o *Última Hora*, posto que é um jornal defensor dos populares, revelando que Danton caiu por ser menos cuidadoso com o assunto. Para finalizar, o escritor deixa duas mensagens aos (e)leitores: (i) a execução da política varguista está comprometida, por consequência dos governos anteriores, mas o presidente está disposto a liquidar essa burocracia; e (ii) o novo ministro deve escutar com maior atenção as demandas dos populares, haja vista que chegou a hora dos trabalhadores, presentes para fazer valer a justiça social e, conseqüentemente, a trabalhista.

O *Última Hora* trata Segadas Viana como um político em ascensão, de carreira vertiginosa e com moderada experiência. Entretanto, é necessário que recordemos que, antes de estar como Ministro, o mesmo foi diretor-geral do Departamento Nacional do Trabalho, ramificação do próprio Ministério do Trabalho – que então assumia. Possivelmente as palavras foram usadas como uma estratégia, uma vez que, em edições anteriores, o periódico decretara aos seus (e)leitores<sup>44</sup> que o “Ministério da Experiência” fora encerrado após a demissão de Danton Coelho.

Segadas Viana tivera a chance de ouvir o discurso de Getúlio Vargas, em 7 de setembro de 1951, como ministro. Os contornos apresentados no jornal eram próximos de um manual de instruções. Em cinco tópicos, o periódico resume o discurso, da mesma forma que pauta (indiretamente) os desejos do presidente e de seus representados (UH, 1951, ed.00076, p. 2): (i) independência econômica é diferente de independência política; (ii) garantia de padrões mais altos de existência e igualdade de oportunidades a todos; (iii) exploração do homem pelo homem é o principal inimigo da independência econômica; (iv) melhores condições para vós e

---

<sup>44</sup> A antítese do *Última Hora* era o jornal de Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa* (1949). Eram opostos, atacavam-se livremente e seus públicos não eram os mesmos (possivelmente, aqueles que consumiam um dos jornais passava longe de consumir o outro). O jornal de Lacerda tinha forte influência udenista. Os ataques mais contundentes contra Getúlio Vargas partiam do referido jornalista que, além de partidário da legenda, era ferrenho defensor/idealizador das pautas. Por essa razão, se o *Tribuna da Imprensa* defendia o livre mercado, o empresariado, o financiamento externo, o modelo de conduta estadunidense, as privatizações, entre outros, o *Última Hora* defendia o oposto. Nesse sentido, podemos colocar o periódico de Samuel Wainer mais próximo aos desejos dos trabalhadores.

vossos filhos; e (v) Brasil forte e independente, livre da subserviência econômica e integrado na justiça social.

Refiro-me à independência econômica como sustentáculo material da Nação e como condição precípua do equilíbrio e da igualdade social [...]. Muito diversa a independência econômica. Não provem de uma revolução, mas de um processo evolutivo, que se vai completando a pouco e pouco [...] Essa tarefa não é obra de uma geração, nem apanágio de um século: é produto de um longo período de adaptação às circunstâncias da vida em comum e às condições da própria economia mundial [...] a independência econômica não pode fixar-se numa única data histórica, como a independência política, que hoje celebramos como o mesmo orgulho e o mesmo entusiasmo com que temos feito há cerca de cento e trinta anos. A independência econômica é um eterno processo de desenvolvimento, uma sucessão de ciclos que se ampliam, que não raro se renovam e que parecem desconhecer qualquer termo final [...] progresso no conjunto da sociedade, para que melhorem as condições de vida e todos conquistem maior parcela de benefícios e obtenham existência mais fácil, mais confortável, mais tranquila, mais sadia, mais justa e mais cheia de esperanças no futuro [...] Cada vez que festejardes o 7 de setembro, deveis ter a satisfação de verificar que vencestes mais uma fase na luta pela igualdade e pelo bem-estar social, e que dias melhores hão de sorrir para os vossos filhos (UH, 1951, ed.00076, p. 2).

A primeira tarefa que Segadas Viana se debruçou foi tentar solucionar o contratempo do Fundo Sindical, embora ainda circulasse na capital da República o problema da casa própria – razão que levou o ministro anterior ser demitido. O *Última Hora* considerou desmemoriar o caso por um período, dessa vez o que lembrara ao leitor era das burocracias que envolvem a administração do Sr. Getúlio Vargas, que vale a pena recordar está em “**permanente preocupação** de realizar uma política de real assistência ao trabalhador” (UH, 1951, ed. 00080, p.3, grifos nossos). Quando as soluções não são aparentes e o sentimento de espera vem se tornando frequentes, os (e)leitores começam a se impacientar. Dessa forma, os valores informados no *Última Hora* – oito milhões de cruzeiros – não foram aplicados em benefício do trabalhador, no entanto o Ministro do Trabalho estaria solucionando – junto a Getúlio Vargas – tal inconveniente.

Com a queda do “Ministério da Experiência” e a nomeação de um novo ministro, era necessário publicizar qualquer trabalho prestado. Ainda que o presidente pudesse contar com os anos de prestígio de seu governo autocrático, as circunstâncias agora eram outras<sup>45</sup> e a

---

<sup>45</sup> O prestígio e as promessas de melhora não seguram ninguém no cargo, nem mesmo o presidente. Com a oposição se organizando paulatinamente, qualquer deslize era tido como fraqueza e falta de tato. As opiniões a respeito dos ministros se acentuaram quando o próprio Vargas nomeou de “Ministério da Experiências” os profissionais do cargo, passando a impressão que aqueles não durariam na ocupação da pasta. Getúlio, aos poucos, ganhava a forma de líder que ostentara no passado. Porém, com a idade mais avançada e a aquisição de novos opositores

“conformação” também. Destarte, no mesmo dia – na mesma edição e coluna – a solução já estava publicada, apresentando o problema e a conclusão: aprovando despachos da reunião e autorizando todas as medidas necessárias apontadas por Segadas Viana, alertando que o ministro continuaria apurando as irregularidades e que retornaria ao Fundo Sindical a importância paga pelas categorias dos trabalhadores. E, por fim, todas as atribuições passadas do seu antecessor, Segadas prometeu cumpri-las – a Getúlio Vargas e, conseqüentemente<sup>46</sup>, aos trabalhadores – no período de duas semanas. O *Última Hora* também precisava se comprometer com as ações do ministro, uma vez que exonerou o anterior. Além disso, publicar soluções antes da concretização poderia gerar nos leitores a sensação de estarem sendo lesados. Dessa forma, o jornal precisava agir com cautela, visto que é a quebra no compromisso que gera confusões difíceis de serem corrigidas no público consumidor (LIPPMANN, 2017), o que exige manipulação, o que pode ocasionar a perda do consenso social e o completo abandono do periódico.

A criação do pseudo-ambiente não faz referência a um ou outro jornal. Nossa pesquisa não está preocupada em demonstrar qual dos periódicos circulantes nos anos 1950 aproximou-se mais dos acontecimentos conhecidos e estudados, já que não nos é possível precisar o que aconteceu. Além disso, como cada jornal defende a sua interpretação do cotidiano e possui jornalistas que dividem as mesmas formas de enxergar os acontecimentos, é comum visões interpretativas no campo da imprensa. As formas de enxergar o ambiente é deveras importante, pois assim é que se afasta o (e)leitor da “unidimensionalidade” do ordinário. Marcuse (1973) relata que um controle irrestrito dos meios de comunicação faz com que diferentes corpos queiram consumir os mesmos produtos e pensar da mesma forma:

O aparato produtivo e as mercadorias e serviços que ele produz "vendem" ou impõem o sistema social como um todo. Os meios produtivos e as mercadorias como um todo. Os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias casa, alimento e roupa, a produção irresistível da indústria de diversões e informação trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes, ao todo. Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem esses produtos benéficos à disposição de maior

---

(principalmente os políticos da UDN e jornalistas), se tornava difícil estabelecer qualquer aproximação com outros partidos sem ter avaliações negativas.

<sup>46</sup> Não temos a intenção de confundir os sujeitos. É nítido que trabalhadores e presidência são esferas diferentes e que, embora possam se complementar, agem mais separados do que em conjunto. Entretanto, as promessas feitas por qualquer ministro tocam diretamente na relação entre Getúlio Vargas e seus eleitores. Logo, se não cumprida, a confiança fica comprometida. O que podemos verificar é a convicção de que o nosso trabalho chega a uma conclusão, uma vez que o presidente tinha livre interferência no *Última Hora* e podia interferir na publicação de trechos que o comprometessem.

número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida (MARCUSE, 1973, p. 32).

O periódico era manuseado com o claro objetivo de agir como um instrumento favorável ao governo e, aparentemente, não fazia questão de esconder essa filosofia. No editorial do dia 17 de setembro, a coluna “O Dia do Presidente” inicia o seu enredo com o título “Falando Francamente”, no qual exaltava a participação popular na política. No entanto, sob as hostes de Getúlio Vargas, perto de completar um ano de governo, podemos visualizar o trabalhador – vide (e)leitor – sendo deixado para segundo plano, independentemente de ser momentâneo. O artigo exalta a atuação política dos populares, pois não era um incômodo, ao contrário disso, acalentava o presidente, levando em consideração que, até aquele momento, o povo reivindicava soluções tidas como fáceis pelo governo. Quando recorre a desejos que requerem amplo esforço – como a situação das casas populares ou a dos transportes de safras – é citada a burocracia que “assola” a administração presidencial. Contudo, o desfecho do assunto colocava um desenlace na burocracia. O artigo, nesse caso, mostra que há duas vias para acessar os desejos do povo: pelo protocolo e por meio de pedidos. As linhas do jornal revelam o pedido por participação, “chegou realmente a vez de falar [o povo] a sua própria língua” (ed. 00083, p.3). Os temas vão se aclarando como é o caso do problema do transporte que, com ajuda de capital externo, entra para os rumos da solução.

#### **2.4 O enredo profissional se transforma em popular**

A administração de Segadas Viana garantiu maior sustento ao presidente. Vemos uma remodelação do enredo, antes focado, quase exclusivamente, na imagem de Vargas, dando mais cena aos sentimentos de mudança do operariado. No interior do periódico, Getúlio Vargas continua em evidência – o modo de noticiar continua seguindo a filosofia getulista –, contudo, o lugar de destaque é repartido. Desse modo, os sucessos adquiridos pelos trabalhadores tinham dois executores: o presidente e os sindicalizados. A divisão sobre as conquistas e culpas possibilitou que o jornal entrasse no mérito da justiça social<sup>47</sup>, com a finalidade de otimizar e fidelizar os trabalhadores ao governo. Nesse contexto, uma comissão fora criada, intitulada “Comissão do Bem Estar Social”, deixada aos cuidados do Ministro do Trabalho – por meio

---

<sup>47</sup> Um dos projetos para alcançar a justiça social e harmonia entre cidadãos e o governo refere-se aos estudos acerca do Salário Mínimo, discutidos entre Getúlio Vargas e Segadas Viana. Enquanto a discussão sobre o benefício não era concluída, o ministro (juntamente com o SAPS) se movimentava para garantir o sustento de famílias que precisam de alimentos de primeira necessidade: carnes, peixes e legumes a preços mais módicos do que os encontrados nos mercados.

dela se garantia aos trabalhadores: o máximo de proveito dos benefícios presentes em documentação, mas dificilmente aproveitados: moradia, alimentação, saúde, poder aquisitivo, etc.

Os modos de fazer notícia são múltiplos e os contextos de cada editor são fundamentais para compreender o cotidiano. Os periódicos são feixes de luz que nos fazem enxergar um caminho frente a escuridão, embora tais feixes, motivados pela ordem mercadológica, não se unam, ao contrário, travam uma batalha, na tentativa de ver qual deles é capaz de emitir maior clareza e de chegar mais distante. Esse duelo combina-se com o campo político, de modo que ler opiniões parecidas com as nossas não faz com que o contexto se molde de acordo com os escritos no jornal. Enquanto se escreve, o presente acontece e, diante disso, a chance de contradizer os tempos é grande. Portanto, o oferecimento da verdade de forma imediata é cobrado dos periódicos, porém conforme a “nossa verdade” (LIPPMANN, 2017). É esperado que se tenha o espelhamento dos nossos pensamentos, que as reportagens realizem por nós a democracia, tendo em vista que os jornalistas possuem contato com o ambiente invisível da política.

A transformação no modo de fazer política perpassa a sindicalização. A grande massa e cerca de quarenta mil novos trabalhadores (que, doravante, pertenceriam aos seus respectivos sindicatos) aderiram ao pedido do presidente. A adesão ao pedido não correspondia a um implícito magnetismo discursivo, mas, sim, às realizações que ocorriam em favor daquele que era sindicalizado. É por esse ângulo que se moldou o “trabalhismo”. Gomes (2002) descreve esse vínculo entre trabalhadores e Getúlio Vargas como uma adaptação ao contexto, afinal, as pretensões que eram requeridas foram absorvidas pela cartilha trabalhista, portanto, a identificação com a figura do presidente se faz instintivamente. Por esse motivo, o *Última Hora* aborda o dia 3 de outubro como uma revolução, uma vitória dos trabalhadores por meio do sufrágio. Podemos identificar um oportunismo do PTB, reaproveitado pelos sindicalizados.

Por essas razões, a compreensão das relações que se constroem entre Estado, trabalhadores e patronato nesse momento exige tanto o exame das iniciativas legislativas então e curso como o acompanhamento dos investimentos do regime na construção de uma ideologia que prioriza a figura do presidente Vargas e da legislação do trabalho. O que se chama aqui de a “invenção do trabalhismo” envolveu a articulação de políticas pública diferenciadas e também um complexo conjunto de interesses e crenças, do qual participaram, de forma ativa, também os trabalhadores (GOMES, 2002, p. 35).

Gomes (2002) evidencia a participação dos trabalhadores como peça criadora e mobilizadora para a efetivação da política trabalhista. Por outro lado, o *Última Hora* dava

destaque às conquistas que tocavam o passado, às modificações que o operariado começava a sentir quando suas expectativas eram depositadas nas mãos do articulador do trabalhismo. O jornal “vendia a imagem” de benfeitor, contudo, como podemos observar: os trabalhadores viam o presidente como um intermediário. O preço do acolhimento das demandas é a utilização da imagem dos trabalhadores no “periódico-varguista”. O *modus operandi* da narrativa procura encaixar qualquer popular dentro de uma crônica de arautos.

O dia 3 de outubro de 1930 é retratado na reportagem como um episódio começado pelo povo e administrado pela nova-oligarquia. Nesse sentido, o *Última Hora* trata a “revolução” como “o povo em armas”, com o objetivo de reconstruir a política, apesar de naquele momento não se saber para quais rumos o Brasil seria levado, não se saber também o motivo pelo qual o povo, supostamente munido, entregaria o poder a interpretes dos seus desejos. Independentemente da explicação – ou sem a tê-la – o periódico publiciza os dizeres do sr. José Ferreira Campelo (presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas) em aniversário ao acontecimento. O sindicalista, na ocasião, afirma que a data pode ser vista como uma “independência dos trabalhadores”. Entretanto, questionamos: independência de quem?

É indiscutível a propaganda organizada dentro das páginas do jornal de Samuel Wainer – “era necessário acreditar naquilo que se escrevia”. Podemos afirmar que o “periódico-varguista” possuía uma (in)contestável crença naquilo que reportava. Devemos recordar que as formas estavam pré-estabelecidas e Getúlio Vargas concedia a contribuição necessária para que matérias que enfatizassem o bom trato do presidente com os trabalhadores fossem inseridas no jornal.

Mas a mente humana não é filme que registra uma vez por todas uma das impressões que chegam através de seus obturadores e lentes. A mente humana é infinita e persistentemente criativa. As imagens se apagam ou se combinam, são melhoradas aqui, condensadas ali, enquanto as tornamos mais plenamente nossas mesmas. Elas não ficam inertes na superfície da mente, mas são retrabalhadas pela faculdade poética numa expressão pessoal de nós mesmos. Nós distribuímos a ênfase e participamos da ação (LIPPMANN, 2017, p.149).

O jornalista identifica quais são os elementos que necessitam ser postos no artigo e transferidos para o público, melhorando argumentos e condensando contrariedades, de modo que a mensagem pode aparecer implicitamente ou explicitamente. O periodista é quem experiencia os acontecimentos, transformando-o em relatos, extraíndo o que é crucial. Tudo aquilo que, num primeiro momento, parece não ter importância – como uma reunião sobre a

situação das casas populares – pode ser interpretado como uma busca por uma incansável solução.

Sob o título “Perguntas ao SAPS”, edição 00106, podemos compreender que o simples interesse nos assuntos pode estimular resultados positivos nos (e)leitores: “Quais as medidas de ordem prática que já foram tomadas pelo SAPS, para que não falte ao carioca gêneros de primeira necessidade?” (UH, 1951, ed. 00106, p. 3). A pergunta seria, aparentemente, tola se não fosse feita pelo Presidente da República. Por esse ângulo, vemos a preocupação e a inquietação, fatores para pronta identificação daqueles que precisam. Outros relatos contêm a mesma profusão: “Faça-se tudo, mas que não falte o produto na mesa do povo carioca” (UH, ed. 00108, p.1 e 3). Vemos que os discursos se apropriam livremente da palavra “povo” para referenciar pessoas que se identificam com a opinião do governo – esse subterfúgio é utilizado tanto para a situação quanto para a oposição e que, por vezes, acabam por empobrecer o debate.

Tão grande é a quantidade de coisas que não podemos guardar vivamente na mente. Usualmente, então, nós as nomeamos e deixamos o nome representar toda a impressão; mas este é poroso. Velhos significados desaparecem e novos aparecem, e a tentativa de reter o significado pleno do nome é quase tão fatigante como tentar recordar as impressões originais. Ainda assim os nomes são uma moeda pobre para o pensamento. Estas impressões são demasiadamente vazias, muito abstratas, muito desumanas. E então começamos a ver o nome através de algum estereótipo pessoal, a ler nele, finalmente ver nele a encarnação de alguma qualidade humana (LIPPMANN, 2010, p. 149-150).

O *Última Hora* realizou, até certo ponto, a popularização da política. A presença dos trabalhadores dentro dos jornais, a partir da descrição singular de suas pautas<sup>48</sup>, facilitou o acesso do presidente ao povo, o que dava uma motivação às reivindicações, afinal, se aquele era “o jornal de” Getúlio Vargas provavelmente ele veria as insatisfações.

Em uma das edições, por exemplo, os trabalhadores da LIGHT são incisivos ao cobrarem pronta transmutação nas suas condições de vida, lembrando as promessas não-feitas no 1º de maio. Manifestam-se: “Há uma grande contradição entre a orientação traçada no discurso de V. Excia., a primeiro de maio e os atos praticados contra os trabalhadores pelo

---

<sup>48</sup> Este trabalho busca estudar as interpretações da política trabalhista de Getúlio Vargas por meio do jornal *Última Hora*. Priorizamos, portanto, artigos que referenciam os trabalhadores. Não desconsideramos os estudos que tramam suas ligações com o populismo, uma vez que foram importantes descobertas, além do fato de que a conceituação marcou época. Contudo, consideramos de importância ímpar a investigação do envolvimento mutualista entre as partes envolvidas, em outras palavras: trabalhadores que se utilizam da estrutura do Poder Executivo, da mesma forma que o presidente se apoia nas estruturas sindicais para conservar-se estável no poder. Dessa maneira, não estamos abreviando as lutas simbólicas (políticas) a simples manipulação do “populismo”.

Ministro do Trabalho (senhor Danton Coelho)” (UH, 00108, p. 3). Além da cobrança, o memorial aponta, em tópicos, as transformações esperadas: (i) posse imediata da Diretoria eleita; (ii) revogação do ato do ministro Danton Coelho, que anulou a decisão da assembleia sobre a criação de uma comissão de salário; (iii) direito de convocar assembleias, sem prévia autorização do Ministério do Trabalho e da Justiça; (iv) aprovação da tabela de aumento de salário, já entregue, há meses, à direção das empresas; e (v) resolução para o problema da casa própria. O texto é finalizado de forma amena, com Getúlio tomando nota e assumindo o compromisso de deliberar a favor dos trabalhadores<sup>49</sup>.

O periódico havia adotado uma postura apologética desde o seu início. A respeito dos níveis do salário mínimo, fez uma comparação entre passado e presente, com o nítido objetivo de publicizar as diferenças entre ter alguém “sensibilizado” com as pautas ou anseios dos trabalhadores e alguém, por outro lado, negligente com o roteiro ou interesse operário – Getúlio Vargas e Gaspar Dutra, respectivamente. O jornal revela os períodos em que o salário deveria ter sofrido reajuste, com a justificativa do custo de vida estar excessivamente mais caro para os trabalhadores. É natural que o *Última Hora* seja visto como objeto propagandista do governo, uma vez que constrói essa atmosfera para evidenciar que o “atual Governo imposto à Nação por força da vontade do povo, está agora tratando de sanar a industriosa displicência do anterior” (UH, 1951, ed.00120). Embora a matéria fosse profundamente mercadológica, continha um fundo de verdade, tendo em vista que a última concessão foi feita em 1943, no Estado Novo, apesar da proposta contemplar um reajuste dado trienalmente. O artigo resgata a importância da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e relembra – como se fosse necessário – quem foi o seu criador. Em conclusão, informa e reforça aos leitores a notícia de que o presidente se encontrava debruçado em estudos para a emissão de novos níveis para o salário mínimo no país.

Se os estudos realizados não eram capazes de agradar nem mesmo o presidente (ed.00122), tão pouco os trabalhadores. Logo, independentemente da propaganda utilizada para envolver o público-leitor, a tentativa não era o suficiente. Aliás, é por meio do protesto que os trabalhadores indicavam sua insatisfação com a correção do salário mínimo, uma vez que o custo de vida havia aumentado e que, portanto, o reajuste não se adequava às despesas cotidianas. Embora fosse um protesto em formato de memorial, o que nos chama atenção é a quantidade de sindicatos – vinte e oito – descontente com o estudo, cede a Getúlio Vargas dados estatísticos que demonstram que o custo de vida em Minas Gerais se elevou em 400% nos

---

<sup>49</sup> As pressões funcionaram. Pouco mais de uma semana e “com cinco grossos volumes – com um peso aproximado de vinte quilos”, como noticiou o *Última Hora*, o estudo sobre o salário mínimo saíra, com vivas a Segadas Viana.

últimos anos e que, se fixado os novos níveis da remuneração, o salário não deixaria de ser de fome.

Podemos questionar a validade desse protesto, levando em consideração que não foi físico ou contraditório, ao contrário, teve resolução no mesmo dia. O dito “protesto” não passou de um acordo – um informe – de aspecto conivente ao Governo. Por essa razão, chamar de protesto pode provocar confusão semântica, visto que retira a significância de verdadeiros levantes, pois a lógica que se aplica é a do observador e não a do executante, fato que pode aplainar as diferentes classes num eterno pseudo-acordo sem conflitos, substituindo a luta de classes pelo controle das massas.

Embora as requisições tenham sido reagrupadas pelo jornal, é necessário pontuarmos sua publicação, afinal, ela demonstra a demarcação dentro do espaço público, do modo que não é reinterpretada pelos jornalistas e, por isso, não assume uma significância diferente dos desejos populares. É necessário que enfatizarmos que os trabalhadores, por meio das reuniões sindicais ou mesmo no cotidiano dentro das fábricas, trocavam vivências – *saberes* – entre si, planejando e delineando seus propósitos para melhorarem seu ofício.

Isto porque o fato de historicamente a educação popular ter sido proposta pelas classes dominantes não impediu que se explicitassem interesses das classes dominadas [...]. Outro aspecto a considerar é que existe um outro tipo de educação que fosse à sua esfera direta. Seria que alguns denominam de extra-escolar. Este tipo de educação, que também recebe a denominação de popular, pode pressupor e levar em conta os interesses das camadas populares, interesses estes definidos por e em função destas camadas. E aí entramos num campo ainda controvertido e pouco claro que é o saber popular. Este saber nem sempre é levado em conta. Em geral tende-se a equacioná-lo dentro de uma cultura de massas que o dilui e o desqualifica como instrumento de luta [...] temos que admitir que vários saberes se trocam e se confrontam (GARCIA, 1988, p. 57-58).

É cirúrgica a precisão de Garcia (1988). O autor retrabalha o domínio incompleto da educação orientada pelas classes altas, revelando-nos os *saberes* contidos em cada indivíduo e como os seus anseios modificam os ensinamentos aprendidos a fim de serem práticos à vida cotidiana. O autor desarma o sentido de uma manipulação facilitada, com discursos rasos e empatia instantânea. Detém nossa atenção as experiências sentidas que compõem os requisitos para debates políticos, orientados pelo pouco salário e melhoria de vida.

Diante desse cenário, observamos o relato do *Última Hora* em que os trabalhadores, orientados pela sua própria bússola moral, enviam pedidos de intervenção. No total, foram identificados mais de “quatro mil processos com as mais variadas queixas e reclamações

oriundas de pessoas pertencentes às classes sociais mais desprotegidas” (UH, 1951, ed.00140, p.3). A maioria das queixas foram encaminhadas aos Ministérios que possuíam como primeira estância o cuidado desses trabalhadores. Portanto, cerca de 600 processos foram encaminhados ao Ministério da Fazenda, 539 ao Ministérios do Trabalho, 450 ao Ministérios da Educação, 115 à Fundação da Casa Popular e o restante a outros órgãos e autarquias.

## 2.5 Sinônimo de trabalhador é povo

Não é pretensão do periódico aproximar os significados das palavras “trabalhador” e “povo”, porém, a associação é feita, talvez, sem que se perceba. Ainda que as palavras sejam associadas a uma benevolência de Getúlio Vargas, podem ser aplicadas num mesmo contexto de uso. É imprescindível que destaquemos que, embora *todas as pessoas* componham o que se designa por *povo*, apenas algumas classes sociais “admitem” serem vistas pela semiótica da simplicidade, já outras rechaçam tal hipótese, por se acharem diferentes demais, demasiadamente destacadas frente a outras classes.

Dessa forma, é possível verificar que uma parcela da sociedade, de certo modo, detém o poder da escolha de pertencer ou não à importância de *povo*, ao passo que outra parcela não possui a mesma “oportunidade”. Em vista disso, quando referenciamos o trabalhador, o associamos ao popular ou geral. O resultado é simples – se de um lado temos o trabalhador (contratado), no extremo oposto temos o empregador (contratante). Tais estâncias não se misturam, por essa razão, se um é identificado como povo, o outro, em consequência, é o não-povo, respectivamente. De acordo com Wanderley<sup>50</sup> (1979), esse afastamento é propositado, completamente consciente, uma vez que “povo se define por uma categoria vaga, abstrata, dos que não têm recursos, títulos, posses”, aparecendo nos discursos políticos e ideológicos como “objeto da caridade”.

Para exemplificar o complexo sentido de “povo” relacionado à característica de “trabalhador”, utilizamos as contribuições de Sodré (1962). Ao tratar as associações da palavra “povo”, o autor afirma que os significados se transformam ao longo do tempo. Do mesmo modo em que há correntes que associam o “povo” **diretamente** aos “trabalhadores”, há outras que **não fazem apenas** essa relação e preferem dividir o povo em outras camadas, em que “trabalhadores” é apenas uma delas. Focalizamos a nossa atenção à associação direta, valendo-nos dos argumentos empregados pelo sociólogo de que confundir quem verdadeiramente

---

<sup>50</sup>Acesso em 1 de maio de 2021:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/13027/10145>

representa os “populares” (o povo) é **sonegar** a importância de toda uma classe que, incluída na esfera econômica e cultural, somente pode se enxergar como “povo” devido a sua complicada acessibilidade a outras esferas, justamente por ser reduzida e explorada na esfera econômica e cultural.

A insistência na confusão visa a sonegar a realidade, esconder o fato de que a sociedade se divide em classes e que nem todas as classes estão incluídas no conceito de *povo*. Em cada fase histórica este conceito tem determinado conteúdo, refletindo a estrutura social e na dependência das condições econômicas imperantes (SODRÉ, 1962, p. 9).

Em um passado remoto, os populares foram tratados como *massas*. Os estudos tendenciosos, desse modo, aglutinavam os mais diferentes trabalhadores aos mesmos propósitos. Podemos afirmar que, se os populares são tidos como massa, é completamente aceitável a proposta de serem governados pelas classes ilustradas. Essas determinações aumentam os antagonismos e, de certa forma, buscam uma homogeneização daquilo que é diferente. Em outras palavras, enquanto há os que controlam, há inúmeros outros que são controlados.

Nesse contexto, ambas as classes possuem para si um projeto de (n)ação. Enquanto as classes altas, deslumbradas com o poder, anseiam continuar governando, pois identificam os seus atos como benéficos a todos, as classes médias e baixas (retratadas como irmãs), descreem dos propósitos das classes altas e se jogam numa luta por autorrepresentação. Na luta por direitos, todos querem ser representados, por esse motivo, quando os direitos se entrecrocam é que ocorre uma espécie de identificação direta. “Trabalhador” e “povo”, nesse sentido, atuam como sinônimos e, ainda que possam estar em contextos dissemelhantes, ambicionam a mesma causa. Entretanto, vemos que, quando os possuidores do Governo se sentem combatidos, equalizam tudo e todos a mesma marca: povo. Por isso, a identificação de uns e, conseqüentemente, o desmerecimento de outros.

Engana-se àqueles que analisam a composição do povo como hegemônico, como uma qualidade grupal, como se todos fossem semelhantes quando etiquetados pelas classes altas. Assim, é necessário que revelemos que compor o *povo* é resistir aos intermediários, é lutar contra à institucionalização de suas propostas – antes mesmo de as tê-las. É também mostrar que seus *saberes*, frequentemente subestimados e tidos como proibidos, são capazes de criar uma realidade mais fértil para suas lutas, contrariando os Aparelhos Ideológicos do Estado que, por sua vez, movimentam-se contra qualquer atividade que desorienta o *status-quo*, desinteressante para aqueles que se encontram no topo das estratificações sociais.

Os protagonistas que participaram das experiências naquele período conheceram de perto toda a grandeza contida e represada em vastos segmentos do povo brasileiro. Perceberam também como, com o seus desabrochar e consolidar, o Estado busca imediatamente institucionaliza-las e conseqüentemente controlá-las em função quase sempre de outros objetivos que não os dos grupos e classes sociais subalternas. E constataram como as classes dominantes resistem violentamente quando um processo de conscientização e participação crescente se fortalece e põe em xeque as situações de injustiça e de opressão existente (WANDERLEY, 1988, p. 68).

A força de coerção é tamanha que os ideólogos do povo se sentem compelidos a desistir de seus propósitos, contudo, a vantagem ao seu favor é o número de cabeças pensantes. Dessa maneira, para conclusões asseguradas, necessitam responder se os comportamentos que adotam são alienadores ou libertadores. Uma forma é ocupar as plataformas alienantes e transformá-las em ambientes de libertação como, por exemplo, os periódicos – do mesmo modo que enclausuram, podem aliviar as pressões entre classes, visto que conscientizam pelo contato – direto e/ou indireto – de suas reportagens.

É sintomático a necessidade de apoio do público para a defesa da Petrobras, particularmente por ser um projeto nacionalista e sofrer com as políticas de oposição. Portanto, com o objetivo de conglomerar o máximo de pessoas em apoio, uma modificação do discurso é orquestrada: “Política de Libertação Nacional” (UH, ed.00150), utilizando a palavra “nação” para mais bem expressar a totalidade e as diferentes classes sociais que se erguerem em favor da causa. Com o aparecimento cada vez mais frequente dos populares, as narrativas jornalísticas foram ganhando novos significado, como é o caso da “expressão do getulismo” – por exemplo – só se concluir com a participação dos – ditos – “getulistas” nos escritos.

Cabe evidenciarmos que as participações dos trabalhadores dentro do jornal surgiram de maneira premeditada, tendo em vista que os espaços preenchidos foram conquistados por meio da necessidade de transferir mais representatividade ao que se narrava. Todavia, é necessário pontuarmos que, em nenhuma hipótese, o periódico de Samuel Wainer deixava à mercê dos trabalhadores o relato de suas greves ou protestos, aliás, o cuidado era redobrado para não prejudicar a imagem de Getúlio Vargas frente ao povo.

Assim, quando as notícias do *Última Hora* aparentavam estar mais rudes em relação ao Poder Executivo, por exemplo, era dada seqüência a conclusões ou encaminhamentos para uma futura solução. Conservava-se, portanto, a imagem de que o jornal seja uma positiva ferramenta democrática, um espaço para reclames e informes, agindo sem censura ou limitações (pelo menos de forma aparente). Apesar disso, Samuel Wainer revela, em seu livro de memórias, a

interferência corriqueira de Getúlio Vargas no periódico. O editor-chefe confessa também ter havido sondagens sobre editoriais que compadecesse da sua aprovação. Dessa maneira, o primeiro ano de governo refletia diálogo – mesmo que nos moldes discutidos – entre políticas e sociedades. Logo, o discurso deixou de ser *de*, passando a ser *sobre* – buscava-se, mais do que seus significados, a interpretação das circunstâncias.

Mas é preciso não perder de vista o outro registro do significado da luta, pois é uma luta contra opressão, uma luta que exprime um único desejo e pelo qual o oprimido se diferencia radicalmente do opressor: o desejo de não-opressão. Que os dominantes usem o desejo de não opressão dos oprimidos para exercer a opressão também é indubitável, e este é o ponto que não nos deve iludir, **pois a ilusão consiste em considerar que todas as classes representam o poder na mesma maneira** (CHAUÍ, 1988, p.138, grifos nossos).

Chauí (1988) afirma ser um privilégio vislumbrar, dentro do periódico, os trabalhadores, levando em consideração que a presença dos mesmos dentro das letras é uma conquista que merece nota, afinal, acostumamo-nos a vê-los dentro do jornal, mas nos esquecemos que nem sempre fora assim. Esse aparecimento se deve, particularmente, à democratização social, em que as reivindicações propostas pelo trabalhador/povo deixaram de ser consideradas um afrontamento contra as classes políticas. Foi com a possibilidade de preencher espaços que a prática se transformou corriqueira e benéfica à equanimidade – embora há muito o que trabalhar para tratarmos de “justiça social” ou “harmonia social”, como sugeriu Getúlio Vargas.

Além disso, Lippmann (2017, p. 273-280) reflete sobre a lealdade do público frente ao jornal. Para o autor, tudo se resume ao que o periódico tem a falar sobre os acontecimentos que podem impactar diretamente o cotidiano do leitor e, nesse caso, a impressão da reportagem tem que ser mínima ou condizente com a opinião do seu público. O autor ainda se refere aos anunciantes, que têm o poder de interferir, seja positivamente ou negativamente, dentro das edições. O que é revelador é que nenhum dono de jornal se aproxima de contratos diferentes do seu caminho ideológico, sendo assim, se impresso é porque há ecos internamente.

A elucidação de Lippmann (2017) abre-nos caminho para relacionar o *Última Hora* ao então presidente, seu vitalício-financiador, sem o qual o jornal não existiria e que, por essa razão, faz com que Samuel Wainer se veja dependente de transmitir ao público sempre boas-novas. Entretanto, nenhum jornal sobrevive apenas de anunciantes e, por esse motivo, deve um compromisso ao leitor. Portanto, se o leitor/trabalhador/povo tem algo a dizer, que seja publicado – tendo em vista a autenticidade qualitativa.

## A REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADOR PELO *ÚLTIMA HORA*

### 3. Novo ano com velhos problemas (1952)

Os compradores do periódico estavam convencidos de que o regresso do Rio-Grandense ao mais alto cargo do país se mostrava mais benéfico – contrariando os maliciosos opositores que faziam odes, por vezes, a um sentido completamente diverso da democracia. O pseudo-ambiente, criado pelo *Última Hora*, sempre encaminhou o ultimato de situações ao presidente, situações previamente tidas como irresolutas, mas sempre decifradas pelo Poder Executivo.

O surgimento de uma política que estivesse em harmonia com todas as classes começava a se desenhar no segundo ano de governo, quase sempre frustrada pela oposição. A prerrogativa desse estilo de governo era a busca pela justiça entre àqueles que a requeriam, com o objetivo de que nenhuma classe fosse suplantada pelas condições de parcialidade administrativa. O início do ano de 1952 é destacado pela política trabalhista – os operários passaram a perfilar dentro das páginas do periódico, emanando importância, além disso, os assuntos deixaram de tê-los apenas como produto final (consumidor) para serem causadores e executores da reportagem.

A questão da casa própria para populares, problema que assolava o Brasil à época e motivo pelo qual o ministro Danton Coelho fora exonerado, estava sob responsabilidade de Segadas Viana e, conseqüentemente, de Getúlio Vargas. A matéria ligada ao *Última Hora*, nomeada “O Drama dos Favelados Ronda o Catete” (UH, 1952, ed.00177, p. 3), prova que a posição de jornalista de Samuel Wainer é posta frente às íntimas vinculações com a administração do país, uma vez que não deixava de noticiar ocorrências que contrariassem o governo, sendo, portanto, esse episódio um indicativo.

No referido artigo, são inseridos os diversos problemas que os populares enfrentavam, além do pedido de intercessão (em benefício desses) ao presidente. Podemos notar que as matérias publicadas no jornal são sempre solucionadas com certa facilidade, como se Getúlio Vargas esperasse a dificuldade surgir para demonstrar sua capacidade moderadora e concludente. No entanto, a intercessão, mesmo que em favor das famílias ameaçadas de despejo, foi bem aquém, embora o presidente demonstrasse sinais de que procurava estabelecer a pacificidade dentro do ambiente político e fortalecer sua base eleitora. A reportagem termina provocativamente, sendo impossível direcionarmos para quem a pergunta seguinte é feita: “Mas até quando daremos solução de emergência a um problema de tamanha gravidade?” (UH, 1952, ed.00177, p. 3). A solução foi o acatamento de não despejo, com a promessa de que os trabalhadores (independentemente de favelados) parassem de construir mais casas.

Estar favelado é uma condição social e econômica que necessita de uma reflexão mais detida, tendo em vista que, numa política trabalhista, o que se estima são orientações providenciais para o absoluto melhoramento das classes trabalhadoras. Nesse sentido, apenas a certificação de que não haverá o desalojamento de pessoas é pouco para um governo que ambiciona harmonia e justiça social. É preciso ignorarmos as “coincidências” e questionarmos a causa pela qual, após o drama vivido pelos favelados, há uma reportagem sobre burocracia.

O jornal trata com multiplicidade de eventos que estão além de nossa experiência. Mas ele trata também com alguns eventos dentro de nossas experiências. E pelo manuseio daqueles eventos nós mais frequentemente decidimos que gostamos ou não gostamos dele, confiamos ou recusamos ter aquela folha em casa. Se o jornal nos dá um relato satisfatório do que pensamos que sabemos, nosso negócio, nossa igreja, nosso partido, é quase certo que estará imune de uma crítica violenta nossa. Que melhor critério um homem possui do que na mesa do café da manhã examinar a versão do jornal com sua própria opinião? Portanto, a maioria demandado jornal o maior rigor, não como leitores comuns, mas de litigantes em questões de sua própria experiência (LIPPMANN, 2017, p. 281-282).

Cabe acentuarmos que o *Última Hora* não se reduz a assuntos políticos, tendo em vista que funcionava como qualquer outro jornal, dividindo as mais de vinte páginas em temáticas que deveriam despertar interesses nos mais diversos públicos. O único diferencial, em comparação com outros jornais, era os pontos de vista – enquanto os estabelecidos estão concatenados em combater o governo, o periódico de Wainer buscava, por meio de suas matérias, expor o pensamento dos políticos da situação. Ainda assim, não deixava de fazer jornalismo. É necessário pontuarmos também que o *Última Hora* procurava alguns políticos da oposição para fazer um contraponto, por essa razão, não era raro ver alguns políticos da UDN, por exemplo, adversando contra o governo e o presidente.

Dessa forma, é inegável a participação do jornal no contexto democrático. Quanto mais polemizava o assunto, trazendo novas vozes para serem lidas, maior era o número de vendas. Com pouco tempo de existência, é possível verificarmos que o jornal já se alinhava ao mesmo número de exemplares vendidos por banca de jornais tradicionais, como *O Globo* e *Diário da Noite* – 1º lugar e 3º lugar, respectivamente. O *Última Hora* assumia a segunda posição nas três zonas do Distrito Federal (UH, 1952, ed.00181, p. 3). A colocação é engrandecida pelo percentual de encalhes – dos 453 jornais por banca apenas 6,5% não eram vendidos. Portanto, o produto era consumido e, além disso, as mensagens adentravam nas mais distintas casas.

O *Última Hora* tinha, conjuntamente com Getúlio Vargas, a pretensão de tornar o assunto do petróleo o mais íntimo possível da classe trabalhadora, uma vez que precisariam de

apoio para que os procedimentos, a respeito do refino e extração, fossem nacionalizados, contrariando a proposta da oposição em terceirizar o trabalho. Por essa razão, o periódico deixava os leitores aparelhados de suas opiniões. Contudo, vale ressaltar que o periódico pregava, de modo explícito, para onde as quantias da Comissão-Mista deveriam ir. Em “Há Capitais e Capitais...” (UH, ed.00188, p. 3), há a informação de que, embora o Brasil tenha inúmeras injustiças, “tudo depende de separar o joio do trigo”. Nesse sentido, o investimento adquirido por meio de muita diplomacia deveria servir para a autonomia da Nação. Defendia-se a criação da Petrobras, com funcionamento nacional. Era nessa ideia que Getúlio Vargas, PTB e *Última Hora* se amparavam.

Na mesma edição (UH, ed.00188, p. 3), o periódico relata a criação de uma “terceira força” entre deputados pertencentes à UDN e ao PSD, estratégia – ao que o jornal afirma – orquestrada pelo vice-líder udenista, Afonso Arino, com o ex-presidente Gaspar Dutra. O que surpreende, no entanto, não é a movimentação opositora, mas a empáfia da folha, uma vez que declara que os políticos da Câmara são mais “getulistas” do que o próprio Getúlio Vargas, generalizando até mesmo os “udenistas”.

As edições que se seguiram ressuscitaram velhos fantasmas, ainda não afastados do imaginário do público: “a construção de casas populares” (UH, ed.189), problema manifesto desde os primeiros meses de governo, e os “desvios do fundo sindical” (UH, ed.190), inconveniência que retirou direitos dos trabalhadores-contribuintes do sindicato. Inteiramos que o primeiro assunto fora por nós tratado, entretanto, a ressalva que buscamos delinear é a presumida urgência para a conclusão, afinal, o jornal dá destaque a pergunta “Por que o Inquérito da Casa Popular Ainda Não Foi Terminado?” (UH, ed.190, p. 1) questiona o presidente. Ao fim da pergunta, o leitor é orientado a seguir para a coluna “O Dia do Presidente”, lá há um prolongamento do assunto. Sem conclusão alguma, o trabalhador interessado no assunto termina a leitura sem obter respostas, o que encontra é a transferência da responsabilidade para o Ministro do Trabalho, como se, de fato, os (e)leitores estivessem face a face com Segadas Viana. O segundo assunto ocasionou a abertura de uma Comissão de Inquérito, a impropriedade do Fundo Sindical, desvendada pelo Ministro do Trabalho, expôs desfalques na tesouraria, o longo despacho entre Getúlio Vargas e Segadas Viana foi orientado por exigências a respeito de uma investigação absoluta, reiterando seu empreendimento social de justiça para com os trabalhadores.

A percepção de que os trabalhadores eram facilmente seduzidos pelo oportunismo de políticos profissionais é um argumento que pretendemos contradizer, tendo em vista os diversos exemplos de movimentos e de atitudes autônomas, por meio dos sindicatos e das missivas

endereçadas ao gabinete presidencial. O *Última Hora* se tornava o uma via de comunicação para trabalhadores descontentes com algum tema, com a condição de que respeitassem a ordem implícita do periódico de não se ressentir com Getúlio Vargas. Não nos é possível precisar se reclames desse tipo foram feitos, visto que, numa primeira análise, não encontramos reportagens que constrangessem o Presidente da República. No entanto, caso houvesse, os meios de controle (censura editorial) seriam acionados para barrar a iniciativa. Apesar de sua funcionalidade ser o de informar qual tipo de infortúnio atingia os trabalhadores, limites eram postos.

A atuação dos trabalhadores aparece de maneira incisiva no periódico, levando em consideração que os comportamentos não eram retratados como contraídos. Todos os encaminhamentos na direção de Getúlio Vargas eram completos e, evidentemente, francos em relação ao que desejavam e a quanto tempo poderiam esperar.

A título de ilustração, retiramos da folha-diária um exemplo que estampa o funcionamento dos desejos dos trabalhadores, escorados na melhoria das condições de vida – fato que perpassa pelos baixos salários. “Inconformados com o Salário Mínimo os Trabalhadores Pernambucanos”, nesse episódio (UH, ed.00192) os representantes dos sindicatos apresentam dados estatísticos ao presidente, comprovando que o salário estava abaixo dos níveis fixados, na tentativa de propor um aumento de 600 cruzeiros como reparação da injustiça sofrida. Getúlio Vargas, de acordo com o jornal, se prontificou a agir em benefício daquela classe e demonstrou máximo interesse em continuar a receber informações sobre os desfechos.

Além disso, podemos citar o samba enredo de carnaval daquele ano como significativo para compreendermos os valores políticos adquiridos por Getúlio Vargas. Heitor dos Prazeres, famoso compositor de carnaval, criava versos que confluíam no apaziguamento dos desejos populares. Evidentemente, o *Última Hora* investiu nesse fato para criar um complemento para “O Dia do Presidente” (da edição 00196). A canção seguia o ritmo com um pedido de paciência, fazendo alusão à previsão de que Getúlio Vargas estava consciente de todos os problemas que circundavam a vida do trabalhador brasileiro e que medidas seriam aplicadas.

O trecho escolhido pelo periódico faz referência a aspectos comentados durante esse primeiro trimestre de governo: “Esperem mais um pouco. Não se perde por esperar. Deixem o homem trabalhar. O "homem" sabe quanto nós sofremos. Só ele sabe o que queremos” (UH, ed.00196, p. 3). Os versos dão valor a decisão de terceiros sobre a vida dos trabalhadores. É interessante notarmos que os sentimentos dos trabalhadores se assemelhavam aos vividos nos anos da institucionalização das Leis do Trabalho em 1943, em que a interferência do Estado era

frequente, ao ponto de o presidente afirmar que as reivindicações poderiam se assentar, uma vez que o Governo cuidaria do cumprimento da justiça, vigiando e fiscalizando – indiretamente – as organizações sindicais mais combativas.

Os jornais comercializam a política, controlam a significação do certo e do errado, publicando impressões próprias para a “opinião pública”, que se solidifica concordando – ou não – com aquilo que lê/escuta/executa. Destacamos que a opinião pública não é imutável, tendo em vista que as interpretações são plurais e que cada jornal contribui para a criação de uma opinião. Ocasionalmente, ocorre um entrechoque que põe em xeque algumas teses secretariadas pelo periódico. Escrever para a opinião popular é querer conquistar um número maior de adeptos ao arbitrário círculo opinativo da folha, além de ter conhecimento dos pensamentos comuns e adaptá-los à análise dos periodistas.

O embate entre os jornais, na maioria das vezes, relaciona-se ao direito de falar pelo povo. Assim, os veículos de comunicação disputam para deter o poder das palavras. Como salienta Lippmann (2017, p. 294), “ele [publicista] é o censor e o propagandista, responsável somente perante seus empregadores, e a toda verdade responsável somente na medida em que concorda com a concepção do empregador de seus próprios interesses”. Por consequência, qualquer discurso considerado verdadeiro é, na realidade, concretizado pela percepção do empregador, ou seja, cada jornal possui a sua própria transparência.

[...] [os jornais opositores] saíram a campo com dados e números sobre o custo de vida, com o fito de excitar, através de tabelas tendenciosas, todo e qualquer prurido de insatisfação popular [...] visando a colocar mal o Governo do sr. Getúlio Vargas [...] Nenhuma folha antigovernista se lembrou de, honestamente, reconhecer, que a alta tem caráter universal, neste momento, e que o Governo, aumentando o poder aquisitivo do povo e executando, a seu tempo, medidas e providências acertadas, está procurando diminuir as dificuldades por que passam às classes menos favorecidas [...] os jornais que hoje nos acusam de agitadores são os agitadores de ontem... Porque esperam por a serviço de suas ambições ainda a desgraça e penúria do povo! (UH, 1952, ed.00200, p. 3).

O *Última Hora* acusa os adversários de buscarem a propagação de um clima de instabilidade, fabricando inverdades sobre o primeiro ano do governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, o jornal revela que os dados dos opositores estão distorcidos de modo tendencioso, com objetivo de provocar tensão na base de apoio do presidente. A “tomada” do periódico pela população fez com que as condições de vida se tornassem notícia, dado que a injustiça – por ela mesma – não é objeto de interesse. Todavia, quando se trata de uma greve ou revolta, a folha

concede importância, com objetivo básico de lançar-se a frente e, assim, apresentar o prelúdio dos acontecimentos, podendo avançar ou regular com a “verdade”.

O conteúdo destacado no *Última Hora* avalia provocativamente o título “A Desgraça Popular a Serviço de Ambições Políticas” e proporciona ao leitor a angústia do “nós contra eles”, separando os campos políticos ao recordar quais eram os jornais contrários a Getúlio Vargas – passado – e se são os mesmo que conturbam o ambiente político de agora – presente. Finaliza de maneira tenaz, esclarecendo que os movimentos governistas (Poder Executivo, principalmente) agem em prol das classes desfavorecidas e que alguns veículos de imprensa visam somente o lucro, independentemente do custo.

Podemos verificar que, entre as folhas, existe algo que não se altera, o “valor de noticiabilidade” (LIPPMANN, 2017). Em resumo, quanto mais pessoas envolvidas, maior será o consumo. Damos um exemplo – se a injustiça é fomentada por patrões, há de se querer ouvir as partes, ampliando a quantidade de pessoas atingidas pelo periódico, seccionando o episódio.

### 3.1 Tensionando a crítica

O *Última Hora* continuava a lucrar com a exploração da imagem de Getúlio Vargas. Embora o cotidiano político o arranhasse, era função, de certo modo, do periódico saber como tirar proveito da conjuntura ao ponto de desviar as atenções, para que, mais tarde, as defesas editoradas por Samuel Wainer se equilibrassem com os ataques da imprensa oposicionista.

O estudo de Lippmann (2017) é crucial para compreendermos o íntimo das matérias, visto que toda notícia que se transforma em fatos significativos assume a característica de “polêmica”. Por consequência disso, independentemente do polo maniqueísta da matéria, a atitude de referenciar o presidente era seguramente vantajoso, desde que fugisse de opiniões convencionais. Em meio a publicidades positivas e negativas, o *Última Hora* era o único a fazer um contraponto às polêmicas, explorando-as, mas nunca inaugurando-as.

Para conter a rejeição propalada, o periódico-varguista reunia políticos que proporcionavam uma boa propaganda por meio de suas opiniões, além disso, confundia propositadamente os interesses privados com os públicos. Dessa forma, as considerações que pudessem desviar as questões incomodas ao Poder Executivo eram exploradas pela situação. Nesse sentido, o insuficiente respaldo do Congresso fazia com que a pauta trabalhista ficasse estagnada.

Ernesto Dorneles (Governador do Rio Grande do Sul): "...uma só questão a de saber até que ponto se acha a **Nação** amadurecida para realizar, neste

momento uma concentração nacional de esforços e atitudes conducentes **ao bem comum**. A eleição do sr. Getúlio Vargas à presidência da República foi o primeiro passo nesse sentido, percebeu o povo brasileiro com o instinto que nunca lhe faltou [...] **Vale a pena tentar a execução de uma obra de tal envergadura tendente a resolver o problema social do Brasil**. Se o não fizermos perderá a sua razão de ser, todo e qualquer atividade partidária. **Nesse ponto respondo afirmativamente a pergunta sobre a necessidade de um governo de concentração nacional**. Só assim defenderemos com eficácia a democracia, **dando ao povo** o que ele há muito espera: justiça social" (UH, 1952, ed.00206, p. 3, grifos nossos).

A entrevista concedida pelo governador do Rio Grande do Sul, Ernesto Dorneles (PSD), caminha paralelamente com o imaginário-varguista. Dorneles envia várias orientações aos mais variados leitores, utilizando a expressão “Nação” para conglomerar o máximo de significado, fazendo elogios a busca do bem comum, a fim de apontar o caminho mais inteligível para o desenvolvimento do corpo social: a exploração das reservas petrolíferas. A conclusão da entrevista resgata os mesmos valores propagados no início, derramando sobre o público-leitor a responsabilidade do progresso e, conseqüentemente, a conquista da justiça social, em que a única forma de retribuir os esforços do presidente deveria perpassar pela defesa do petróleo como produto capaz de deixar as castas sociais equidistantes e em nenhum momento dissemelhantes.

Dessa maneira, podemos ressaltar que o âmago da mensagem recai sobre a injustiça. Embora muitos políticos se elegessem – ou jornalistas se vendessem – afirmando combater o contraste social, suas atitudes não corroboravam com as promessas. Entretanto, questionamos se isso se deve ao descumprimento ou a abrangência do conceito de justiça. Há situações que causam revolta imediata, é o caso de uma exploração declarada e pontual – as defesas, em benefício daquele que foi avariado, se multiplicam e todos exigem a licitude (a favor *versus* contrário a greve, por exemplo). Contudo, quando o incomodo com a injustiça se espraia – diferentemente do primeiro cenário – qualquer valor que diversifique um do outro importa (as desigualdades sociais, por exemplo).

Sensibilizar as classes populares em torno da questão do petróleo era importantíssimo para fazer a Agenda Executiva girar. Desse modo, traçar novos planos para as disparidades sociais, implicitamente com a população fidelizada nesse assunto, Getúlio Vargas poderia ganhar campo dentro do Congresso, uma vez que a política de conciliação não inspirava. O *Última Hora* explorou, com empenho, a falta de escopo que o Presidente da República vinha sofrendo quando submetia alguma temática de sua agenda para votação. As edições subsequentes retratam a dificuldade de governar quando a negociação já tinha resultados

esperados. Se o presidente tivesse seguido o conselho<sup>51</sup> de seu opositor, Eduardo Gomes (UDN), antes de abrir concessões visando uma política conciliatória, agregaria políticos que tivessem os mesmos precedentes ideológicos – afirmação em resposta a não integralização<sup>52</sup> da UDN aos Ministérios, ofertada naquela ocasião. O PTB demonstrava descontentamento com a política de conciliação, afinal, o partido sempre esteve unido ao imaginário-varguista, sendo, muitas vezes, absorvido por ele. Dessa forma, não conseguir alçar voos mais longos do que uma pasta talvez o tenha posto em alerta sobre o que deveria fazer para não cair no ostracismo.

O que os srs. fizeram foi, porém, muito diferente. Votaram Estatutos sobre quais não fui consultado e criaram um novo cargo de presidente do Diretório Nacional. Portanto, deliberaram em desacordo com o que eu havia aconselhado e opinado. Nessa decisão considero-me vencido, mas a Convenção do Partido é soberana e o que decidiu, o fez de pleno direito [...]. Eu não poderia repelir um filho que atinge a maioria e que se emancipa pelo pensamento. Por esse ato de insurreição, vos afastastes de mim pelo pensamento, mas trazendo-me vossa solidariedade vós reaproximais de mim pelo coração (UH, 1952, ed.00209, p.3).

É incongruente afirmarmos que o PTB se desvinculou das influências ou das exigências de Getúlio Vargas. Contudo, vemos que o conteúdo discursivo adotado pela folha e pelo próprio presidente validam o sentido persuasivo das palavras, uma vez que votar estatutos ou criar cargos foram tidos como atos insurrecionais, o que ocasionou certa gravidade ao assunto versado, embora sempre vencidos por meio da benevolência do Chefe do Executivo.

As premonições, descritas pelo jornal, apresentavam uma traiçoeira sensação de que qualquer injustiça, mesmo que mínima, passava pelo conhecimento de Vargas e de que essa onisciência lhe permitia tomar conhecimento antes que o problema viesse à tona. Tais aspectos reafirmavam a constante preocupação do presidente que, aparentemente, antevia o problema, apesar de faltar potência para interferir. Um ilustrativo episódio refere-se ao momento em que os líderes sindicais da Paraíba recorrem ao presidente exigindo que as leis e a fiscalização fossem realizadas seriamente – atividade que deveria ser executada pelo Ministério do Trabalho. O reclame é certo: “os empregadores só cumprem as leis que interessam” (UH,

<sup>51</sup> A recomendação fora dada em 1951-1952. A tentativa de trazer a alta cúpula da UDN para o Governo Federal não foi bem sucedida, mesmo a oferta sendo tentadora. Além de dois Ministérios (Fazenda e Relações Exteriores), Getúlio Vargas também ofereceu a futura presidência da Petrobras que, de acordo com Cândido Ferraz – responsável por intermediar estes acordos –, ficaria com Juarez Távora, general contrário aos ideários nacionalistas destinados à exploração do petróleo.

<sup>52</sup> É necessário excetuarmos o Ministério da Agricultura. Ocupado por João Cleófas (UDN), não deixou de sofrer duras críticas do partido e de seus partidários, primeiro por ter apoiado Getúlio Vargas para as eleições presidenciais, e segundo por decisão pessoal ter aceitado incluir-se dentro da administração do país. Odilon Braga, Presidente Nacional do partido, naquele momento declarou que Cleófas não representava a UDN. Carlos Lacerda em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, classificou o político pernambucano como “Judas da UDN”.

1952, ed.00215, p.3). A resposta, porém, não teve a mesma eficiência. Segundo a folha, o presidente se mostrava “inteiramente a par do assunto”. Conforme podemos evidenciar, a solução não expirava confiança e demonstrava uma desinformação sobre o tema. Inconscientemente, o jornalista relata que “deu a entender que seu pensamento é entregar à fiscalização da aplicação das leis trabalhistas aos seus próprios trabalhadores”. Por essa lógica, a responsabilidade de Segadas Viana é terceirizada.

A proteção dos trabalhistas responsáveis pela Pasta do Trabalho foi, desde o início, algo desgastante para o Governo. Danton Coelho, fidedigno aos ideários do PTB, ao assumir, despediu uma vasta gama de funcionários do Ministério – que estavam lá há anos –, reorganizando o quadro de funcionários com pessoas de sua extrema confiança. Involuntariamente, o sistema administrativo do Ministério permaneceu ineficiente durante sua gestão. Se o detentor da Pasta do Trabalho não se encontrava bem disposto para aquilo que foi nomeado, o partido também sofria com microfissuras de identidade. Além do mais, Danton Coelho acumulava funções: era Ministro e Presidente da Executiva Nacional do PTB. Seu período à frente da administração fora essencial para consolidar o apoio dos sindicalizados e propagandear em defesa da sindicalização. Apesar disso, não conseguia se manter consistente em nenhum dos cargos que ocupava. Nesse sentido, reiteramos as palavras de Delgado (2011):

A gestão de Danton Coelho foi um retrato fiel da política governamental dos sindicatos. Uma política que, por um lado, buscava identificar-se com o movimento sindical através da concessão de benefícios, e por outro, tendia a descaracterizar o partido, subordinando-o através do empreguismo e de uma política de favores aos órgãos governamentais [...] O bom resultado do controle-mobilização precisava acenar com propostas que levassem as lideranças sindicais a se sentirem prestigiadas no atendimento de suas históricas reivindicações. Algumas dessas propostas foram também efetivadas: veja-se o fim do atestado de ideologia e da intervenção em inúmeros sindicatos. A conjugação de medidas dessa natureza com uma política de controle fez da ambiguidade um ponto central da inter-relação Estado-partido-sindicato durante o segundo governo Vargas. (DELGADO, 2011, p.103-104)

Nenhum dos ministros nomeados por Getúlio Vargas tinha caído nas graças dos assalariados. O primeiro foi fatigado e fulminado pela temática da casa popular para os trabalhadores, impossibilitado de qualquer concretização, uma vez que aparelhou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para funcionar como um *petit comité* do PTB. O segundo – em atividade – era perseguido pela mesma temática que exonerou seu antecessor, todavia, seu modo administrativo não aparentava insuspeita, uma vez que estava presente em seu norral ser

um dos articuladores da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), empreendimento que reverteu direitos em valores reconhecidos por toda sociedade.

As conquistas passadas, embora colham frutos no presente, têm também seus prazos de validade. Portanto, é inconcebível imaginar que os trabalhadores – sindicalizados ou não – se manteriam calmos diante da apatia de Segadas Viana, estabilizados em face à desautorização ou contrários às investidas dos grevistas. A nomeação não foi apreciada unanimemente pela cúpula do PTB, primeiramente, devido a uma parte dos filiados reclamarem uma perspectiva mais modernizada e, posteriormente, devido a uma expansão do número de sindicalizados e sindicatos que pediam um ministro atrelado às reivindicações e paciente às futuras greves, sendo que a independência entre Governo e sindicatos apenas se espaçava.

Enquanto a preocupação do presidente divagasse em torno da conciliação das classes políticas, qualquer proposta trabalhista escorada em sua imagem seria interpretada como pequenas vitórias, visando um próspero relacionamento de cumplicidade. Por esse princípio, quem perderia com irrisórias “aproximações” era Getúlio Vargas – que muito oferecia sem nada receber – além daqueles que depositaram esperança na volta ex-ditador que, antes de autocrata, foi (supostamente) um conciliador.

O presidente que, naquele momento, conversava e negociava por meio do emparelhamento do *Última Hora*, percebia a mudança do tempo e que, conseqüentemente, novos comportamentos eram necessários. A folha faz um registro expressivo sobre a reabertura do Congresso Nacional, nomeado como um importante documento sobre a atualidade – nele, há um executivo que pleiteia a resolução das dificuldades, indicando o diminuto apoio dos parlamentares.

Os assuntos contidos no registro tratam da inflação, que se atrita ao custo de vida e aos preços das mercadorias básicas para a sobrevivência, além de perpassar pela justiça social, mencionando as conquistas do crédito para agricultura. Por fim, o documento faz alusão ao incentivo para que os congressistas continuem a defesa pela exploração nacional do Petróleo, além de outros tipos de energia mencionados no discurso, como o carvão. Embora toda a mensagem fosse “cifrada”<sup>53</sup> de pequenas ações que condicionavam o leitor a uma iminente melhoria, também requeitava a esperança. O último artigo emitia as boas características do

---

<sup>53</sup> “[sobre inflação] pesando diretamente sobre as classes menos favorecidas da comunidade”; “A principal causa da inflação é o desequilíbrio orçamentário, e êsse no ano findo procuramos corrigir com enorme sacrifício, **reduzindo as despesas e aumentando a receita nacional...**”; “...**é preciso exigir o máximo de cooperação com o Governo** [é preciso que quem exija?], é preciso que o **país inteiro participe com a contribuição do seu esforço e do seu trabalho** para incrementar a produção estimular as atividades fecundas e fazer surgir novas riquezas... o bem estar social e a felicidade de cada um... extinguir as injustiças... e que não falem em cada lar o conforto, e bem-estar, as amenidades da existência” (UH, 1952, ed.00233, p. 3, grifos e ponderações nossos).

presidente<sup>54</sup> e, mais do que isso, buscava segmentar e sedimentar as responsabilidades a todos que quisessem se envolver, estimulando pressões por incentivos a área social.

### 3.2 Onde nada se ganha, mas quase tudo se conquista

A imagem, anteriormente ilibada, de Getúlio Vargas como líder popular passou a oxidar frente ao tempo. Vemos que, com a organização dos trabalhadores cada vez mais autônoma, era difícil acompanhar as demandas, as movimentações políticas em troca de melhoria social e as fortificações dos sindicatos. As exigências, desse modo, clamavam por configurações mais complexas. O **populismo** e a massificação das propostas – e, conseqüentemente, do povo – foram suplantadas por atividade ordenada, inspirada (ou não) por discursos divulgados no rádio e, posteriormente, na imprensa-escrita.

O Executivo se apoiava, cada vez mais, naquilo que a criação da Petrobras prometia do que propriamente em soluções de problemas do cotidiano. O presidente – às vezes, isolado – ainda precisava persuadir as Câmaras Legislativas para atuarem em seu benefício, fato que, ocasionalmente, chocava-se com as linhas de funcionamento de alguns partidos que, desde o início (ou ao longo do Governo), estabeleceram uma política-do-contrário, impossibilitando qualquer “vitória” trabalhista. Dessa maneira, o prejuízo a Getúlio Vargas resvalava-se também nos trabalhadores (seus eleitores ou não), conseqüentemente, o cerceamento e a desconfiança em torno do presidente aumentavam de forma substancial.

Nesse quesito, o *Última Hora* não servia para retirar o foco da pequena produtividade política de então, mas para realçar que aspectos benéficos estavam sendo feitos. Seus artigos transformaram-se em contínua defesa dos Ministérios e do PTB, entregando-nos a impressão haveria uma resolução, não pela ação de políticos profissionais e, sim, por trabalhadores que se apoderavam do ambiente político, passando a discutir a participação dos lucros (na exploração do petróleo, por exemplo) escorados nos discursos de justiça social proferidos anteriormente.

---

<sup>54</sup> “A obra do Governo se desenvolve no sentido de vencer, pelas forças do progresso e da civilização, as forças da inércia e da rotina e os **métodos anacrônicos** de trabalho. Essencialmente, **isso significa multiplicar as forças do homem pela capacidade da máquina**, e para tanto, ir captar nas profundezas do solo ou no meio das águas as forças ali ocultas, **para discipliná-las à vontade humana e forjar os milagres da civilização moderna**. Carvão, **Petróleo**, Eletricidade; essas as três fontes principais de energia de nossa época, os três poderosos **instrumentos do Progresso**. A abundância de energia térmica ou hidráulica **é a própria mola da prosperidade e da grandeza das nações**. O nosso objetivo é a felicidade de todo o Povo brasileiro, e não de uma fração qualquer desse povo. **Se almejamos multiplicar riquezas, é para que a comunidade inteira possa ter delas a sua parte: se nos esforçamos por criar uma Pátria forte e próspera, não é por orgulho ou ambição, e sim ara que um dia todos os brasileiros desfrutem de um padrão de existência digno e confortável**, para que se apague de todo o sempre a nossa terra a mancha da miséria, e para todo o sempre seja abolida a vergonhosa barreira que separa em duas castas os favorecidos da sorte e os desgraçados... **facultar a todos uma existência digna, livre dos terrores da miséria, livre de padecimentos e de privações**” (UH, 1952, ed.00233, p.3, grifos nossos).

O elo mais debilitado continuava a ser o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Delgado (2011) investiga as experiências de Segadas Viana frente à Pasta e relata que os problemas internos enfrentados pelo PTB colaboraram para desestruturar e desautorizar seu desempenho como ministro. Em síntese, o partido não conseguia equilibrar dentro qual linha de exercício seguir – enquanto uns adotavam uma postura concordada com Vargas, outros reexaminavam essa dependência e pacificação diante dos ataques opositores.

É necessário pontuarmos que a postura mais passiva, em busca de conciliação, trazia ao Governo uma fragilidade que não combinava com a atuação dos sindicatos. Isto posto, vemos uma espécie de rompimento com o Poder Executivo e um comportamento mais livre diante de algumas propostas. Delgado (2011) sinaliza quais foram os fatores desse afastamento – o aumento significativo no número de sindicalizado, como também na criação de novos sindicatos provenientes da massiva publicidade e frequente reiteração dos valores do vínculo. A autora acentua que a emancipação dos trabalhadores ocorreu quando passaram a se posicionar em questões verdadeiramente interessantes para sua própria categoria. Nesse sentido, as greves tornaram-se mais vívidas, o acúmulo de vitória em prol dos trabalhadores passou a aumentar, consequência disso – ou não – o PC voltou sua atenção para dentro das fábricas, estimulando a organização operária. É interessante ponderarmos que as paralisações tinham como principal demanda a justiça social, todavia, é pretensão governista considerar que é exclusiva responsabilidade dos discursos presidenciais, tendo em vista que o principal fomentador é a condição da vida.

Nesse aspecto, os assuntos que margeassem ascensão social eram incorporados ao cotidiano fabril e rediscutidos em quaisquer manifestações. O tema do salário mínimo, por exemplo, sempre mobilizara as pessoas, afinal, ninguém tolerava o mínimo sem que fosse capaz de conceder a diminuta condição de legalidade. Logo, a orientação em debater as condições de vida e acionar a máquina pública para sanar a parcialidade com que os governos antecessores atuaram, a fim de atrair os trabalhadores para as hostes do PTB, era inequívoca.

Fiscalizações precisariam ser feitas, uma vez que a atuação do Ministério do Trabalho estava aquém do que poderia. Dessa maneira, foi delegada ao Ministério do Trabalho a incumbência de discutir quais seriam as atribuições oferecidas pelos patrões, que poderiam ser equalizadoras de diferenças, uma vez que – como indica a reportagem do *Última Hora* (ed.00244, p.2) – esses negligenciavam suas reponsabilidades. A fim de não serem transtornados pelo aumento do salário, comerciantes e industriais iniciaram a cobrança das refeições de seus funcionários, fato que provocou a irritação de Getúlio Vargas, já que desrespeitava as diretrizes da Legislação do Trabalho.

A lógica de benefícios em troca de obediência política era algo que tinha permanecido no passado, caindo em desuso prático. Os conceitos “massa” e “multidão” foram se tornando anacrônicos à medida que o imaginário fora se complexificando. Aliás, podemos afirmar que nenhum povo é verdadeiramente tão único a ponto de possuir pretensões políticas e sociais igualíssimas, por isso, generalizar os trabalhadores e suas moções revela muito mais sobre o anunciante – aquele que indica – do que o anunciado – aquele que é indicado.

Um dos partidos que se favoreceu de negociatas de comportamento fora o PTB. Entretanto, tal relação se comprometia mais em direcionar os trabalhadores do que propriamente controlá-los. Numa época em que os sindicatos careciam de afiliados, foi a eficiência da máquina pública que os orientaram para os benefícios. Coercitivamente ou não, os sindicalizados foram controlando as finalidades conforme se identificavam à instituição.

Uma proposta que circulou nos anos 1950, que combinava com a independência dos trabalhadores em relação ao controle situacionista, é a de Lutero Vargas em abrir as portas do Congresso Nacional para a opinião pública. Esse simbólico projeto reatribuiu o Poder Legislativo aos populares que, por sua vez, estariam livres para enviar cartas a deputados e senadores, na intenção de pressionar as promessas não cumpridas. O *Última Hora* (ed.00249, p.1) aborda o decorrido, chamando o comportamento do deputado de “revolucionário”. Porém, a considerar as cadeiras ocupadas nas duas Casas do Poder Legislativo, classificar o que quer que seja como “revolução” é entrevar a aprovação.

Paulatinamente, o Governo vinha ganhando aspectos corporais, presença nitidamente sentida pelo Poder Executivo. O *Última Hora* relata, em uma de suas edições, uma proposta atípica vinda dos próprios trabalhadores: a participação dos lucros na exploração do petróleo. Embora a ideia não tivesse sido apreciada pela “régua da revolução”, podemos intitular-la como revolucionária. Por meio do título “Petróleo e Participação nos Lucros das Empresas” (ed.00253), a folha informava que um grupo de membro da Diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro teria se reunido com o presidente.

Em suma, o documento discorria sobre os problemas do petróleo e a participação dos empregados nos lucros das empresas, utilizando-se do bordão presidencial “o petróleo é nosso” para aludir à importância da estatização da exploração. Podemos observar que a palavra dos trabalhadores evidencia uma consciência de classe mobilizada, que se mostra contente apenas com a entrega de suas discussões ao Chefe do Executivo. Ainda em cerimônia com a diretoria, Getúlio Vargas finaliza afirmando que a exploração do petróleo poderia ter apoio externo, mas

que a maioria das ações deveria estar em posse do Brasil<sup>55</sup>: este movimento causou a polarização da política, de um lado estavam os entreguistas e do outro os nacionalistas.

Embora a réplica estivesse afastada de um governo que se entusiasmava como símbolos nacionalistas, é necessário pontuarmos a tática presidencial<sup>56</sup>, oculta à época. Tancredo Neves, futuro Ministro da Justiça, revela que tudo havia sido minimamente calculado para que os deputados defendessem a tese da estatização, caso o projeto fosse encaminhado ao Congresso, originalmente. Nesse caso, o presidente teria sofrido com um revés devido às suas preferências.

É inegável a participação do Governo, especificamente de Getúlio Vargas, na composição do trabalhador. Os múltiplos incentivos em direção a oportunidades sociais garantiram que os populares conseguissem uma maior autonomia em suas propostas, o que veio a configurar, mais tarde, em uma definitiva emancipação.

Podemos evidenciar que algumas liberdades individuais ainda eram chanceladas pelo Estado, como é o caso do “atestado ideológico”, por exemplo, um assunto sem desenvolvimento desde os primeiros dias da posse, de modo que o único pensamento acertado era sobre o seu fim, embora a conclusão estivesse também emperrada. Vale ressaltarmos que, para os comunistas dos sindicatos, a retirada do “atestado ideológico” era importante. Nesse sentido, com âmbito de demonstrar que o presidente não era o empecilho, o periódico *Última Hora* direciona a Casa culpada pelo atraso.

Muitas vezes se acusa o Presidente da República da responsabilidade de certos fatos, sem que o Chefe do Governo tenha a mínima parcela de culpa. Esse, por exemplo, é o caso do atestado de ideologia. O Presidente Vargas mesmo antes de assumir o Governo, manifestou-se contrário à exigência do execrável atestado, aliando-se àqueles que propugnam pela sua extinção... O referido projeto que proíbe a abominável exigência, há meses vem se arrastando na Câmara Alta, sem conseguir entrar em pauta para votação final. Esta situação deve-se à falta de fiscalização da Mesa, pois o prazo do mesmo encontra-se esgotado, sem que logre chegar a plenário, uma vez que o relator resolveu engavetá-lo (ed.00253, p. 3).

---

<sup>55</sup> Pelos nacionalistas, o presidente sofreu com o rótulo de “entreguista”. Porém, o que não sabiam era que tudo passava de um plano para que a criação da Petrobrás não sofresse qualquer alteração com o que se havia imaginado. Isso porque, na ânsia de fazer o Governo se desgastar frente à opinião pública, a UDN passou a defender o direito a estatização e, seguindo a política-do-contrário, não percebeu que estava agindo em favor da situação, desistindo da ideia do capital-privado (pauta que sempre defendeu) para se virar em cativante defesa pelo monopólio-estatal. De acordo com Neto (2014, p. 218), Tancredo Neves haveria sentenciado: A malícia do presidente era realista. Os parlamentares da União Democrática Nacional passaram a apoiar a tese do monopólio estatal.

<sup>56</sup> Outro aspecto de importância refere-se ao fato de que o maquinário para o refino do petróleo estava sendo transportado e vendido pelo governo-estadunidense. Por essa razão, firmar um arrebatado discurso sobre a importância nacional e nacionalista do petróleo, fazendo referências à estatização, ocasionaria – possivelmente – o rompimento dos investimentos externos, como também o retorno da pesada infraestrutura que chegaria ao Brasil. Desse modo, era possível ter grandes reservas, mas não os meios para examinar, descobrir e explorar.

De maneira inteligente, o periódico retira das atribuições do presidente a responsabilidade do “atestado ideológico” atribuindo, como podemos observar no trecho acima, ao relator o engavetamento do processo. Em adição, a fim de conquistar o imaginário do leitor, a folha adjetiva negativamente o continuísmo do atestado e reacende o discurso pré-eleitoral de Getúlio Vargas, que apregoava pelo extermínio dessa restrição. Cabe destacar que nos referimos a um presidente que teve um passado conflituoso com comunistas. A perspectiva que o jornal procurava delinear, contudo, era outra – àquele que fora eleito estaria aberto ao diálogo e, dessa vez, transitável aos mais distintos princípios, do extremismo udenista ao inquebrantável comunismo, aventurando-se nas vias democráticas.

A tentativa de conciliar opostos era evidente e, embora alguns setores fossem intransigentes quanto a participação, os discursos presidenciais não sofriam grandes alterações, de modo que referenciavam todos com o objetivo de somar diferenciados campos da sociedade. Todavia, a estrutura nomeada por Vargas apresentava problemas, o Ministro do Trabalho – além de se mostrar inconsistente frente ao seu ofício, possuía uma opinião oposta sobre a aproximação dos comunistas. As palavras de Weffort (1972, cap. III, p. 3), referenciando o estágio instalado no Brasil, são conclusivas “Presidente popular. Ministério reacionário”.

Na seção “Por trás da Cortina” da edição de 12 de abril de 1952<sup>57</sup>, o *Última Hora* discute o desequilíbrio vivido dentro do PTB. Com a finalidade de atenuar a severidade do fato, converte a crise de identidade à extensa participação popular, referenciando a dificuldade prática ao número crescente de filiados, comparando essa adesão à renovação do mecanismo democrático. O aumento no número de participantes no partido, de acordo com o jornal, é resultado dos discursos “de apelo inspirador” do Presidente da República<sup>58</sup>. Por esse motivo, se a identidade se diversificava, ela também se mistificava, uma vez que o direcionamento não era claro.

O *Última Hora*, em coluna, tratou de diferentes formas a participação e filiação popular. Uma delas é como um modo de garantia de que a democracia dava vivas exemplificações de que prosperaria no futuro, pois desassociava o PTB de um ajuntamento de partidos burgueses,

---

<sup>57</sup> Este é o desfecho a que chega o autor da notícia. Neste recorte, destacamos as comparações feitas entre partidos, como a acusação de não serem tão democráticos quanto se nomeiam, por exemplo. Para saber mais, procurar pela seção “Por trás da Cortina” na edição informada, ao final do trecho selecionado: “É que essas agremiações gravitam em torno de determinados grupos que, por sua vez, obedecem a chefes determinados, enquanto num Partido de massas os quadros dirigentes são eleitos realmente pela vontade expressa da massa votante, sem atendimento às conveniências estudadas nos bastidores... Curiosa e razoável a observação. Meditando, de cabeça fria, bem que se pode concordar com o categorizado líder trabalhista, que se mostra satisfeito com seu Partido porque reconhece, na luta às claras, um sinal evidente de vitalidade democrática” (UH, ed.00255, p.3).

<sup>58</sup> Destacamos, aqui, a onipotência apresentada pelo *Última Hora* do Presidente da República. Os anos de 1952 não pretendiam ser melhores do que 1951 – as solicitações mudaram de ano, mas continuaram sem solução. Cabe ressaltar que, mesmo com a popularidade em defasagem, o *Última Hora* continuava empunhando a narrativa de que Getúlio Vargas sempre saía mais forte das situações de crise.

esclarecendo e encaminhando os novos interesses do público a uma legenda divulgada como múltipla, dessa forma, nada melhor do que estar ao lado do presidente.

Podemos evidenciar, nesse sentido, um outro aspecto - nem mesmo o PTB tinha consciência se estava ou não ao lado de Getúlio Vargas, utilizando-se dessa intrínseca relação. Porém, com as novas adesões, o referido partido passou a ampliar os quadros sociais, nomenclaturando outros partidos de burguês ou pequeno-burguês, uma vez que temia que o povo os preenchesse.

Por fim, vemos que a matéria é caricaturesca, pois, ao mesmo tempo em que se engrandecia da aglutinação de diferentes pessoas, sentia um aparente desconforto. Tal afirmativa tem-se na finalização da notícia, em que o autor curiosamente escreve “meditando, de cabeça fria”, ilustrando que sua opinião se modificou ao longo da reportagem, ficando condizente com os grupos trabalhistas que consideram afirmativa toda essa anuência.

### **3.3 O Fim de 1952, um ano remarcado pela exigência de cumprimentos**

Os discursos em torno da unificação e restauração social/política começaram a ganhar mais corpo dentro do cenário nacional. O Presidente da República requisitava união entre os partidos para que o Brasil finalmente pudesse prosperar. Desde a fundação do *Última Hora*, o mês de outubro possuía uma conotação festiva, especificamente o dia 3, marco histórico que sinaliza o retorno de Getúlio Vargas. Por essa razão, as palavras do presidente eram esperadas naquela oportunidade, com o enfoque galgado no encadeamento entre os partidos. O periódico acusou que o discurso, entretanto, seria motivado pelos anseios populares e que, assim, caberia aos partidos de oposição ao Governo analisarem o posicionamento até então.

O jornal não poupa elogios, classificando o presidente como um “estadista”, uma vez que buscava soluções plausíveis para todos. De acordo com este fio, livre para interpretar os dizeres de Getúlio Vargas, a folha sentencia: “...luta por uma participação mais ativa dos trabalhadores no Governo, como resultante não de um simples postulado de doutrina, mas de uma imposição dos novos fatores sociais, econômicos e políticos da Nação” (UH, 1952, ed.00403, p.3). Trabalhadores e Governo demonstravam estar concatenados, envolvendo-se em soluções conjuntas intermediadas por muito diálogo e concessões. Vale ressaltar que as festividades do 3 de outubro, além de informar, queriam atrair uma parcela do oposicionista para a órbita do Poder Executivo.

O que o discurso explicitamente não aborda refere-se à permanência do *status quo*. Aliás, são projetados, com antecedência, os problemas estruturais da sociedade, procurando

uma rápida solução para algo não solicitado. Dessa maneira, se a intervenção estatal ocorre de acordo com interesses escusos, questionamos qual seria o espaço aberto para a justa indignação popular. As palavras do presidente, dirigidas aos oposicionistas, estavam de acordo com a furtiva observação do periódico. Os trabalhadores estavam com o Governo, embora não cegamente como fazia parecer o discurso – se assim fosse, bastaria o convencimento da ala contrária<sup>59</sup> e a espera dos próximos três anos de mandato gerindo casualidades.

O apoio oposicionista, ambicionado por Getúlio Vargas e sentido nas reportagens do *Última Hora*, era da UDN. O comportamento do partido, avesso à política varguista, tinha muitos adeptos e o jornal, caso conseguisse tirar palavras de apoio daquela instituição, poderia garantir que projetos trabalhistas fossem discutidos com mais parcimônia. Políticos de expressão intercederam à vontade do presidente, porém muitos deles identificados com a UDN por contingência, ou seja, o ingresso de políticos viera antes o partido se tornar um incomodo às políticas assistencialistas, sejam elas necessárias ou “popularescas”. A UDN, em essência, nascera conservadora, nesse sentido, mesmo que políticos professassem de acordo com a vontade do Executivo – Osvaldo Aranha, Ferreira de Sousa, Magalhães Pinto –, ter um largo auxílio seria insustentável para o partido, que se construiu durante o período eleitoral fazendo oposição.

O *Última Hora*, especialista em sintetizar discursos, vinculou à sua primeira página (UH, 1952, ed.00404, p.1) uma enorme foto do presidente com o texto em mãos, frente a um microfone. Nas linhas abaixo, há uma divisão entre aquilo que era dirigido especialmente à nação e o aquilo que era dirigido exclusivamente aos trabalhadores. A redução do discurso vinculado no jornal não poupou elogios aos trabalhadores que, por meio do voto, trouxeram a vida política de Getúlio Vargas novamente. O *Última Hora* destaca essa demonstração democrática como um importantíssimo marco para o Brasil. Dessa maneira, o presidente se sentia livre para governar de forma coesa com seu povo, distanciando a ideia – difundida por oposicionistas – de um golpe eminente.

Os assuntos direcionados à nação eram exclusivamente de ordem burocrática, confluíam exclusivamente na solução dos problemas de interesse geral. Para tanto, havia a discussão da formação de novos ministérios, como também da criação de entidades capazes de descentralizar e descongestionar a administração. No campo da democracia era defendida uma relação interpartidária, preservando as circunstâncias oposicionistas para que a multiplicidade de ideias continuasse a surgir, oportunizando um convívio de distintas ideias, ainda que com o mesmo

---

<sup>59</sup> PSD, PL, PDC, PR, PSD e UDN. O Exército também se manifestou em favor do discurso do presidente.

núcleo: o bem estar social. Por propor uma interlocução com o diferente, apregoava-se que a democracia era o melhor dos governos, afastando o discurso golpista das mídias de oposição.

Subitamente, a perspectiva do discurso muda e passa a ser dirigido aos trabalhadores. O periódico de Wainer faz uma síntese em cinco tópicos, colocados para um maior didatismo: (i) O retorno de Getúlio Vargas pela eleição direta significava que os trabalhadores identificavam uma esperança no candidato, tendo em vista que já tinham vivido sob seu governo no passado e que agora, por vias democráticas, pediam o seu retorno. Por essa razão, o trabalhador é apontado como o segurador da democracia – a ele tudo pertence –, assim, a insatisfação e contentamento deveriam ter o mesmo peso. (ii) Se os trabalhadores olharam o passado para orientar o seu voto no presente, penalizando seu futuro com algo absolutamente incerto – a considerar o que representou os anos 1930-1945 – era em virtude de acreditarem em novas conquistas sociais. (iii) Já que a Bandeira da Revolução, nas palavras do presidente, ainda estava hasteada, o assistencialismo social ainda era causa vigente, o propósito era sanar a injustiça de mais de 10 milhões de trabalhadores. (iv) O assistencialismo acabava por refletir em problemas ainda não solucionados devido à burocracia, como é o caso do problema da casa própria. No discurso, houve a promessa em aumentar o financiamento para a construção. (v) O trabalhador seria protegido de condições de perigo dentro do trabalho. Aposentadoria por idade e auxílio à maternidade também serão garantias.

Sobre isso, Moore Jr. (1987) esclarece que o discurso pelo discurso em nada implica, isto é, se o discurso transformasse as sociedades não precisaríamos organizá-la, é preciso, portanto, que o texto esteja alinhado a ação. O periódico se dedicou a vincular o discurso e as repercussões sentidas na sociedade. Embora fossem múltiplas as interpretações políticas, muitas legendas demonstraram boa-fé em se unirem – mesmo que passageiramente – com o Poder Executivo para sanar as atribulações que a nação vinha arduamente superando.

O relato de Gabriel Passos (UDN) é de suma importância para compreendermos as intenções políticas do Presidente da República. Em sintonia com o discurso presidencial, afirma que “[uma] colaboração livre, numa revolução administrativa e política, que proporcionava ao país algumas décadas de tranquilidade e progresso, tal qual desejam todos os partidos” (UH, 1952, ed.00405, p.3). Desse modo, o que revela o ex-candidato a Governador de Minas Gerais é que a adoção de tal postura pelos políticos não os despersonalizariam e que o diálogo com o diferente era um ato patriótico. Ao final de seu relato, ele extermina a iniciativa de uma Convenção entre os partidos, embora essa opinião não se justifique em matéria, já que não há pergunta do repórter ou direcionamento para a fala. Entretanto, talvez seu ato fosse o de antecipar futuras convocações, conclusão associada ao discurso de Getúlio Vargas, afinal, o

objetivo era reduzir e eliminar a burocracia, nesse caso, uma reunião entre os partidos coniventes ao pedido cívico do presidente votaria em projetos e emendas que fossem capazes de contribuir para o interesse geral.

A temática do aluguel apoiava-se nos problemas sociais da moradia popular. Muitos donos de imóveis vinham cobrando preços extorsivos para o período, num contexto em que o mínimo mal dava para comprar os produtos de necessidade básica. Nessa esteira é que fora criada a “Lei do Inquilinato”. O periódico inicia uma campanha para que os Senadores votem de maneira clarividente sobre o contínuo congelamento dos preços dos imóveis alugados, uma vez que a volta da quantia cobrada assaltaria a bolsa popular. Assim, a paralisação do preço, feita anos atrás, foi uma medida isonômica e revoga-la, como se pretendia, faria os operários (moradores de aluguel) caírem em desgraça.

O *Última Hora* exige dos Senadores uma postura humanitária. Esse apelo foi resultado de uma possível reviravolta na lei, extinguindo-a. O jornal postulava haver grandes interesses em jogo, que não deixavam com que o projeto seguisse seu rumo natural: “O que não é possível, no entanto, é tolerar o jogo secreto das manobras protelatórias, que estão inquietando a opinião pública e ameaçando o próprio prestígio do Parlamento” (UH, 1952, ed.00405, p.3). Vemos uma cobrança para que os Senadores contrários ao congelamento se manifestem para que a população identificasse quem ia de encontro aos seus desejos.

Em edição seguinte, o periódico denomina cada bairro afetado pela não prorrogação do congelamento dos aluguéis e, por meio de sentimentos recolhidos dos manifestantes<sup>60</sup>, conclui que aluguéis de aproximadamente 500 cruzeiros chegariam a 3.000 mil se os Senadores interferissem em prol dos donos dos imóveis. A batalha contra o aumento do preço se estendeu em cartas e telegramas, enviadas ao Senado Federal, de trabalhadores e donas de casa que dependiam do aluguel à preço justo para continuarem tendo onde morar (UH, 1952, ed.00406, p.6, seção 2). Numa conjuntura em que o salário mínimo possuía o teto de 1.200 cruzeiro, cobrar algo diferente dos já 500 cruzeiros era dar espírito ao título da reportagem “Despejo de uma cidade inteira!”.

Uma cisma instalou-se no governo, tendo em vista que os trabalhadores começaram a notar e manifestar um descontentamento sobre o modo administrativo de Segadas Viana. As

---

<sup>60</sup> “Afiml quem teve essa ideia?; Quem nos garante que s senadores não sejam interessados no aumento de alugueis?; Ficarão ao relento inúmeras famílias?; A campanha contra a majoração precisa ser levada até o fim” (UH, 1952, ed.00406, p.3, seção 2). Essas perguntas e constatações foram retiradas do artigo “Coluna da Cidade”, cujo o subtítulo resume o sentimento de desespero dos cidadãos: “Clamor Popular”. Na edição de 9 de outubro, sob o título “Monstruosidade”, o jornal relata que as cartas que chegaram ao Senado são garranchos com palavras escritas tremulamente, indicando o sentimento de pavor em ter sua casa perdida.

atitudes do ministro entrechocavam com os discursos do presidente, resumindo-se em não fazer o suficiente para as renovações do quadro político. A administração de Segadas Viana era extremamente pífia para os sindicatos, de modo que as injustiças sentidas foram reveladas no jornal que, por sua vez, divulgava que o ministro fortalecia o sindicalismo amarelo/pelego, conferindo-o uma fiscalização dúbia e uma burocracia ainda mais atribulada. Entre os sindicalizados, era organizado um pequeno grupo responsável por deslegitimar uma decisão coesa entre os trabalhadores e interferir, por vezes, em benefício do ministro para que a desordem começasse e a decisão prática fosse adiada. O sociólogo-político Moore Jr. (1987) faz significativas constatações sobre as possibilidades de poderio burocrático, sugestionando a roupagem que a confusão dos trâmites e procedimentos poderiam trajar: paternalismo. Em suas palavras:

As burocracias do bem-estar são um produto histórico e inédito. Elas são, com efeito, variantes da plutocracia, uma vez que aceitam as mesmas metas materialistas, mas alegam que podem atingi-las com mais rapidez e mais equidade. E os conceitos de equidade são os que mais facilmente podem colidir de forma aguda com uma ética plutocrática, mesmo se ela está disfarçada em paternalismo. No contexto histórico presente, há duas variantes da burocracia do bem-estar. Uma é a elite modernizante em um país atrasado economicamente levantando por uma irrupção revolucionária, e até aqui constituída principalmente de comunistas e socialistas com forte sabor de patriotismo nacionalista. As respostas críticas a tal elite pode defender que a liderança modernizadora não está promovendo o bem-estar da população e sim guardando-o para si própria, o que a torna uma nova camada dominante. Pode também ocorrer uma crítica de certa forma mais esquerdista, com a visão de que a elite não está modernizada com a devida rapidez, ou eficiência. Tanto num caso como no outro, a acusação é de que o regime está traindo os ideais da revolução (MOORE JR, 1987, p. 129-130).

A averiguação de Moore Jr. (1987) é de carregada importância, uma vez que incide sobre a reportagem do periódico *Última Hora*. Levando em consideração que o entrechoque entre ministro e presidente (juntamente com os valores sindicais) é constantemente posto em comprovação, as atitudes de Viana não proporcionavam quietude para Getúlio Vargas, dessa forma, se o ministro não modificasse seu comportamento – denunciado pelos sindicalistas – seria necessário exonerá-lo. A folha getulista é precisa ao afirmar que há “métodos de falsificação do trabalhismo” e que a não recuperação desses valores iriam de encontro a tudo que os defensores e simpatizantes do governo acreditavam, deixando-os à deriva e, por vezes, indignados/desacreditados, cimentando um sentimento de injustiça. A comparação entre “líderes” trabalhistas” – Segadas Viana e Getúlio Vargas – é didática ao explicitar o que se esperava de um ministério “do “trabalho”, uma vez que, mesmo rivalizando com outros

conteúdos, o Governo conseguia dar palco aos populares, comportamento dissemelhante do titular da pasta. Ainda que o presidente tenha dado declarações ao periódico, de que carregaria seus ministros até o fim daquele ano, a análise e o apelo do jornal contrariavam o Chefe do Executivo.

Está o atual Governo se aproximando do segundo ano de gestão. Líder incontestável do povo brasileiro, o Senhor Getúlio Vargas não pode continuar a ver os seus apelos adulterados pela falsificação que desejam impor à classe operária. Suas manifestações públicas em favor da sindicalização, sua clara definição contra a pluralidade, seus despachos enérgicos, determinantes da moralização do Fundo Sindical, sua afirmação de tudo fazer para cofiar aos trabalhadores parcela cada vez maior das funções básicas do Governo, constituem roteiro correspondente aos mais profundos ideais do proletariado nacional. Mas o Senhor Segadas Viana, sucumbido sob a inércia e sabotagem reinante no Palácio do Trabalho, demonstra não compreender que o Presidente não deseja ver os seus pensamentos limitados às palavras, mas vê-los traduzidos por atuação dinâmica e realizadora [...]. Porque em meio ao tremendo prejuízo da Nação, só eles tiram proveito do peleguismo, da mentira e da mistificação (UH, 1952, ed. 00408, p. 3).

Neste sentido, o jornal acusava Segadas Viana de servir aos interesses de patrões e, além disso, de se distanciar (e contradizer) de tudo aquilo que o presidente, sob entusiasmo de seu trabalhismo, propunha e defendia. Por esse motivo, e devido à essas denúncias, podemos sugerirmos que o periódico reivindicava a exoneração do ministro. Na terceira página do segundo caderno (ed.00410), o periódico reafirma que o titular fez do Ministério um lugar de encontro com patrões, uma vez que possuía contatos com sindicalistas disponíveis para servir os interesses patronais em troca de favores pessoais, equivocando (propositadamente) o público pelo privado.

Por meio de uma denúncia procedente de uma das classes de trabalhadores de SP é que Segadas Viana tornou-se substituível e, no mais, de permanência intolerável. O *Última Hora* complementa sua matéria com uma conclusão asseverada: “O Sr. segadas Viana não criou, assim, condições para o aparecimento de novos líderes proletários, mas antes barrou-lhes o caminho com a praga do "peleguismo" cevado nas tetas oficiais” (UH, 1952, ed. 00410, p.3, s.2). Mesmo que o segundo caderno não obtivesse o mesmo sucesso do primeiro, a insatisfação se mostrava presente conduzindo o leitor atento a se indignar junto com o escrevente.

É necessário percebermos que o jornal compunha matérias capacitadas em indispor o leitor com os assuntos que permeavam o seu ambiente. A partir desse pressuposto, o *Última Hora* compadecia-se com a injustiça vivida e noticiava diferentes assuntos com alterado nível

de importância<sup>61</sup>, todavia, com o escuso objetivo de chegar ao trabalhador. Por vezes, era o trabalhador que chegava ao periódico denunciando irregularidades e/ou pedindo aumentos, de acordo com elementos que comprovassem o desrespeito da lei. Talvez, o *Última Hora* não fosse o porta-voz fidedigno dos direitos do povo, mas, sim, um jornal de grande circulação que permitia a delação da arbitrariedade de seus empregos.

A composição de um leitor mais assíduo e crítico politicamente, certamente, passa pela compra do *Última Hora*. Quando não eram envoltos de opinião pronta das páginas, eram expostos, em grande parte, aos acontecimentos e, após a leitura, construía um pensamento questionador do cotidiano. Quando os pontos de vistas não andavam correlacionados, havia uma dúvida sobre a matéria proposta – se a finalidade do periódico era a de defender a classe trabalhadora, deveria concretizá-la. Tendo em vista que a crítica pela crítica terminava dentro do jornal, era ausente de caráter mobilizador. A imprensa, dessa forma, não transpassava a barreira de palavras escritas numa folha. Para a dinamização da sociedade, o jornal deve incomodar, propondo debates e comparações, priorizando a estruturação de um sujeito-crítico (DAMAS; CHRISTOFOLETTI, 2006, p. 2)<sup>62</sup>.

O jornal destacava as formas de combate à injustiça. Vemos que os principais atores desses modos de fazer notícias eram os sindicatos que, com certa frequência, impunham seus pensamentos às camadas dirigentes que, por sua vez, adaptavam-se para não perder força dentro do jogo político. Durante os anos de fixação da política varguista, muitos foram os levantes de trabalhadores que reivindicavam por melhores condições de trabalho. Vale ressaltar que as imposições de seus pedidos eram indiscutivelmente justas, sendo que o motivo da revolta, normalmente, era pelo não cumprimento – ou cumprimento em partes – do dever patrão-empregado. A insurreição era sempre capitaneada pelos trabalhadores e distribuída pelo noticiário.

Sob o título "Não se admite a abolição dos adicionais noturnos" (UH,1952, ed.00426, p.2, s.2), o periódico de Wainer divulgava, por meio dos reclames do líder sindical da Indústria Fiação e Tecelagem, quais eram os valores daquela categoria e o qual era o significado de estar como representante de uma corporação. O Ministro do Trabalho, em réplica, ironizou a preocupação do diretor, afirmando que o salário do líder sindical era garantido pelos cofres

---

<sup>61</sup> A temática da injustiça era variada e perpassava desde a “Lei do Inquilinato”, com chamadas na primeira página e sua continuação na página dois ou três, até a “Lei do 1000”, dispostas na segunda e terceira página, e finalizava com “Alto Preço das Batatas” na segunda seção. A simplicidade dessa condução revela que, independentemente de qual fosse, o assunto estaria exposto no *Última Hora*.

<sup>62</sup> Acesso em 1 de maio de 2021:

[https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/unirev\\_christofoletiherrera.pdf](https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/unirev_christofoletiherrera.pdf)

sindicais e que, por esse motivo, era amplamente fácil exigir melhores condições quando não se precisava delas. A tréplica do exigente da melhoria foi fulcral para que o ministro reconhecesse sua posição:

Assevera o Ministro que os dirigentes dos Sindicatos são garantidos pelos cofres sindicais. Muito bem. E depois que terminam o mandato? Não voltam eles às fábricas? Não continuam operários? Que me diz a esse respeito o Sr. Segadas Viana? (UH,1952, ed.00426, p. 2).

A essa altura, é necessário refletirmos a posição (ora escamoteada, ora evidente) do *Última Hora* contra a administração calamitosa do Sr. Segadas Viana, dado que a criação do Ministério do Trabalho tinha a pretensão de encerrar a extensa burocracia que acometia a vida dos trabalhadores que pregavam por reparação, ainda que a execução da proposta não acompanhasse – nem mesmo de longe – o que fora delineado.

Independentemente do assunto, o jornal conseguia servir como um aparato para a denúncia – capacitava audiências, checava a veracidade dos fatos, revisava os conteúdos e realizava um ofício crítico (mesmo que não discriminatório) e de qualidade. O Ministério do Trabalho funcionava imprecisamente e as atribuições conferidas a ele eram, muitas vezes, negligenciadas e postergadas a um possível cúmulo. Evidente exemplo é o Fundo Sindical embaraçado por corrupções internas, culminando na interferência<sup>63</sup> do Presidente da República para adiantamento da entrega dos comprovantes dos recolhimentos. Conforme o jornal (UH, 1952, ed.00437, p. 2), o atraso resultava numa ausência de reparação social, de modo que o valor resgatado contribuiria diretamente em forma de retorno em serviços básicos que garantiriam condições dignas dentro de uma sociedade marcada pela dissemelhança geral. O imposto sindical servia exclusivamente aos trabalhadores, já que é a partir dele que era possível contar com assistência médica, auxílio a maternidade, dentista, cooperativas de crédito e fundação de escolas para alfabetização. Podemos afirmar que o Fundo Sindical era uma ferramenta que, quando bem utilizada, promovia a harmonia social.

Uma das acusações mais incômodas no meio sindical era a de “pelego”, uma vez que indicava que o sindicalizado atuava em benefício da classe dirigente, seja em proveito do patrão

---

<sup>63</sup> As interferências de Getúlio Vargas, por vezes, são tidas como sintomáticas, dando uma nova dinâmica ao problema, uma vez que o presidente, envolvido pelo tema, estabelecia novos rearranjos que não poderiam se alongar por dias (ou meses). Por essa razão, os trabalhadores, quando esgotadas as oportunidades de diálogo com as instituições, recorriam ao representante de todas elas. Getúlio Vargas pautava as discussões do Senado e Congresso com suas opiniões e exigia saber as perspectivas dos outros políticos. Desse modo, voltava-se a discutir o retardado assunto. Exemplo: ao envolver-se com a mensalidade dos aluguéis dos trabalhadores, determinou que o presidente do IAPC diminuísse os preços pagos nos imóveis. Isso significa que a pressão popular teve fim satisfatório para os mensalistas.

e/ou do Ministro do Trabalho. Essa servidão retirava os benefícios e o propósito das lutas dos sindicalizados, tangenciando as propostas em acordos não conferenciados antes. Em súmula, toda concordância entre líder-pelego e patrões resultava em perda de direitos.

O Ministério do Trabalho, após atrasar os investimentos provenientes do Fundo Sindical por um ano inteiro, exonera o sr. João Batista de Almeida (vulgo Laranjeira) da direção do Sindicato dos Marinheiros (UH, 1952, ed.00451, p.1). A matéria reflete que o ex-líder tinha pacto com patrões e que, para que os sindicalizados tivessem suas demandas atendidas, seria necessária realizar uma eleição naquele ano (1952), a fim de encerrar as atividades corruptas e os acordos baseados no peleguismo. O jornal enfatiza, junto a entidade sindical, que a demora foi prejudicial para os trabalhadores, já que a atitude de Segadas Viana deveria ter sido mais proativa no favorecimento daqueles que foram ao seu encontro. O tempo para a decisão foi prolongado de maneira indevida. Verificamos uma interferência em prol de uma camada específica, mas não antes da crítica:

O Sr. Segadas Viana, porém, não quis ver, de imediato, tudo o que invalidava a eleição nos marítimos, preparada para dar como resultado a confirmação da liderança de João Batista de Almeida, o "pelego" que se fez conhecido pela alcunha de Laranjeira. O Ministro do Trabalho, sabe-se lá por quê, caiu de amores pela eleição de Laranjeira, cuja vida conhece em todas as suas etapas "sindicais", desde o ano longínquo de 1923, quando se iniciou num centro operário de Sergipe (UH, 1952, ed.00451, p. 3).

O jornal, de modo implícito, sugestiona aos leitores um interesse escuso pela candidatura e suposta vitória de Laranjeira, como se o Ministério do Trabalho (na figura de Segadas Viana) dependesse desse líder sindical para fazer impor sua vontade no quadro de trabalhadores. É possível notar que os trabalhadores marítimos emparedaram o sr. Segadas Viana a fim de apagar o poder de Laranjeira, uma vez que já tinha sido provada, por meio de documentos, a ilegalidade de sua permanência, evidenciando um vício no pleito. Pela dificuldade de realizar eleições ainda naquele ano, os marítimos mudaram a estratégia ao sinalizar a nomeação de um delegado para que o presidente-ilegítimo dos marítimos não continuasse manobrando as injustiças para a categoria.

A corrupção extrapolou os limites eleitorais, Laranjeira atuava com o objetivo de possuir benefício monetário, utilizando-se do seu cargo como Presidente dos Sindicatos dos Marítimos para "enriquecimento" impróprio. Em matéria publicada no *Última Hora* (UH, 1952, ed.00457, p.2), os descontentes enviam a Segadas Viana documentos que comprovam o desvio de 50 mil cruzeiros, recebidos mensalmente do SESI para a construção de uma obra de assistência para

aquela categoria – sendo o único motivo plausível para explicar a compra de alguns bens materiais, como a casa no Grajaú, o sítio em Jacarepaguá e o automóvel de luxo.

As renovações sindicais marcavam o final de um ano e o início do próximo. Cerca de 30 mil trabalhadores, mobilizados nas mais diferentes entidades, se organizaram para transformar seus sindicatos em um baluarte de ações propositivas à sua classe. O *Última Hora*, nesse quesito, funcionava como um panfleto de informes sobre quais sindicatos aderiam à reforma por via eleitoral. Interessante perceber que ser uma “expressão do getulismo” não afastava o jornal de fazer matérias de cunho político-popular, embora fosse clara a defesa irrestrita ao presidente.

Ainda que o presidente estivesse totalmente a par dos entremeios do periódico, é difícil imaginarmos que o *Última Hora* tinha o mesmo acesso sobre as negociações de Getúlio Vargas e de seu conchavo político. Entretanto, podemos verificar que o posicionamento sobre João Goulart era devidamente acertado, tendo em vista que o *Última Hora* seguia a prerrogativa básica de “se serve ao Presidente, a nós também servirá”. A atualização pela qual passava o PTB não permitia que composições com outras legendas fossem feitas a curto prazo, apesar disso, a aproximação entre PTB-PSD aconteceu. O trabalhismo vivido intensamente pelo novo presidente nacional prezava, principalmente, por reorganizar os quadros internos da sua legenda. Nesse sentido, Amaral Peixoto compreendeu todas as explicações, ocorrendo aos líderes partidários que uma coalizão em torno de Getúlio Vargas fortaleceria ambas as agremiações. Cabe deter nosso olhar à conclusão a que chega o periódico, assinalando o alinhamento com a perspectiva trabalhista-reformadora aos partidários:

O trabalhismo como nome já assusta, sem dúvida, as forças de retrocesso e reação. Mas quando ele, entra numa fase de renovação e prestígio, aí então torna-se um perigo para os pescadores de águas turvas, que só encontram a mentira como triste e último recurso de combate (UH, 1952, ed.00464, p. 3).

A atuação constante de João Goulart dava aos trabalhadores um encosto para se sustentarem, uma vez que o posicionamento declarado do partido em apoiar as greves era visto com maior frequência<sup>64</sup>. Embora o PTB afirmasse dar suporte aos levantes, cabe sublinharmos que os trabalhadores também se organizaram para pleitear essa assistência, significando, portanto, que nenhuma ação era espontânea – antes, haveria uma aproximação dos sindicalizados com o Presidente do PTB, explicando os motivos da paralisação e as demandas

---

<sup>64</sup> Prerrogativa mais tarde utilizada para depor contra o presidente do partido, uma vez que Getúlio Vargas, com a necessidade de renovar os quadros ministeriais, nomeia seu (futuro) afilhado-político para o Ministério do Trabalho.

que exigiam do patrão. Após a palestra de ambas as partes é que o trabalhismo-brasileiro entraria no contexto. Não retiramos o mérito, mas indicamos que a participação tinha caráter pretensioso, afinal a prerrogativa de se renovar transpassava por maior adesão das classes trabalhadoras ao partido do Chefe do Executivo. Dessa forma, é conveniente que destaquemos que o PTB se desenvolveu durante seus anos de existência por meio da epígrafe de “partido de massas”, embora oscilasse em representar fielmente os interesses dos trabalhadores, apoiando-os ora mais, ora menos. Mesmo que não seja possível mensurar a intensidade da defesa, é necessário que indiquemos um comprometimento apenas de escuta, com um posicionamento silencioso – não combativo – frente à situação de injustiça.

O término do ano vinha marcado por extrema benevolência presidencial, trazendo a compreensão de que as conquistas merecidas eram uma espécie de câmbio entre governante e governado, no melhor sentido da proposição de Gomes (2005) “dar, receber e retribuir”. A atuação do presidente do PTB estava sendo relevante para adquirir simpatia entre os trabalhadores, como noticiou o *Última Hora*. Nesse caminho, o jornal referenciava pessoas, talvez distantes de Getúlio Vargas, interessadas na justiça social. É nesse tópico que o apoio às greves e as exclamações em torno dos trabalhadores ganharam as letras dentro da folha, já que havia um pedido por condições justas de trabalho<sup>65</sup>. Exemplo disso eram os tecelões em greve e a intenção “ratificadora” do partido, apoiando as solicitações da categoria – princípio que propiciou mais simpatia pelo Poder Executivo, denominado pelo jornal como “Política Humana de Vargas” (UH, 1952, ed.00468, p.3), mais um nome para “justiça/harmonia social”. Tendo em vista que a tentativa de galvanizar o partido de Getúlio Vargas percorria pela sua conduta de fazer política, cabe rememorar que o apoio à apresentação de João Goulart (como capaz de aperfeiçoar as linhas do PTB) fora um plano para tornar o PTB mais atraente para os trabalhadores.

Outra pauta refere-se ao congelamento dos preços dos aluguéis e dos produtos de vivência básica, assunto sempre referendado entre os ministros quando em reunião com o presidente. O periódico afirma que o ministro Horácio Lafer (Fazenda) estava compondo uma tabela sigilosa (no momento) sobre a fixação dos preços e dos salários recebidos: “Ao mesmo tempo, o exame dessas questões está sendo orientado de modo a criar um padrão equilibrado

---

<sup>65</sup> Pediam o abrandamento da interferência violenta da força policial e de melhores condições de trabalho (percorrendo o aumento do salário recebido). Vargas acompanhava detidamente os desejos dessa classe operária. O Ministro da Fazenda demonstrava compreender as necessidades dos trabalhadores, mas balanceava seus pedidos com o contrapeso da colheita de algodão – não há escoamento dela, o que fez com que o Banco do Brasil comprasse algodão para o preço não diminuir vertiginosamente com a desvalorização geral do cruzeiro.

entre a receita, isto é, o salário, e as percentagens de despesas, ou sejam os gastos” (UH, 1952, ed.00469, p. 4).

O congelamento dos preços era uma proposta de trabalhadores que, descontentes com os níveis de salário, precisavam de preços fixos para garantir a subsistência. Embora o periódico tenha noticiado a interseção da medida, é necessário referendarmos que uma provável demora era acusada. Nesse sentido, o *Última Hora* vinculou o pedido de pressa em nome do presidente, inculcando um tom de reclamação por celeridade por meio do Executivo, exigindo que as demandas precisavam ser consideradas. Era evidente que operariado-urbano enxergava um poder de apoio no PTB, uma vez que o partido detinha o comando do Ministério do Trabalho (mesmo que, por vezes, ineficiente) e agia, em tempos passados, interferindo administrativamente nos sindicatos em favor de interesses escusos.

Podemos verificar que os trabalhadores envolvidos com a vida política não se sentiam controlados pelas instituições, de modo que a recorrência a elas firmava o sentido de outorgar legalidade ao movimento-paredista e dar enfoque as exigências asseguradas por direito. Dessa maneira, seria generalista qualquer afirmação sobre o controle irrestrito das classes trabalhadoras e, por conseguinte, sobre a convivência com as diretrizes do Governo. Outro exemplo de atuação dos trabalhadores frente aos seus pedidos é a “greve solidária”, que tinha como objetivo aumentar a pressão pelas exigências dos tecelões – fora organizada uma passeata para exigir que os patrões cumprissem as leis trabalhistas.

Em tese, Weffort (1972, cap. III, p. 8) afirma que a política de Getúlio Vargas era desconexa de suas palavras e que, nesse caso, era necessária mais coesão. Esse movimento solidário tinha função de organizar os aparatos necessários para que os tecelões pudessem permanecer em greve o máximo possível até atingirem suas reivindicações:

Serão distribuídos hoje e amanhã centenas de milhares de boletins nos bairros operários e nos núcleos de concentração dos têxteis. Esses boletins concitarão os trabalhadores para a passeata, que começará no Sindicato [...]. Na madrugada de hoje partiram do Sindicato numerosos comandos de piquetes. Dirigiram-se a todas as fábricas. O sr. Josias da Silva explicou ao repórter que chegara ao seu conhecimento de que algumas indústrias afixaram avisos dizendo que os operários que não comparecerem hoje serão dispensados sumariamente [...]. O sr. Josias da Silva chefia pessoalmente alguns piquetes e, pela madrugada, achava-se em ação. O sindicato recebeu, ontem, um caminhão carregado de banana e cana de açúcar [...]. Imediatamente foi feita a distribuição entre os associados. Os agricultores daquelas localidades mandaram dizer aos grevistas que dentro de três ou quatro dias remeterão verduras, batata doce, aipim, tomate, e frutas [...]. Pela fome não voltaremos ao trabalho. Enganam-se os patrões se pensarem que seremos derrotados por exigência do estômago. Temos mantimentos e dinheiro para os nossos companheiros. Um industrial acaba de oferecer 1.000 refeições diárias

enquanto fiarmos em greve. Com a ajuda do povo continuaremos indefinidamente lutando contra a intransigência patronal [Falou o Presidente do Sindicato, sr. Francisco Rodrigues Gonçalves] (UH, 1952, ed.00471, p.4).

O contexto entregue a Getúlio Vargas permitiu que greves e manifestações acontecessem. A ausência de reajuste no salário dos trabalhadores era, aliás, a temática da maioria dos movimentos que se organizavam no Governo Vargas. Ao contrário do que se pode imaginar, os trabalhadores que manifestavam não descartavam ou rechaçam a política varguista, pelo menos não nos moldes de um “motim”, tendo em vista que as manifestações caminhavam em concomitância com os anseios daqueles – é, inclusive, por meio disso que foi possível uma maior aproximação do Poder Executivo, um ato mútuo entre as partes.

Sua defesa buscava delicado equilíbrio entre o ideário pró-estabilização e as promessas desenvolvimentistas da campanha presidencial, não abandonadas pro Vargas após a posse, e que também contava com apoio de parte significativa da equipe, como de Ricardo Jafet, Presidente do Banco do Brasil, e da Assessoria Econômica de Vargas. Esta subordinava-se diretamente à Presidência da República e voltava-se a pensar e propor medidas a longo prazo [...] Como assinala Vianna, a fórmula também iria possibilitar a "articulação das forças políticas e interesses divergentes em torno da ação do governo". Mas desta última afirmação não se pode inferir qualquer ortodoxia ou liberalismo como ideologia dominante: apesar desta controvérsia sobre a condução da político-econômica, como é normal em conjuntura problemática como essa, é preciso assinalar que o ideário desenvolvimentista predominava no governo como um todo e principalmente em Vargas, cujo discurso, desde a década de 1930, "mostrava a tentativa de conciliar o crescimento com o equilíbrio das finanças" (FONSECA, 2009, p. 28).

Podemos compreender que nunca houve uma “virada à esquerda”, uma vez que as políticas orquestradas pelo corpo-executivo nomeado por Getúlio Vargas sempre tiveram como filosofia o desenvolvimento interno do país, com a criação de caminhos que pudessem normalizar e autonomizar a economia. Era evidente que a ideia poderia gerar empregos (ou, ao menos, uma discussão sobre a oferta), também era notável que a participação direta de políticos se mostrava necessária para impor pautas dúbias que pudessem desagradar ou decompor a opinião.

Em relação às políticas-econômicas do período, Fonseca (2009) mostra-nos que, até 1952, a preocupação era estabilizar economicamente o Brasil, considerando que a inflação gerada por governos anteriores foi herdada. A impressão irrestrita de papel moeda fez agravar o déficit público, a solução, pouco inteligente, foi a de aumentar os impostos para encobrir a redução das despesas de serviços essenciais, com a atualização da máquina burocrática e uma

forte rivalidade entre partidos. Embora tal rivalidade fosse grifada pelos periódicos, não era esse o primeiro problema que necessitaria de acelerada solução, tendo em vista que muito se falava da própria criação da máquina burocrática (Ministérios) que, por vezes, encontrava-se desajeitada face aos problemas das populações. Inclusive, ao final daquele ano, o *Última Hora* descrevia a política brasileira como constituída de demandas que sobravam para uma espécie de adágio-popular: “Só o Presidente que Resolve” (UH, 1952, ed.00475, p.3). Um aumento no número dos Ministérios era pleiteado para desafogar Getúlio Vargas de alguns afazeres, além de a possibilidade de substituir alguns personagens estar em análise.

É imprescindível que destaquemos que, embora fosse aparelhado pelas políticas do poder Executivo, o *Última Hora* publicava notícias que refletiam um Brasil marcado por classes heterógenas. Nesse sentido, talvez a própria composição dos Ministérios tivesse sido pensada para favorecer uma sociedade tão política-socialmente desigual. Devemos notar que aqueles que poderiam fazer pelos menos desfavorecidos, rearticulavam o seu discurso com subterfúgios numa tentativa, por vezes frustrada, de embasar um ponto de vista já imóvel. Como afirmara o periódico “1952 foi o ano do Petróleo” e, aparentemente, se os movimentos paredistas de trabalhadores não se organizassem e demandassem por condições mais legais de trabalho, visando uma justiça, talvez poucas atitudes teriam surgido de maneira autônoma por parte do Governo.

Dessa forma, se portar contra o congelamento dos preços, uma pauta popular, era uma atitude, em grande medida, disruptiva dentro do padrão estabelecido pelo presidente. O problema que se instaurava era de que os administradores postos no Poder Executivo davam amostras de esfacelamento organizacional, exclusivamente em Pastas muito caras para os cidadãos do Distrito Federal, Trabalho e Fazenda. Entre as responsabilidades exigidas estavam a garantia do cumprimento dos direitos trabalhistas arduamente adquiridos e a organização econômica da vida de todos os cidadãos.

Antes que ano se encerrasse, o *Última Hora*, por meio do título “Inquietação dos Partidos Centristas Diante do Assustador Crescimento do Populismo Brasileiro” (UH, 1952, ed.00478, p.3), fez um rápido balanço do que se poderia esperar de 1953 e de como cada partido de projeção nacional deveria se comportar. É interessante pontuarmos que os três partidos nacionais representavam cada qual um semblante diferente do outro.

Em um dos extremos, encontramos a UDN que, de acordo com o artigo, passava por reformulação e era, às vezes, enveredada para um liberalismo com colorações de social-democracia. Contudo, a atuação do partido foi tímida e ausente nos tópicos em que a essência

é a melhoria da vida de trabalhadores como, por exemplo, o afastamento sobre as decisões de aumento do salário mínimo e a incursão contra a exploração nacional do petróleo.

Intermediando as relações estava o PSD, que se destacava por ser um partido de centro desde o seu aparecimento. Composto por oligarquias e interventores do longínquo 1930, seu funcionamento se dava em acordo com as relações que construía ao longo do mandato. Por essa razão, é compreensível enxergarmos a adesão de pautas populares dentro da organicidade desse partido: “através dele é que pode, em benefício do seu espírito conservador, fazer as concessões dosando as novas conquistas, de modo a impedir os abalos e os entrechoques que ferem, fundo, o seu edifício-social” (UH, 1952, ed.00478, p. 3). Dessa forma, identificamos um limite dentro do que poderia ser discutido no partido – havia uma margem (ou regras não ditas) sobre até qual ponto se poderia alçar mudanças para promover justiça sociais.

Prevendo o ano de 1953, o periódico de Samuel Wainer reconduz a atenção a um “novo populismo”, presente dentro PSP (diferentemente do PTB), inspirado na figura de Ademar de Barros (governador de São Paulo) que, por sua vez, com escancarado interesse pelo poder, tentava adentrar nas classes populares, não aparentando saber o que estava fazendo. O lugar de conclusão da matéria cabe ao “PTB – Massa Atuante”. O texto se inicia com uma assertiva, mencionado que esse era o único partido tipicamente de massas. De maneira elogiosa, o texto continua afirmando que a função do PTB era fazer uma revolução por meio de leis, com exclusivo objetivo de pleitear realizações para que a vida do trabalhador se tornasse menos árdua.

### **3.1.1 A greve dos 300 mil**

“Crise” talvez seja a palavra que explicita com maior propriedade o que o início de 1953 representou para os trabalhadores e, mais tarde, para os políticos identificados por meio dos princípios partidários próximos a categoria grevista. As pressões em torno do Ministro do Trabalho, Segadas Viana, ao contrário de se atenuarem, tomariam proporções sem precedentes na história dos trabalhadores do Brasil. A chamada “Greve dos Tecelões”, que inicialmente tinha o centro de irradiação na cidade de São Paulo, tomou proporções alarmantes próximo ao seu final. A convergência entre sindicatos possibilitou que a manifestação se entendesse por um longo período e que atingisse os resultados esperados.

A “crise” foi uma temática corriqueira do Segundo Governo Vargas. Ainda que acentuada por outros veículos de imprensa, é necessário ajuizar que as demandas por melhora da condição de emprego se davam pelas condições no cotidiano (alta dos preços). Desse modo,

para combater a carestia, os paredistas, com a perda de poder aquisitivo, precisavam viver com a vexação de congelamento dos salários desde 1951.

Os momentos mais críticos da greve foram vividos em março e abril de 1953, como apontam Negro e Silva (2003). Entretanto, devemos destacar que o movimento paredista advinha de alguns meses antes. Num “primeiro ato”, nos meses de janeiro e fevereiro, o enredo que acompanhava as manifestações era as promessas de carta de demissão (por parte de Segadas Viana) e a falta de credibilidade na Federação (pelos trabalhadores). O *Última Hora* sentenciou:

[...] Patrões e operários revelam-se de uma intransigência incontrolável, desconhecendo uns e outros a autoridade do Ministério do Trabalho para a solução pacífica de seus problemas. Há trinta e seis dias que a greve se arrasta, e os tecelões continuam com o mesmo ânimo de resistência (UH, 1953, ed. 0485, p. 3).

Devido ao “ânimo de resistência”, podemos levantar a problematização de quem eram aqueles que realizavam greves no Brasil, levando em consideração o fato de que foi nos meses mais críticos (em que a subestimação dos patrões se acentuava) que a greve propôs ser mais “radical”<sup>66</sup>, com o pedido de 60% do salário recebido.

Podemos afirmar que é no interior das relações sociais que os homens se sentem completos, evidentemente se essas relações são justas. No entanto, devemos compreender que as diferentes gradações do mandonismo estimulam os trabalhadores a se organizarem. Aliás, é pela diferença entre as percepções “dos que precisam” e “dos que não aceitam” que greves de grandes proporções são possíveis.

O plural nessa questão é sempre importante – eram trabalhadores, inicialmente tecelões, que ganhavam a mesma quantia e que eram explorados da mesma forma. Talvez esses aspectos se associem à prerrogativa de administrações autoritárias suplantarem aqueles que dependiam da força física para ganhar a vida, demonstrando uma dicotomia difícil de vencer – a do trabalho intelectual em contraste com o trabalho mecânico. Reverter este sistema não era tarefa fácil, apesar disso, era a greve o movimento mais acertado para o momento. Como afirma Pinto (1962), a organização e realização ensinaram os trabalhadores a se conhecerem como *objeto* possuidor de um *preço* e um *prazo*. Por tais motivos, não podemos concluir a greve como atividade estimada pela classe trabalhadora ou pela classe patronal, já que pelos primeiros era

---

<sup>66</sup> Não explicitaremos o conceito de “radicalidade”, porém, ao discutirmos quem fazia greve, é perceptível a diferença entre as classes interessadas. Aliás, reafirmamos o pensamento que o “fazer greve” vem da necessidade de ver mudança e, se uma sociedade se encontra firmemente hierarquizada, a mudança só pode ocorrer daqueles que podem – mesmo que pouco ou o tolerável – ascender.

vista como declaração de prolongado enfrentamento, enquanto que pelos segundos era tida como a perda dos lucros.

A 1ª Junta de Conciliação e Julgamento está apreciando as reclamações dos grevistas que ainda não receberam os ordenados correspondentes ao mês de novembro. É grande o interesse dos tecelões em torno das decisões que essa proferirá. Isto porque poderá firmar jurisprudência e consagrar, como legal, a greve pacífica. **Se os trabalhadores forem vitoriosos na primeira instância, a parede tomará rumo mais positivo** (UH, 1953, ed. 0488. p. 7, grifos nossos).

A 1ª Junta de Conciliação entrevistou em favor dos patrões e recebeu auxílio do Ministério do Trabalho que, em dossiê entregue ao presidente pelo próprio Segadas Viana, via dificuldades em solucionar a greve de São Paulo. É evidente que a tentativa de encontrar uma maneira palpável de agradar todos envolvidos era complexa, uma vez que a justiça se encontrava viciada, optando – na maioria dos casos – pelo flanco patronal. A derrota, por outro lado, permitiu que os trabalhadores escrevessem um memorial expressando suas angústias ao presidente.

Nesse sentido, o *Última Hora*, sabendo desse movimento, anunciava que Getúlio Vargas esperava ter em mãos tal relatório, a fim de marcar uma sessão com os trabalhadores e de dar o assunto como encerrado (UH, 1953, ed. 0490). Vemos, entretanto, que a necessidade de uma reunião exclusiva com os grevistas significava, implicitamente, que a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento solucionara a manifestação parcialmente. Mesmo diante de um governo autodeclarado “trabalhista”, observamos a dificuldade de as vozes dos trabalhadores/grevistas serem ouvidas, vide uma administração trabalhista e com o inaugurador do trabalhismo no Brasil<sup>67</sup>.

O *Última Hora* havia alcançado os cem mil exemplares por dia e há muito não era tido como um simples apoiador das ações do governo, visto que os textos por lá publicados se tornaram mais críticos. Além disso, com o espaço cedido aos grevistas, era costumeiro críticas que tocavam no presidente. Vale ressaltar que haviam discursos, como do Juiz Gustavo Simões Barbosa, que utilizavam artigos presentes na Consolidação das Leis do Trabalho para referendar a defesa em prol da entidade em greve. O artigo (UH, 1953, ed.491, p.4) finalizava tratando a intervenção que o presidente faria em benefício dos grevistas.

---

<sup>67</sup> De acordo com Delgado (2011), o PTB teria surgido como um anteparo às políticas mais conservadoras, nascido para defender os direitos da classe trabalhadora, colocando-se, portanto, como um partido que buscava incansavelmente a justiça nas relações. Tendo nomes de grande expressividade, como o de Getúlio Vargas, era esperado que os políticos indicados para compor as Pastas Executivas do País agissem em prol dos eleitores do representante-mor.

Bastou que o presidente entrasse em cena para que o *Última Hora* se colocasse a serviço do Catete, com o expresso objetivo de engrandecer os “acordos firmados”, enaltecendo a figura de Getúlio Vargas como conciliador, como aquele que garantiria “a volta dos trabalhadores ao trabalho, sem qualquer punição ou represália” (UH, 1953, ed. 500, p.3). A volta ao trabalho sem garantias era uma ação ineficiente, pois, se estavam apenas pactuadas, o retorno da greve era iminente e nenhum movimento cessaria suas frentes sem que houvesse um propósito minimamente concreto. A greve não era um intervalo das funções e uma demonstração do incômodo com organização capitalista.

Na aparência, a greve se manifesta como pura e simples voluntária recusa a trabalhar. Mas esta conceituação, se aprofundarmos, mostrar-se-á insuficiente, porque se notará que apreende apenas a *exterioridade* do fato, *sem lhe alcançar a essência...* Ao procedermos à análise da greve nas condições particulares do país subdesenvolvido é que se revelará com toda a clareza a essência da greve... Como não há em tal regime o pagamento da força de trabalho real aplicada pelo trabalhador, mas apenas de parte dessa força, o resultado é a divisão da sociedade em classes opostas, numa residindo a força efetiva de trabalho e noutra posse dos meios de produção [...] Como o salário não paga a totalidade do valor criado pelo operário, este só recebe o correspondente a uma fração mínima, necessária para mantê-lo vivo como animal de trabalho. (PINTO. 1962, p. 42).

Nesse quesito, devemos relembrar que o estopim para a greve não era o subemprego associado ao subsalário, mas o não pagamento da quantia do mês de novembro – o trabalhador, explorado como “animal de trabalho”, não havia recebido nem mesmo a fração mínima para continuar existindo. Podemos verificar também que o subemprego, acompanhado do subsalário, voltava a acontecer com mais potência, aliás as diferenças entre as classes envolvidas compactuavam para que toda solução encontrada fosse passageira, conforme salientam Negro e Silva (2003). Os autores, dando um contexto mais amplificado, justificam que a proporção da greve se explicava pelas recentes eleições municipais (com o destaque da atração popular pelo *jingle* e pelas promessas de Jânio Quadros – PDC-PSB), fortalecida por coerentes marchas alinhadas aos desejos de vários trabalhadores.

Negro e Silva (2003) destacam que a greve apenas se tornou possível e de dimensões grandiosas devido à Junta de Conciliação e Julgamento servir a propósitos excludentes e exclusivistas. Não havia “harmonia-social” disponível para as insatisfações, afinal como se manter apático às situações de injustiça sentidas no próprio bojo dos seus hábitos? Se pormenorizarmos a harmonia difundida por Getúlio Vargas, em outras palavras, se apontarmos um sentido sobre quem era obrigado a ceder, percebemos, a grosso modo, que o presidente se

sentia mais confortável em mediar com a classe trabalhista do que a empregatícia. A conclusão que podemos chegar é de que a política conciliatória era cambaleante e os sentimentos dos trabalhadores eram sempre transferidos para mais tarde.

As funções burocráticas precisavam sentir, mesmo que moderadamente, o peso da insatisfação popular direcionada às classes políticas. Notadamente, uma estratégia utilizada pelo presidente volta à tona, precisava-se externalizar a culpa de tais entraves e, nesse caso, a resposta mais rápida era destituir ministros. Quando esse planejamento estava traçado, ao *Última Hora* era atribuído o dever de noticiar qual ministro sofreria com a desoneração. O artigo publicado no jornal é acertado e retoma o sofisma do “Ministério da Experiência”, indicando aquele período como algo passageiro, embora saibamos que essa etapa foi superada logo no início de 1951. De todo modo, escreve o periódico,

As recentes alterações, verificadas em alguns setores básicos da administração federal, coincidindo com a necessidade dia a dia mais premente do reajustamento da equipe ministerial chamada de “experiência”, indicam nitidamente ter chamado o momento de ampla e profunda mutação no Governo Vargas. Tudo demonstra que a prova a que foi submetido o “Ministério da Experiência” alcançou o fim e, a avaliar pelos resultados, o Presidente da República não vacilará em reorganizar, sem demora, o seu Governo, de acordo com um critério que mais corresponda aos autênticos interesses nacionais e, especificamente, populares (UH, 1953, ed. 499, p.1).

O reajuste tinha sido feito, porém, como foi inábil, houve uma retomada da narrativa da parcialidade das ações, em que se procurava um alinhamento com as necessidades nacionais sobre o pretexto da “renovação”. É imprescindível que observemos que o jornal concluía a matéria compartilhando os insucessos com todos os ocupantes dos ministérios, mas excetuava aquele que os nomeou. O presidente, de acordo com a narrativa do *Última Hora*, continuava sendo peça imprescindível para a execução da “harmonia social” – talvez de fato fosse, no entanto não deveria estar isento da responsabilidade.

### **3.1.2 O levante dos marítimos**

Paralelamente à iniciativa de Greve dos Tecelões de São Paulo – mais tarde Greve dos 300 mil –, acontecia, no Rio de Janeiro, uma mobilização em torno do cais do Porto, convencionalmente chamada de Greve dos Marítimos, uma vez que envolvia diferentes trabalhadores do mar. O motivo da protestação era aquele que atingia as classes menos favorecidas – o não-cumprimento (ou a quebra) de um acordo com trabalhadores que dependiam da força-física do seu trabalho.

O *Última Hora* fez um relato preciso diante da possibilidade de greve. O jornal procurou, num primeiro momento, o Presidente da União dos Portuários (Horácio Duque de Assis) que, por sua vez, expôs a insatisfação da categoria tutelada por ele. Vale sublinhar que uma das exigências era a demissão de Ismael Coelho de Souza que, de acordo com o líder dos paredistas, “não [cumpria] com suas determinações” (UH, 1953, ed.0514, p.7).

Nossa classe está unida porque luta pelas reivindicações mais justas, frisou o presidente da União dos Portuários... Seis mil trabalhadores do porto até hoje não receberam o abono correspondente ao mês de janeiro e o salário-família, pago a todo servidor na base de 150 cruzeiros por dependente, está sendo sonegado à classe [...]. Os portuários tem dado exemplos de sua combatividade, do seu grau de patriotismo, de sua lealdade ao Presidente Vargas. Jamais deixarão de atender aos seus apelos (UH, 1953, ed.0514, p. 7).

A movimentação dos marítimos fora iniciada. A presença dessa atividade dentro do *Última Hora* obedecia às mesmas regras impostas nos anos de formação do jornal. Noticiava-se a insatisfação, mas apontava-se os responsáveis para que não houvesse qualquer dúvida sobre a isenção de Getúlio Vargas. É com o anúncio da greve que o trabalhador perceberia que não trabalhava para si, mas para outrem, além disso, é com a percepção de que a força de trabalho era fragilizada por hierarquias sociais que a greve tomaria significado em si mesma. A revolta dos marítimos era justamente o não pagamento de quantias acordadas. O final da mensagem é elucidativo: “Se o Superintendente não der um passo para atender as nossas reivindicações que ele fique trabalhando sozinho, depois das 16 horas. Movimente os guindastes, as chatas, retire mercadorias dos armazéns, faça a escrita” (UH, 1953, ed.514, p.7).

Podemos verificar que as palavras de Horácio Duque de Assis expressam uma coesão do movimento grevista. Se analisarmos como o Presidente da União do Portuários encerra a fala, notamos que diversas funções delegadas ao superintendente eram realizadas pela classe dos marítimos, a exemplo: movimentar guindastes e chatas, transportar mercadorias dos armazéns e exercer funções administrativas.

O ensaio para a greve apontava uma organização racional. Com o dia da greve marcado, era necessário antecipar a parada dos portos de abastecimento do país. A capacidade de negociação deveria estar afinada com os desejos dos portuários, pois, pelas palavras do Presidente da União dos Servidores do Porto, era devido às reivindicações não resolvidas o interesse pela deflagração da greve se movimentava.

Num estudo sobre os operários franceses e o ocultamento de suas narrativas, Perrot (2017) retrata que o comportamento mais agressivo dos trabalhadores era sentido pelos patrões

que, por sua vez, tendiam a descreditar a movimentação. Vemos que as greves não faziam parte de um movimento radical dos trabalhadores, no entanto, eram encaradas como tal por comporem uma atitude organizada que reunia – quase – a totalidade de uma categoria paralisada para ser atendida. Ainda que os trabalhadores permanecessem dias ou meses parados, não poderiam ser enquadrados como radicais, uma vez que estavam abertos ao diálogo. As negociações é que não avançavam.

Os comportamentos foram estipulados na ordenação para a parede-grevista. Vale salientarmos que a greve dos marítimos se organizava informando previamente ao *Última Hora* as atitudes que tomariam e quem mereceria respeito – inquestionavelmente, Getúlio Vargas. No entanto, o que importa referenciar são, como aponta Perrot (2017), “as regras do jogo” formadas no momento em que uma nova maneira-social se instala – no caso, a sociedade industrial no século XIX e suas relações comunitárias – e origina novas compreensões de tratamento.

A sociedade industrial implica ordem e racionalidade, ou pelo menos uma nova ordem, uma nova racionalidade. Sua instauração supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas. A disciplina industrial, aliás, não é senão uma entre outras, e a fábrica, conjuntamente com a escola, o exército, a prisão etc., pertence a uma constelação de instituições que, cada qual à sua maneira, participa da elaboração dessas regulamentações (PERROT, 2017, p. 53).

As sociedades estão marcadas pela desigualdade e, portanto, a atualização das regras do jogo são métodos essenciais para sobreviver à carência pela qual as classes envolvidas passam. Nesse âmbito, a frequente busca do periódico em referenciar seus escritos como um desejo irrefreável “do povo” faz com que a caracterização de cada episódio ganhasse mais vivacidade. O *Última Hora* se tornava uma ferramenta importante no combate à desinformação de outros jornais.

Sobre isso, Monteiro (2020), em recente biografia de Samuel Wainer, enfatiza que o dono do jornal se movia contra as famílias estabelecidas da grande-imprensa, os já tradicionais Bittencourt (*Correio da Manhã*), Soares e Carvalho (*Diário Carioca*), Mesquitas (*O Estado de São Paulo*) e Marinho (*O Globo*); haviam também os *outsiders*, mascarados de ideologias dos barões da-informação: Chateaubriand (*Diários Associados*) e Lacerda (*Tribuna da Imprensa*). Samuel Wainer desempenharia, dentro da narrativa viciada dos jornais tradicionais, o papel de um autêntico *outsider*.

Ao apresentar os motivos da greve, o *Última Hora* desempenhava um papel de conscientizador e gerava uma nova narrativa, pregando justiça para os trabalhadores insatisfeitos. É interessante observarmos que o jornal fazia aquilo que Rémond (2003) apresenta como a “história da história”, em que um novo entendimento do contexto é delineado, propiciando uma nova interpretação do período histórico ao presente. É evidente que a história construída não é superada por outra em construção – esse não é objetivo, já que são complementares. A história deixa rastros temporais ao longo da sociedade. Por essa razão, é necessária a atualização das ideias para que a oscilação de pensamento busque sempre abranger o máximo de discursos possíveis.

O *Última Hora* buscou o detalhamento desse assunto, ouvindo os dizeres do superintendente e as solicitações dos grevistas. A divulgação dos pontos de vistas fez com que a parede tomasse movimentos enérgicos contra a insolência de Ismael Coelho Souza, o qual deixou divulgar a ideia de não absolvição dos grevistas (UH, 1953, ed.527, p.4). O jornal, assim, realizou o seu propósito ao escrever uma “história política”, deixando que seus leitores criassem suas percepções. O periódico voltou-se para um relato mais aproximado dos trabalhadores do mar sem associar a narrativa que escrevia a culpados, afinal a crise se alastrava pela capital da República e o movimento mais acertado era o de não aumentar o nível das negociações, tendo em vista que o que era solicitado era notadamente razoável de ser atendido.

Diante da decisão dos armadores nacionais em paralisar todo o serviço do Porto do Rio na manhã de hoje, conforme noticiamos em nosso segundo caderno, o Superintendente do Porto recuou, à *Última Hora*, da exigência de responsabilizar os armadores nacionais pela despesa de **armazenagem das carga depositadas no cais, retida em consequência da greve portuária [...]** Superintendente do Porto ficou deliberado que não mais seria cobrado aos armadores a taxa de armazenagem das mercadorias depositadas no cais em consequência do **marasmo em que se encontram os trabalhos portuários** resultante da greve (UH, 1953, ed.537, p. 2, grifos nossos).

A paginação indica que as matérias sobre as greves passaram a interessar o leitor. Na realidade, os movimentos e motivos grevistas sempre interessaram o público em geral. Devemos, no entanto, apontar como uma característica relevante as reportagens estarem mais próximas da capa do *Última Hora*. As greves de São Paulo e Rio de Janeiro possuíam o mesmo interesse: o cumprimento dos pagamentos acordados. O *Última Hora* previa uma solução fácil para a greve do porto, estipulando ao menos 15 dias para que toda a situação fosse resolvida, não deixando de condenar a inatividade do Ministro do Trabalho, alvo (acertadamente) escolhido para sofrer com os juízos de valor.

Na ocorrência visível, a greve se define como a decisão coletiva, total ou parcial, de uma categoria profissional, ou, em casos mais raros, de todos os assalariados, de abandonar o trabalho por determinado motivo de caráter econômico ou político. Mais frequentemente é a necessidade de reagir aos insuficientes níveis de salários que leva o operariado a decretar a greve de certo ramo da indústria, do comércio ou dos serviços (PINTO, 1962, p. 32).

A greve, para os participantes, ensinava os valores mais importantes. A coletividade e, conseqüentemente, o desejo em comum eram prerrogativas indispensáveis para um movimento coeso. Com aproximadamente 50 dias de greve, os portuários se mostraram incorruptíveis nas suas demandas. Em resumo, o *Última Hora* publicou – novamente<sup>68</sup> – o que desejavam:

A União dos Servidores do Porto em várias ocasiões ratificou as reivindicações da coletividade que representa; pagamento do abono dos meses de janeiro e fevereiro, salário-família e salário-esposa na base 150 cruzeiro e pagamento de 4 horas extras aos mensalistas, desde 1945 (UH, 1953, ed.0545, p. 8).

O jornal precisava escrever para seu público financiador. Nessa lógica, sempre que o movimento grevista era mencionado, além de trazer o contraponto do superintendente, por vezes, o *Última Hora* trazia também as conseqüências da paralisação dos marítimos. Na ocasião em que se exigia a execução dos acordos, era exposto o fato de que a alta dos preços era conseqüência direta das mercadorias que se encontravam no porto e que, portanto, estavam impedidas de chegarem as mercearias da capital. É interessante observarmos que o jornal termina sua reportagem tratando sobre a especulação dos atacadistas – o aumento do preço era atividade de negociantes que, despreocupados com os desenlaces, subiram o preço do produto, acomodando-se na desculpa da greve.

**Desta forma, afirma que não voltarão ao trabalho sem receber o dinheiro correspondente a essas vantagens [...] O abastecimento de gêneros desta Capital está se agravando dia a dia por causa da greve dos portuários. Nos porões dos navios em fila estão acumuladas milhares de toneladas de arroz, feijão, banha, cebola, batata amarela, alho, carne seca, bacalhau, lombo de porco, toucinho fumeiro e outros gêneros de primeira necessidade.** Muitos desses produtos subiram de preços ultimamente porquanto escassearam nos depósitos dos atacadistas, daí resultando a grande especulação que tantos males faz a população carioca (UH, 1953, ed.0545, p.8, grifos nossos).

---

<sup>68</sup> É perceptível uma localização mais distanciada da capa do *Última Hora*. O motivo talvez fosse a repetição do mesmo conteúdo. Afinal, trazia-se os motivos da greve e, com aproximadamente 50 dias de paralisação, as demandas eram – ao que parece – bem conhecidas do público e geral.

“População” e “povo” são conceitos amplamente utilizados pelos periódicos. Referem-se a um valor universal, que pode abranger os mais diversos significados (ou, ainda, ter significado). Dito de outro modo, a utilização de tais termos pode ser mais um recurso dialético do que propriamente uma defesa ilimitada das classes trabalhadoras – essa é outra questão, pois todas as transfigurações da palavra “povo” remetem exclusivamente a pessoas assalariadas, fazendo-nos, por fim, admitir que existe uma parcela que não se identifica diretamente com o conceito.

Todos se consideram *povo*. Uma secreta intuição, entretanto, faz com que cada um se julgue mais *povo* quanto mais humilde a sua condição social: é este um título, aliás – e único – de que os desfavorecidos da sorte não abrem mão. Eles nada possuem, mas por isso mesmo orgulham-se de ser *povo*. Esse orgulho corresponde, espontaneamente, ao sentido da definição que liga o conceito de *povo* à situação econômica dos grupos, camadas ou classes sociais [...] as massas populares abrangeram, e abrangem, camadas muito variadas da população, nelas compreendidas as que não produziam, e não produzem, bens materiais, e até mesmo aquelas que se distinguiam pela circunstância de aproveitar o trabalho alheio para se diferenciar das outras (SODRÉ, 1962, p.7).

Se olharmos retroativamente, veremos que o *Última Hora* sempre se atentou ao povo, constantemente referenciado e detentor de um espaço para argumentar sobre o cotidiano do trabalho. Ainda que os destaques das matérias fossem conferidos aos trabalhadores sindicalizados, notamos o fato como uma vantagem para se atestar a consciência de classe. O equilibrar entre as matérias é também socioeconômico, tendo em vista que, como já discutimos anteriormente, o jornal se preocupava com os financiadores. Portanto, no momento em que estava disposto a realizar o contraponto, tangenciava assuntos, como o de identificar quem sofria e quem não sofria com a especulação em cima dos preços. De acordo com Sodré (1962, p. 9), “não há, a partir de então, critério objetivo para definir o conceito de *povo* que não esteja ligado ao conceito da sociedade dividida em classes”. O periódico de Wainer sabia disso. Logo, qualquer jornal se transforma em um mecanismo de contestação dessa realidade e/ou de conformação hierárquica. Ora se dilata, ora se retrai (RÉMOND, 2003).

### **3.1.3 O componente que faltava para a conclusão: a solidariedade**

A “harmonia-social” não sustentou o sentimento de injustiça experienciado pelo sindicato dos tecelões. O grande “trunfo” desse movimento paredista foi o de procurar espelhar

suas desvantagens em outros sindicatos que também se encontravam insatisfeitos com a política conciliatória – que, na maioria das vezes, pedia equilíbrio e nada solucionava.

É possível notar que diferentes associações foram se avolumando. A atividade puxada pelos tecelões contabilizava – até o dia 26 de março de 1953 – 200 mil trabalhadores insatisfeitos. Antes de chegar em proporções espantosas – mesmo assim, impactantes –, houve uma manifestação “mais branda”, com 60 mil pessoas, episódio noticiado como “marcha das panelas vazias” que, para o contento dos manifestantes, foi recebida com simpatia pela população (Negro e Silva, 2003, p. 63), indicando que a condição salarial não se reduzia aos trabalhadores do tecido: as panelas vazias eram unanimidade entre aqueles que se viam como povo.

Essa passeata foi recebida com simpatia pela população e por grande parte da imprensa, sensíveis ao sério problema da carestia. Ampliavam-se as manifestações de rua, lideranças oriundas do chão das fábricas tornavam-se protagonistas do movimento e muitas direções sindicais assumiam o “papel de coadjuvante” (Negro e Silva, 2003, p.63).

Encontravam-se presentes trabalhadores tão insatisfeitos quanto os tecelões. A participação não se restringia apenas no engrossar da quantidade de grevistas – a “participação” é “envolvimento”, uma vez que foi devido à adesão de diferentes sindicatos que a manutenção e prolongamento da greve fora possível. O envolvimento de metalúrgicos e marceneiros estimulavam as direções dos sindicatos, impedindo os piquetes e os trabalhadores fura-greve, além de combater a violência policial. Inclusive, quando a violência policial aumentou de maneira inapropriada, as lideranças grevistas utilizaram as agressões como pauta quando questionadas por periódicos:

A polícia vem exercendo rigorosa vigilância, à porta das fábricas, tendo, em alguns casos excedido de suas funções, espancando homens, mulheres e crianças, e ocasionando pânico entre os operários grevistas. **Uma comissão de paredistas será organizada, a fim de levar ao titular da Secretaria de Segurança veemente protesto contra a ação policial, invocando amparo constitucional [...].** Aumentando cada vez mais o número de trabalhadores, prosseguiram eles, aos gritos de “viva a greve”, quando foram surpreendidos pela presença de choques da Polícia que, a golpes de cassetete, espalharam os manifestantes (UH, 1953, ed.0548, p. 4, grifos nossos).

A greve teve como centros de irradiação bairros historicamente populares – Brás, Belém, Mococa e Ipiranga. Negro e Silva (2003) afirmam que foi preciso conter a onda dual que tentava comprimir a manifestação e intimidar os trabalhadores, com os “fura-greve” e com

a força-policial. A tentativa de tumultuar, todavia, não fez com que o sentimento dos grevistas esmorecesse, ao contrário, garantiu mais espaço aos grevistas nas páginas do *Última Hora*. Dessa vez, foi o líder do sindicato que enfatizou a pacificidade dos manifestantes, declarando que as reações são desproporcionalmente repressivas.

Desde o início do movimento grevista os operários têxteis dada demonstração de que o seu movimento é pacífico e que visa unicamente o aumento de salário solicitado aos patrões e por eles negado. Tais denúncias visam criar um clima contrário aos trabalhadores, em luta, pela satisfação de uma reivindicação justa. E é assim que nós, diretores do Sindicato, encaramos o que foi propalado. Os têxteis estão firmes, no seu propósito de melhoria de vida e alheios a quaisquer manifestações violentas, equidistantes, por tanto, daqueles que querem perturbar a ordem, em juízo desse mesmo propósito (UH, 1953, ed.0550, p. 2).

Foi a negação do reajuste o propiciador da consolidação da greve. Embora os grevistas reivindicassem um reajuste salarial de 60%, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), instalado para julgar a validade da proposta, saía em amparo dos patrões, oferecendo antipáticos 15% e, mais tarde, 23% de aumento salarial – ambos valores negados pelos tecelões, que continuaram de braços cruzados. Com o descontentamento crescente, tornou-se também crescente as prisões e perseguições de líderes sindicais<sup>69</sup>. Nesse sentido, o *Última Hora* fez uma lista de nomes, divulgada na mesma matéria em que revelava a adesão de outras 38 empresas para fortalecer o movimento.

A atividade grevista, de corpo formado, parecia não preocupar os políticos, embora a força policial viera provar o contrário. Ressaltamos, ainda, que o Ministro do Trabalho se manifestava insuficientemente sobre o fato, talvez por não conseguir se dividir entre tecelões e marítimos, visto que as greves estavam acontecendo quase mutuamente. Além disso, as matérias sobre reforma política do *Última Hora* provocavam uma impressão de que nada estava sendo feito. O periódico soube aproveitar esses descumprimentos e promoveu matérias criticando e satirizando essas atividades políticas, questionando, a exemplo, a importância de um dos afazeres do Ministro do Trabalho:

Não se por onde andam as cabeças dos doutores, em que nuvens mentirosas navegam ou em que mundo astral, distante e feliz... O mais espantoso, porém, aconteceu com o Sr. Segadas Viana. Ministro do Trabalho que saiu daqui para uma festinha em Bauru, cruzou a cidade de São Paulo na ida e na volta. O que significa dizer que encontrou no caminho de ida e no de volta, a greve operária

---

<sup>69</sup> Em uma das edições do *Última Hora* (UH, 1953, ed.0551, p. 7) há uma lista de nomes daqueles que foram presos pela polícia-política do Estado de São Paulo.

mais séria e de maior amplitude já verificada neste país. E daí? O ministro não ia perturbar seu passeio por tão pouco – creio mesmo que nem chegou a saltar do seu automóvel (UH, 1953, ed.555, p. 2).

Na mesma edição em que era questionada a competência do Governo, havia a necessidade, por parte do jornal, de destacar que o Presidente da República estava realizando as funções presidenciais, mas também outras (ministeriais). Desse modo, na busca pela tranquilização dos grevistas, o periódico noticiava que Getúlio Vargas estava buscando liquidar os desentendimentos, enquanto outros políticos estavam motivados em provocar crises.

No momento em que alguns jornais do Rio, os famosos órgãos que informam o já célebre Sindicato da Mentira recrudescem a campanha de provocações em torno da situação em São Paulo, campanha a que se acrescenta agora a fantasia dirigida de um inquieto Deputado de oposição, levantando através da sua inconsciência e irresponsabilidade os fantasmas do estado de sítio a calma e a serenidade que predominam nesta capital constituem um índice irrefutável de que a crise social exacerbada pelas greves, e a crise política, criada pelas arruaças, já foi superada pelo Governos Estadual [...] Quem quiser reprimir as greves por meio de leis de arrocho apenas estará agravando o mal, porque a violência há de gerar a violência. Para pôr termo a esses movimentos não precisamos de leis de segurança. Necessitamos, sim, de reformar a Justiça do Trabalho, restabelecendo a confiança do empregado no mecanismo instituído para julgar-lhe os direitos (UH, 1953, ed.558, p. 4).

As matérias evidenciavam que Getúlio Vargas em nenhum momento faltou aos grevistas, permanecendo além do expediente no Palácio Rio Negro na tentativa de resolver as duas crises trabalhistas que abatiam a sua administração. É interessante vermos essa preocupação, já que a greve movimentava as classes participantes, organizando pautas que proporcionavam legitimidade. As propostas eram condizentes e se transformaram conforme a greve ganhava novos adeptos. Inicialmente, era exigido um reajuste de 60%, entretanto, o valor de 23% de aumento salarial foi a contraproposta. Vemos que, com apoio de muitos sindicatos e com prisões decretadas, as exigências sofreram alterações<sup>70</sup>:

Considerando o apoio de V. Exc. e desejando dar uma solução à greve de trabalhadores, por intermédio de teus respectivos sindicatos, procuraram estudar o problema de uma maneira conjunta para que suas reivindicações fossem revistas e assentadas em conjunto, para que também em conjunto fosse a greve solucionada [...] a) Aumento fixo e mensal de Cr\$ 600,00 para cada trabalhador, a partir do marco de 1953, sobre os salários vigentes em janeiro de 1953, sem qualquer cláusula restritiva, inclusivo a da ansiedades; b)

---

<sup>70</sup> Decidimos fazer um recorte das exigências. Dessa maneira, em destaque encontram-se organizadas as reivindicações que condizem, especialmente, com o objetivo deste trabalho. Para maiores detalhes sobre as requisições consultar: UH, 1953, ed.559, p.8.

Pagamento dos dias parados em consequência da greve; c) Libertação imediata dos trabalhadores presos, em virtude da greve, sob pena de não haver acordo; d) Compromisso de que não haverá perseguições ou dispensas, em razão da greve [...] h) Assinatura do acordo do aumento e homologação imediata do mesmo para que se torne sentença normativa [...] Esclarecemos, porém, que a solução não pode ser parcial, nem por vetores. **O compromisso deve ser firmado com todos. No decorrer da greve, os trabalhadores compreenderam a importância da união e esta, felizmente, se forjou entre os trabalhadores, os quais se comprometeram a não firmar acordos em separado, enquanto não houvesse uma solução conjunta e total** (UH, 1953, ed.559, p.8, grifos nossos).

O final do esclarecimento não pode ser minimizado. Era característico dos fura-greves, incentivados por pressões patronais, indicar uma negociação em separado, desfavorecendo o movimento como um todo. Os paredistas, sabendo dessa possibilidade, movimentaram-se para intervir contrariamente a essa atitude. Tentar desvencilhar um grupo de trabalhadores dos interesses da categoria era uma atividade corriqueira do patronato, como também procurar reclamar pela ordenação da greve, afirmando que esta deveria ser feita individualmente, sem interferência de grupos, portanto.

Reconhecem ao trabalhador o direito de greve apenas enquanto é resistência a uma lesão grave ou injustiça insuportável; mas ainda assim... só admitem o direito de parar o trabalho por decisão individual, idealmente concebida como ato de vontade pessoal sem convivência social... não é de estranhar que admitam o direito de greve, porém na forma ideal, de simples gesto abstrato da vontade livre da pessoa humana concebida sem vínculos sociais, portanto irreal... Ao homem concreto tal direito é na prática negado, uma vez que para ser posto em exercício exige a ligação dos trabalhadores uns com os outros, a organização de comitês para o sucesso da parede, e todo os demais atos determinados pela natureza social do fenômeno. Para os juristas idealistas o homem tem o direito de fazer greve desde que a faça sozinho (PINTO, 1962, p. 47)

Embora esse fosse o desejo da classe patronal, podemos constatar que aconteceu o oposto disso, afinal, se a intenção era controlar os grevistas para que a greve não se espalhasse para todos os tecelões, o plano fracassou miseravelmente. A adesão foi enorme, novas (e ilustres) classes se somaram ao movimento: vereadores, deputados, médicos, imprensa, comerciantes, sindicatos, além de contar com o apoio da opinião pública. Também aglutinou forças em passeatas, comícios, assembleias “com forte presença feminina<sup>71</sup>” (NEGRO e

---

<sup>71</sup> Embora a tradição operária francesa e a brasileira estejam distantes, compartilham de algumas ideias centrais como, por exemplo, divisão das rotinas (fábrica e lar) e gestão econômica da casa. Devemos entender que a economia da casa passava pelas mãos das mulheres dos trabalhadores/operários e que, além disso, a movimentação de algumas passeatas perpassava pela falta de algum mantimento fundamental para a dieta familiar (PERROT, 2017) – a exemplo, a marcha das panelas vazias, em 18 de março, teve grande participação de mulheres donas-de-

SILVA, 2003, p. 64) e com diversos outros grevistas. O governador do Estado, Lucas Garcez, era culpabilizado pelo aumento vertiginoso dos preços, assim como o Presidente da República – em graus mais amenizados – mesmo *Última Hora* tentando fazer um contrapeso. O saldo político foi a adesão de partidários do PCB<sup>72</sup> aos programas trabalhistas. Já o sado da paralisação foi a reconquista de direitos perdidos na gestão Dutra e sentidas na gestão de Getúlio. Podemos verificar que o apoio de outras entidades foi crucial para garantir a execução e implementação das demandas.

[...] 300 mil trabalhadores cruzaram os braços na capital paulista, insuflados, segundo o editorial da *Última Hora*, por Ademar de Barros. A grande paralisação, a maior jamais vista, começara entre os funcionários da indústria têxtil e logo ganhar a adesão de outras categorias... O ministro do trabalho, Segadas Viana, tirou a poeira da Lei da Segurança Nacional, ameaçando os grevistas com punições severas [...] Claro, Samuel se postou do lado de Jango, botando lenha na fogueira que cozinhava Segadas Viana... Contrariando a postura intransigente de Segadas Viana, Jango resolveu fechar questão com os trabalhadores, apoiando-lhes o movimento. A *Última Hora* deu-lhe cobertura, gritando pelo direito de greve e contra os salários miseráveis [...]. Ao final das paralisações que duraram mais de um mês, os trabalhadores ganharam a parada, obtendo aumento médio de 30% nos soldos. Por mérito – ou demérito – de João Goulart (MONTEIRO, 2020, p. 93).

A solução de delegar a função a João Goulart foi previamente pensada por Getúlio Vargas, aliás externalizar a outro alguém as funções específicas do Poder Executivo foram necessárias para a ciência de que o resultado viria de maneira diferente – e de forma positiva. Salientamos que a intervenção nos sindicatos de São Paulo, pelo Ministro do Trabalho, somente foi revelada quando a greve dos tecelões estava em momentos finais de conclusão. A “inconstitucionalidade” da proposta apenas foi revelada pelo *Última Hora* quando foi possível perceber que não atingiria o presidente. Assim, a nomeação de João Goulart para o trato dos grevistas foi profilática.

No fim de abril, o *Última Hora* divulgava os desejos de intervenção forçada nos sindicatos do Ministro do Trabalho e o chamava, indiretamente, de mentiroso. Nas palavras do colunista Josimar Moreira: “Não obstante o desmentido, o aparentemente categórico do Segadas Viana, a verdade é que o atual Ministro do Trabalho promoveu entendimentos para intervir nos sindicatos...” (UH, 1953, ed.0574, p. 7). Mesmo a greve tendo resultados positivos

---

casa. A não admissão das pautas pelo público-político propiciou o fortalecimento e adensamento do que mais tarde seria conhecido como a “greve dos 300 mil”.

<sup>72</sup> Essa adesão se deve à mudança proselitista do PTB. O marco para a mudança foi a eleição de João Goulart para a presidência do partido – ainda contando com o apoio de Getúlio Vargas. O rejuvenescimento dos quadros do PTB fez uma boa repercussão nas linhas comunistas, pois se perdia o caráter “doutrinário” da legenda, afastando do comando políticos com histórico pragmático.

para os tecelões, as revelações feitas pelo jornal impactavam a opinião pública. Em suma, a conclusão da greve evidenciava a movimentação do presidente, do governador e de João Goulart. Reaver a questão da intervenção era ótimo para estimular uma mudança estrutural, pois mostrava à opinião pública que o ministro não estava à altura do seu cargo. A “solução” do Segadas Viana era utilizar a “Lei de Segurança Nacional”, ferramenta altamente autoritária, uma ação desesperada para se manter no cargo.

A “Lei de Segurança Nacional”, promulgada em 1935 durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, era uma ordem que definia determinados movimentos, como o crime contra o Estado. Sua existência atravessou a criação de outra Constituição (1945) e seu espaço estava garantido dentro da nova sociedade inaugurada com o fim da Era Vargas. Em resumo, tal lei retirava as garantias da sociedade civil, limitando seus direitos individuais e, além disso, considerava toda atividade de grandes proporções como ameaça – ainda mais se a ameaça fosse estendida para o território nacional. Desse modo, a utilização da “Lei de Segurança Nacional” era uma “solução” simples para um problema tão complexo quanto a deflagração da greve. Os resultados da interferência poderiam ser catastróficos ao Governo. Se os trabalhadores estavam crentes de que a greve seria a melhor das opções para atingir seus objetivos, uma interrupção forçosa na parede acarretaria maior rigidez na parada dos trabalhos e, conseqüentemente, uma inalteração das propostas.

### **3.1.4 Segadas Viana e seu modelo autoritário**

Uma greve sem precedentes foi solucionada sem a participação do Ministério do Trabalho. Duras críticas foram feitas em relação ao fato, indicando que o nomeado não estava agradando. Ainda que agradar não era pré-requisito para continuar na pasta, seria preciso muito esforço para conter a outra greve que estava em estágio de estruturação: a dos marítimos.

Apesar das diversas interferências pessoais de Getúlio Vargas, como insistia em divulgar o *Última Hora*, a manifestação grevista avançava. Mesmo se excetuasse a falta dos pagamentos, a situação não abrandava. A fim de que a resolução fosse satisfatória para todos os envolvidos, o sindicato dos marítimos exigia o pagamento de 1.500 cruzeiros para toda a Marinha Mercante. A mudança na estratégia aconteceu, já que o abono recairia apenas sobre uma categoria, enquanto que o aumento beneficiaria toda uma classe.

Outras reclamações foram levantadas, como a quantidade e qualidade da comida. Tal assunto também era de caráter fundamental, pois o líder do sindicato afirmava, em entrevista (UH, 1953, ed.0594, p.4), que se a alimentação nos navios não melhorasse, a greve estouraria.

Os acordos se prolongavam e antigas reivindicações eram voltadas à mesa de negociações: Salário Família e o Salário Esposa – segundo apuramento do *Última Hora*, o não pagamento acarretaria o desempasse da parede marítima.

Os movimentos de oscilação entre greves e não-greves não permitiam ações simplificadas. Aliás, a tentativa de facilitar o controle da onda de insatisfação teve como resultado a aprovação da lei que garantia a possibilidade de uma “pluralidade sindical”. Para os sindicatos, o fato significava acentuar a dificuldade de desfraldar uma greve em prol de toda uma categoria. Foram feitas manifestações contra esse novo parâmetro de reorganizar a sociedade, tendo em vista a celeridade em julgar uma ordem após o país ter experienciado uma paralisação sem precedentes na história. Nesse sentido, os trabalhadores se encontravam insatisfeitos, pois viam seus direitos serem corrompidos (in)diretamente. As reuniões entre os trabalhadores tinham como principal objetivo paralisar nacionalmente, por pelo menos 30 minutos, todas as funções daqueles que se sentiam atingidos pela propositura da lei. Também seria entregue, ao presidente e a Câmara, um memorial contrário às aprovações do Congresso. Além disso, de trabalhador para trabalhador seriam feitos manuais para combater a dissimulação sobre “unidade”, “pluralidade” e “liberdade”.

A greve, mais do que insatisfação, determina e cria planos de ação. Aprende-se mais estando em greve do que nas relações cotidianas de trabalho, uma vez que, como salienta Pinto (1962, p. 106), “a vivência da greve se constitui em ciências da realidade”. É requerendo o que é possível que uma realidade menos rude se concretiza, no entanto, a maior adversidade é comprovar as injustiças a qual são submetidos os grevistas. A reinserção dos temas da Greve dos Marítimos, por exemplo, é uma prova contundente de que os recursos não foram suficientes. A reorganização dessa greve não foi uma surpresa, tendo em vista que o *Última Hora* anunciava uma mobilização. Enquanto a greve em São Paulo acontecia e partia para a solução, uma nova insurreição dos marítimos fora reconsiderada.

Reuniões eram feitas na tentativa de encontrar a solução de problemas, anteriormente levantados, como a escassez na alimentação e o abono de 500 cruzeiros, por exemplo. Por meio do *Última Hora*, os portuários realizaram um ultimato aos seus patrões – a execução da greve nacional estava marcada para o dia 16 de junho, embora pudesse ser esclarecida caso o patronato pagasse o “salário-família” aos marítimos até o dia 12 do corrente, de outro modo não haveria solução senão a paralisação de toda categoria do mar.

Se os políticos estavam interessados em não ver o desencadear da greve, era necessário responder aos desejos dos marítimos, tentando buscar celeridade na solução. A mensagem era clara – bastava que as autoridades pagassem o abono e solucionassem o problema da

alimentação para que a paralisação não fosse decretada, segundo o conselheiro da Federação Nacional dos Marítimos. No entanto, novos personagens foram circulando com mais frequência no *Última Hora*, na tentativa de conter ou negociar o avanço da greve. O primeiro deles, Hugo de Faria – Diretor do Departamento Nacional de Trabalho (DNT) – e o segundo, João Goulart – Presidente Nacional do PTB.

Tornou-se atividade comum dos grevistas marítimos buscar soluções fora da Pasta do Trabalho. João Goulart, regularmente consultado, na ocasião mantinha uma sala, a pedido de Getúlio Vargas, no Palácio do Catete para eventuais reuniões com os sindicalizados. Conforme noticiava o *Última Hora*, os grevistas enviaram um memorial ao Presidente Nacional do PTB, afirmando não confiar no Ministério do Trabalho. Como o documento fez parecer, alguém alheio conseguiria saber mais dos interesses dos trabalhadores do que os próprios detentores da Pasta. Essas informações eram dadas em um artigo de título alusivo “Para evitar a greve na marinha mercante” do dia 12 de junho de 1953 (UH, ed.00612, p.10).

A presença de Hugo de Faria se tornava mais frequente nos momentos da deflagração da greve. O diretor do DNT se apresentava aos sindicatos como disposto a conversar e sem a companhia do Ministro do Trabalho, Segadas Viana, o que daria mais genuinidade no interesse em solucionar a greve. Os acordos estavam, portanto, articulados.

Os marítimos santistas voltaram a se manifestar pela paralisação do porto “Não sairá nenhum navio desse porto a partir da zero hora de amanhã [16 de junho]. A parede está bem articulada... posso afirmar que as nossas delegacias sindicais de Pernambuco, Pará, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, garantem o êxito da greve” (UH, 1953, ed.00614, p.4). Podemos afirmar que era impossível não saber das reivindicações da Marinha Mercante, dada a alta repercussão no *Última Hora*<sup>73</sup> e o explícito desejo de retirar o Ministro do Trabalho do seu cargo. Logo, qualquer comportamento omissivo acompanhava grandes matérias, em que o destaque se dividia entre a greve e a inação. A reportagem termina com uma fala do ministro da Marinha ao declarar que tentaria atenuar a greve escoando alguns alimentos a redor do país, com a utilização dos navios de guerra.

O *Última Hora* apelou descritivamente, relatando em minúcias a parada de barcos e navios e a comovente reunião de todos os grevistas a fim de ver dez outros sindicatos (de trabalhadores do mar) se associarem em prol de uma única causa. Portanto, os acordos deveriam

---

<sup>73</sup> Embora não consigamos precisar o nível de repercussão de outros jornais, podemos afirmar ser impossível a população não ter conhecimento da deflagração de greve. Durante meses, essa greve estava sendo ensaiada – avisos apareciam de toda a parte. Além disso, o encarecimento de determinados alimentos fazia com que os mais apartados da situação política se questionassem.

ser dados em ação comum, não podendo haver negociações em separado. A paralisação estava fortalecida<sup>74</sup>. A solução autoritária de Segadas Viana ressurgia – o ministro orquestrou uma possibilidade de barrar a greve, requisitando os marinheiros da Marinha Mercantes como reservistas da Marinha de Guerra. Isso significava que o não aparecimento dos grevistas da Marinha Mercante seria considerado deserção. Dessa maneira, foi nesse núcleo que apareceu João Goulart, discordando frontalmente de Segadas Viana.

### **3.2 Se é bom para os trabalhadores, não serve aos empregadores...**

A campanha contra o sr. Segadas Viana teve o resultado esperado, uma vez que as pressões sobre Pasta do Trabalho garantiram a sua exoneração. Dois Ministérios foram reformulados<sup>75</sup> para buscar desfazer o clima de crise institucional que se alastrava. O primeiro foi o de Horácio Lafer (Ministro da Fazenda), que passou a ser ocupado por Osvaldo Aranha (UDN). Já o segundo foi o de Segadas Viana (Ministério do Trabalho), que passou para as mãos de João Goulart. A chamada para a nomeação era a mais publicitária possível: “Homens da Revolução de 30 e de 50 no Novo Ministério” (UH, 1953, ed.00615, p.1).

Em seguida, aparecia João Goulart dando esclarecimentos sobre sua responsabilidade enquanto presidente do PTB, afirmando estar inteirado da parede dos marítimos. Isso porque o *Correio da Manhã* acusou-o de preparar uma tomada golpista por meio dos sindicatos. De acordo com o periódico, João Goulart lia a matéria e fazia comentários, em tons que variavam entre ironia e comicidade.

Podemos citar a extensa reportagem, intitulada “Entendimento dos grevistas hoje com o sr. João Goulart” (UH, 1953, ed.00615, p.8), em que o objetivo era realizar um balanço do que fora feito e dos futuros acertos com o Novo Ministro, rerepresentando os pedidos dos grevistas. A página oito em si foi ocupada pela greve dos marítimos – havia manifestação da polícia, ordem dos piquetes e fala dos líderes. Destacamos a facilidade com que se discutia o fim da manifestação após a posse de João Goulart, embora a volta ao trabalho fosse condicionada pela troca da diretoria e do presidente da Federação, pelo pagamento do salário esposa e do salário família, pelo pagamento por trabalho extra e repouso remunerado, pela melhoria na alimentação e pela justiça por um salário de insalubridade.

<sup>74</sup> Uma nova pauta surgia: expulsar líderes pelegos. O escolhido da vez era “Laranjeiras”, apontado como responsável dos atrasos nos pagamentos e metido em acordo com os compromissos patronais.

<sup>75</sup> Nenhuma nomeação é despropositada. A de Osvaldo Aranha era devido a confiança do Presidente da República no político de longa carreira, vide que ambos foram participantes da “Revolução de 1930”, golpe que levou Getúlio Vargas à Chefe de Estado e Aranha, aos mais diversos cargos (de ministros em 1930 até 1944). A de Goulart era devido a identificação durante os anos de exílio político e, mais à frente, por ter se mostrado um excelente político, de boa oratória (como haveria dito Vargas). A Presidência do PTB também foi um alavanco em sua carreira.

Nenhuma greve é decretada com objetivo de ser encerrada logo em seguida, todavia, era o que estava prestes a acontecer. Passados cinco dias de greve, os trabalhadores estavam com reuniões marcadas para o acerto. O trabalho de João Goulart em acolher as propostas dos marítimos era inegável. Mesmo a greve sendo dada como acabada, é necessário pontuarmos que a organização sindical ainda não se dava por vencida. O cenário, deveras, era diferente, mesmo com um ministro que os ouvia. No *Última Hora*, as caixinhas arrecadadas (ed.00619, 1953, p.4) para as manifestações continuavam cheias, de modo que qualquer passo em falso do novo ministro seria utilizado para fazer pressão. Em discurso, João Goulart afirmava estar disposto a defender os interesses dos sindicalizados e, ao mencioná-los de forma tão positiva, postava-se contrário aos interesses dos patrões.

É necessário que ressalvemos que os posicionamentos de João Goulart sempre rivalizavam com os outros dois ministros. O novo ministro manifestava-se favorável ou contrário, não se enchia suas decisões de meios termos com objetivo de postergar sua ação. Desse modo, a greve dos marítimos foi fundamental para que todos os envolvidos – e não envolvidos – compreendessem como o Ministério do Trabalho funcionaria. Ferreira (2011) simboliza a passagem de João Goulart pelo ministério como um político “conversador”, que recebia líderes sindicais (e quem mais quisesse) após o expediente. Essa postura afastou os patrões das decisões acordadas no Ministério. O sentimento de repulsa crescia, as ações do ministro ganhavam maiores proporções – quando, por exemplo, convites para churrascos e festas eram feitos, ao invés de mandar um representante (como tantos outros faziam), ele comparecia ao evento, causando grande furor.

O objetivo da nomeação de João Goulart foi fazer com que os sindicatos enxergassem o Ministério Trabalho como um baluarte às suas reivindicações. O ministro, em discurso, deu o tom “uma trincheira para lutar contra os reacionários” (UH, 1953, ed.00619, p.4). Trincheiras se constroem em guerras e havia motivos para a escolha da palavra.

A Greve dos Marítimos foi considerada uma derrota para os empregadores, pois o acatamento daquilo que fora requisitado era, em grande maioria, favorável aos trabalhadores-paredistas. João Goulart, à revelia, emitiu ao Presidente da República os trâmites para a finalização da greve, indicando que a solução estava próxima. É necessário sinalizarmos que a greve estava em seu sexto dia e que, durante todo o tempo de administração, Getúlio Vargas nunca tinha experienciado uma greve de solução rápida e sem uma escolta policial. Ressaltamos também a inteligência dos sindicatos em ampliar suas pautas. A greve obteve sucesso devido ao não envolvimento das forças policiais – como aconteceu na greve em São Paulo. Pinto (1962) amplifica o debate:

[Os motivos de fracasso de uma greve] ou é esmagada pela repressão violenta sobre ela exercida poder público, a polícia, a serviço da classe patronal; ou falha porque os benefícios conquistados pelas massas trabalhadoras são imediatamente anulados pelos patrões, os quais são donos dos meios de produção, manobram o mecanismo de fixação dos preços, aplicam a legislação dos salários, valem-se da dispensa dos empregados etc. (PINTO, 1962, p.75).

Dessa forma, no dia 22 de junho, sem repressão policial ou múltiplas tentativas de desvirtuar a parede dos marítimos, é que foi marcada a solução para as propostas sindicais. O *Última Hora*, num trabalho primoroso, elencou quais foram as medidas acordadas entre João Goulart, Ministro do Trabalho e os trabalhadores marítimos.

De modo geral, os grevistas saíram com saldos positivos<sup>76</sup>. A conferência entre ministro e presidente aconteceu às 10 horas. Ao sair, João Goulart trocou algumas palavras com o jornalista que o esperava, declarando que o término da greve estava nas mãos da assembleia geral dos sindicatos. O que podemos concluir é que o então ministro estruturou uma nova forma de se relacionar, nem sequer pensada por outro ministro<sup>77</sup>: abrir diálogo e, se necessário, ouvir mais do que falar. Por essa razão, João Goulart agradava e também desagradava. Por desprezar a hierarquia, os patrões pressionaram a sua saída.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomo-nos a analisar o *Última Hora* com objetivo de identificar a participação dos trabalhadores dentro do Governo de Getúlio Vargas (1951-1953). Utilizamos, para isso, as pautas que sindicalizados defendiam e as interferências que realizavam a favor da melhoria de vida. Nesse sentido, o jornal esteve fortemente envolvido com as organizações dos

<sup>76</sup> A oposição aventava que a greve dos marítimos teria sido orquestrada por João Goulart, devido a celeridade da solução, embora não haja qualquer documento que prove tais acusações. Podemos contra argumentar que a rapidez foi a sua característica-ímpar de escutar. E foi escutando as dificuldades que os marítimos saíram com: libertação de todos os pelegos – inclusive Laranjeiras –, eleições dentro dos sindicatos dos marítimos, reajuste salarial e pagamento dos dividendos. Embora a nossa pesquisa não aborde o período de administração de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho, é necessário fazermos a *mea-culpa*. Decidimos comentar a greve dos marítimos, pois ela inicia-se na gestão de Segadas Viana e, embora solucionada em partes em junho, se repetiria em outubro do mesmo ano. As acusações eram a do não-cumprimento dos acordos entre grevistas e patrões.

<sup>77</sup> Sua gestão foi marcada pela abertura das portas do Ministério do Trabalho a todos que quisessem conferenciar, deixando avisados os interessados que não haveria um pré-acordo sem que as partes fossem ouvidas. A estratégia de Getúlio Vargas era reaproximar os sindicatos da ala-moça do PTB – João Goulart era o nome para isso. Adotou medidas que retiravam o caráter de obrigatoriedade com os sindicatos, como o adiantamento de dinheiro que fazia os sindicatos tornarem-se eternos devedores, ficando dependentes do Ministério do Trabalho. Organizou o Primeiro Congresso da Previdência, tendo comparecido líderes sindicais de todo o país, estabelecendo maior garantias aos serviços previdenciários a todos os sindicalizados: pesões e aposentadorias.

Acesso em 1 de maio de 2021:

(GOMES, A. in.: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores\\_movimento\\_sindical\\_e\\_greves](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Trabalhadores_movimento_sindical_e_greves)).

trabalhadores, publicando seus requerimentos e dando a agenda das greves para a maior participação popular. Embora tenhamos indicado as interferências do presidente, sugerindo realocação de pautas, não é possível desconsiderarmos que o periódico de Samuel Wainer demonstrou ser um defensor da democracia dentro dos veículos da grande-imprensa.

O avançar da pesquisa nos mostrou que tratar dos trabalhadores sem mencionar as relações com o Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio seria impraticável. É nítido que, no início da dissertação, procuramos fazer uma “história vista de baixo” buscando utilizar pessoas comuns que escreviam cartas endereçadas no Palácio do Catete. Entretanto, temos de destacar que, conforme os dias de existência do periódico avançavam, o número de correspondência diminuía.

Verificamos que as aparições dos sindicatos, no início do jornal, foram tímidas, pois embora Samuel Wainer tivesse desenhado uma imprensa-getulista para agir na capital, suspeitava-se que os reclamantes deveriam respeitar “regras não escritas” para aparecer no *Última Hora*. As críticas ao Presidente da República não estavam impedidas, mas dificilmente seriam impressas. Considerações contrárias ao Executivo como um todo eram aceitas – os ministros amargavam-se com elas, sendo, por vezes, exonerados pela insistência dos reclames.

Os pontos apresentados em nosso estudo revelam que o *Última Hora*, mesmo sofrendo com a autocensura, não deixava de realizar seu ofício e de colaborar com a democracia. Os artigos lá publicados eram motivadores de debate – como apontamos – fato que já indica a relevância da imprensa recém-nascida. As incompetências dos ministros era um assunto recorrente tanto na imprensa situacionista como oposicionistas, embora os argumentos fossem apresentados de forma diferente: enquanto a primeira indicava pontualmente o problema, a segunda afirmava que todo o sistema estava fadado.

Neste sentido, procuramos responder se o jornal, mesmo emparelhado, conseguia transmitir a narrativa que intencionava, tendo a responsabilidade de informar o leitor do que acontecia. Podemos afirmar que sim, uma vez que (e)leitor tornava-se partícipe das reportagens vinculadas na imprensa. Os outros veículos tradicionais da grande imprensa não podiam contar com essa forma de fazer reportagem, pois, acorrentados ao *status quo*, não tinham espaço para outro tipo de narrativa. Desta forma pontuamos a diferença entre *Última Hora* e *outro jornais*, e a opção de querer ver onde os reclames seriam noticiados.

Nosso jogo de letras em “(e)leitores” combina sentidos diversos numa mesma palavra com objetivo de dar um só significado: o *Última Hora* era um jornal situacionista e se marcava dessa forma desde a primeira edição, em vista disso o consumidor do periódico se interessava pela versão governamental dos fatos (sendo eleitor e leitor), uma vez que estavam cansados dos

abundantes ataques que lhe foram impostos na esfera trabalhista e social (assuntos cardeais daqueles identificados como “povo”). A aparição dos sindicatos no *Última Hora* nos indica que, mesmo diante das mais diversas formas de controlar o que se noticiava, os trabalhadores eram autônomos em relação a Getúlio Vargas, descartando qualquer hipótese apresentada pelo “populismo”.

Optamos por não nos apoiarmos nos valores reducionistas do “populismo”, uma vez que poderia empobrecer o debate. Buscamos investigar, por meio do jornal, os trabalhadores e as lutas dos sindicalizados, além de evidenciar que suas conquistas iam além de simples recebimentos, ou, como quer as teorias populistas, da “benevolência” do líder “das massas”. Nosso trabalho concentra-se em demonstrar a intrépida luta sindical apresentada pelo *Última Hora* – nesse caso, o periódico, por mais getulista que fosse, era também trabalhista: consciente da luta de classes. Por essa razão a escolha pelo *Última Hora* não é despropositada, uma vez que os movimentos sindicais optavam por esse jornal para fazer veicular seus desejos.

Não há dúvidas de que o *Última Hora* crescia com a presença de Getúlio Vargas. No entanto, comprovamos que fazer uma narrativa situacionista não era o suficiente, além disso, não fazia parte do jornal que afirmava ser “uma arma para o povo”. Toda vez que se indispunha com um ministro, a opinião de Samuel Wainer transparecia nas páginas. Era fato que a publicidade se daria apenas ao presidente, enquanto o restante dos governantes deveria realizar suas funções para ter apoio na opinião popular. Podemos afirmar que o *Última Hora* era apenas anteparo de Getúlio Vargas. A hipótese que procuramos responder, desse modo, é se o jornal funcionava com a exclusividade de um panfleto situacionista ou um jornal dedicado ao leitor.

Os artigos jornalísticos que selecionamos dá o tom das propostas dos trabalhadores, tendo em vista que são relatos que sustentam a firmeza de seus pedidos e determina o que se quer resolvido com urgência. A originalidade do periódico de Samuel Wainer se dá na técnica – como mencionamos no trabalho –, mas entrega também uma narrativa totalmente diversificada. Vemos uma busca em compreender a greve – ou o acontecimento político – pela ótica jornalística e pelos sentimentos dos trabalhadores. As histórias relatadas estremeciam o *status quo*, pois nenhum outro jornal oferecia a mesma cobertura que o *Última Hora*.

A identificação com o presidente não foi um impedimento para que o jornal defendesse o seu ofício. Procuramos demonstrar que o trabalho realizado pelo *Última Hora* foi o de garantidor de direitos democrático, uma vez que é notório a postergação do golpe civil-militar para 1964. O periódico não conseguiria sustentar o conluio das imprensas que tentaram derrubar Getúlio Vargas, episódio que fica mais evidente nos anos 1954. De toda forma, a folha de Samuel Wainer não esmoreceu e continuou narrando as lutas trabalhistas, além de conservar o

espírito de todo jornal em ser “uma arma para o povo”. O fato de o *Última Hora* estimular o senso crítico dos leitores – trazendo os eleitores – deve ser levado em conta, a fim de não ser posto no mesmo quadrante dos jornais opositores a Getúlio Vargas – e, por vezes, à democracia.

Demonstramos que o *Última Hora*, por vezes, se estabeleceu como um canal de comunicação entre presidente e eleitorado. As notícias que aqui destacamos teve a intenção de evidenciar que o presidente se preocupava com a opinião popular. As mudanças ministeriais – pressionadas pelos trabalhadores – comprovam essa via comunicativa, que atestamos não ter direção única: Getúlio concedia e também fazia exigências. O presidente não se afastava das suas funções, no entanto revia seus posicionamentos políticos pensando em não desagradar sua base de apoio, isso perpassa por não deixar o *Última Hora* difundir uma imagem que poderia contrariar sua *persona* política.

Por fim, concentramos a nossa atenção nos trabalhadores que apareciam no periódico. Demonstramos a sua organicidade e preocupação com outras categorias, o que nos levou a significá-los como “povo”, uma vez que é evidente que a luta por condições dignas só é travada por aquele que é explorado. É nesse ponto que surge também o conceito de “não-povo”, referente aqueles que exploram e não se veem no mesmo *status* econômico – não precisam, a exemplo, se organizar em sindicatos. Tomamos o cuidado de não heroicizar o trabalhador, movimento muito comum quando são colocados como motivador da História. Nossa intenção não foi afastar erros e realçar acertos, mas, sim, dar uma perspectiva mais aproximada dos trabalhadores que compravam o *Última Hora*.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira A. **A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ADORNO, T. Mensagens numa garrafa. p.39-50. IN: ZIZEK, S. **Um Mapa da Ideologia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto,1996.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. 1ª edição. São Paulo. Boitempo, 2004.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. p.105-142. IN: ZIZEK, S. **Um Mapa da Ideologia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto,1996.
- AMADO, D. **Nem Tudo Que Reluz é Ouro: a Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha do saneamento moral de Copacabana**. UFF: Dissertação de Mestrado. 2012.
- BASTOS, E; RÊGO, W (orgs). **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso**. 1ª edição. São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- BATALHA, C. **Sindicalismo Amarelo**. CPDPC. Verbetes-Primeira-República. Sem ano.
- BENDA, J. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, E; RÊGO, W (orgs). **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso**. 1ª edição. São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- BERGER, P; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2004. A sociedade como realidade objetiva. Capítulo 2, p. 69-126.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Edição de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Hemeroteca Digital: (Última Hora - RJ)**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=1>. Último acesso: 12/01/2021.
- BOITO JUNIOR, A. **Populismo em Crise (1953-1955)**. Campinas: Dissertação de Mestrado (UNICAMP), 1976.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão – seguido de a influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.
- BOURDIEU, P; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. p.265-278. IN: ZIZEK, S. **Um Mapa da Ideologia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto,1996.
- BRANDI, D. Evolução dos Estudos de Agendamento: Uma Explicação sobre a influência da Mídia na Opinião Pública. In: **Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. 2017.

CORREA, V. Eu vi. In: GOMES, A. **Vargas e a Crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BURKE, P. **Cultura Popular na Idade Moderna**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales**. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: os discurso competente e outras falas**. 1ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

\_\_\_\_\_. **Cultura Política e Política Cultural**. Conferência do mês de dezembro IEA-USP, 1994.

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia?** 17ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DELGADO, L. **PTB do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2ª edição. São Paulo: LTR, 2011.

DURKHEIM, E. **O individualismo e os intelectuais**. Edição bilíngue. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

FERREIRA, J; DELGADO, L (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, J; REIS, D. **Nacionalismo e Reformismo Radical: 1945-1964**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, J. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário trabalhista (1930-1945)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

FERREIRA, J. **O populismo e sua história: debate e crítica**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FONSECA, P. **Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira**. Revista Tempo v. 14, nº 28, 2009

FONSECA, P; MONTEIRO, S. **Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart**. Rev. Bras. Econ. v.59 n.2 Rio de Janeiro abr./jun. 2005.

FURTADO, C (org.). **Brasil: tempos modernos**. 3ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

GARCIA, P. **Saber Popular/Educação Popular**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

GOMES, A. **Vargas e a Crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e Direitos do Trabalho**. Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

IANNI, O. **O Colapso do Populismo No Brasil**. 3ª edição: Rio de Janeiro, 1969.

\_\_\_\_\_. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1989

JAWSNICKER, C. **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**: iniciativa precursora de media criticismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revista Alceu (PUC), 2008.

JUNIOR, H. **Uma Reflexão Acerca do Conceito de Cultura**. UFF: Revista Confluências, 2012.

Kuschinir, K; Carneiro, L. **As Dimensões Subjetivas da Política**: Cultura Política e Antropologia da Política. USP: Revista Estudos Históricos, 1999.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador do eu. p.97-104. IN: ZIZEK, S. **Um Mapa da Ideologia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

LACLAU, E. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

LUCA, T. **Práticas de Pesquisa em História**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

LOSURDO, D. Os intelectuais e o conflito: responsabilidade e consciência histórica. In: BASTOS, E; RÊGO, W (orgs). **Intelectuais e Política**: a moralidade do compromisso. 1ª edição. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de Nosso Tempo**. 4ª edição. São Paulo: Zahar, 1980.

MARX, K. **Liberdade de Imprensa**. 1ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2000.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MENDONÇA, S. **Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania**. In: Revista Tempo. Rio de Janeiro: UFF, 1996, p.94-125.

MODELLI, F. **Ernesto Laclau e sua contribuição para a Teria Política**. Resenha. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, v22.1, 2015, p.233-241.

MONTEIRO, K. **Samuel Wainer: o homem que estava lá.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOORE JUNIOR, B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREIRA, S. **Agenda Setting: teoria do jornalismo ou da opinião pública?** Brasília: Monografia. Pontifícia Universidade Católica, 2006.

NETO, Lira. **Getúlio 1945-1954: Da volta pela consagração popular ao suicídio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. p.143-152. IN: ZIZEK, S. **Um Mapa da Ideologia.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, C; LUCA, T. **O Historiador e Suas Fontes.** 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PINSKY, C. **Fontes Históricas.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PINSKY, J. **O ensino de História e a criação do fato.** 14ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

PINTO, A. **Por que os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

PRADO, M. **O populismo na América Latina (Argentina e México).** 6ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

RÉMOND, R. **Por Uma História Política.** 2ª edição. São Paulo: FGV, 2003.

ROCHA, H.C. Lima da. **Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação.** Departamento de Comunicação Social da Universidade Católica de Pernambuco. Estudos em Comunicação, 2008.

SCHARWACZ, L; STARLING, H. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, F; NEGRO, A. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J; DELGADO, L (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SODRÉ, N. **Quem é povo no Brasil?** 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.  
\_\_\_\_\_. **História da Imprensa no Brasil.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Editora Insular, 2ª edição, 2005.

VALLE, E; QUEIROZ, J (orgs). **A cultura do povo**. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

WAINER, S. **Minha Razão de Viver**. São Paulo: Editora Record, 1988.

\_\_\_\_\_, S. **Minha Razão de Viver**. Versão Kindle, 2015.

WEFFORT, F. **Sindicato e Política**. São Paulo: Tese de Livre Docência, 1972.

\_\_\_\_\_. **Por que Democracia?** 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Populismo na Política Brasileira**. 5 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WOLF, M. **Teoria das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZIZEK, S. **Um Mapa da Ideologia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.